



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS – PPGCEL

ANDRÉ SAMPAIO VIANA

NARRATIVAS DE VIDA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AO (SIS)
CISTEMA: ANÁLISES DE ESCRITOS DE JOÃO W. NERY A PARTIR DAS
EPISTEMOLOGIAS DO SUL

VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

2023

ANDRÉ SAMPAIO VIANA

**NARRATIVAS DE VIDA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AO (SIS)
CISTEMA: ANÁLISES DE ESCRITOS DE JOÃO W. NERY A PARTIR DAS
EPISTEMOLOGIAS DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Práticas Sociais

Orientador(a): Prof^o Dr^o Marcus Antônio Assis
Lima

VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

2023

V667n Viana, André Sampaio.

Narrativas de vida como instrumento de resistência ao (SIS) sistema: análises de escritos de João W. Nery a partir das epistemologias do Sul . / André Sampaio Viana, 2023.

107f.

Orientador (a): Dr. Marcus Antônio Assis Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referências: f. 96 – 98.

1. Mecanismos de resistência. 2. Sexualidade. 3. Epistemologias do Sul. 4. Narrativas de Vida - Sistema de Opressão. I. Lima, Marcus Antônio Assis. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós -Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens- PPGCEL. III. T.

CDD: 306.766

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS**

ANDRÉ SAMPAIO VIANA

**NARRATIVAS DE VIDA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AO (SIS)
CISTEMA: ANÁLISES DE ESCRITOS DE JOÃO W. NERY A PARTIR DAS
EPISTEMOLOGIAS DO SUL**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima
(Orientador)**

Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, UESB

**Prof. Dra. Adriana Maria de Abreu Barbosa
(Avaliador interno)**

Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, UESB

**Prof. Dra. Maira Guimarães
(Avaliador externo)
Universidade Estadual de Minas Gerais, UEMG**

AGRADECIMENTOS

É momento de agradecer. Depois de muitos anos sem contato com a vida universitária, encontrei acolhida no curso de Pós-graduação da UESB. Não poderia ser melhor. Foram pessoas que me ajudaram muito nesse período. Independentemente da finalização deste trabalho, que pode se revelar aquém do idealizado no início do curso, é um resultado vitorioso. Os méritos dessa vitória dedico-os a todes que estiveram comigo nesta jornada: aos colegas da turma de mestrado 2020, aos professores, ao Orientador, aos amigos de orientação, aos familiares e alguns *pets* sempre presentes.

Atravessamos e continuamos a atravessar o desafio da pandemia, o despreparo em lidar com as medidas sanitárias necessárias, os sofrimentos decorrentes da morte de tantas pessoas pela COVID-19, o desgaste diário de um período político difícil no Brasil, cujo processo eleitoral foi posto em risco a todo instante. Qualquer produção nesse período tornou-se mais desafiante. Essas circunstâncias estão aqui marcadas em linhas e entrelinhas. Então, as emoções fizeram a diferença. Narrativas de vida lidas durante esse período, e algumas delas analisadas aqui, motivaram-me e deram força para concluir este estudo. Confesso que somente as trilhas da cientificidade, da racionalidade e da ortodoxia – por vezes demasiadamente esperadas de trabalhos de acadêmicos - não teriam sido suficientes para que eu chegasse até aqui.

No atual contexto político e social, é bom lembrar que o estudo de alguns temas, por si só, já é um ato de resistência. Para uma pessoa cis, hétero, classe social privilegiada, talvez, soe estranho o interesse por temas como sexualidade, opressão de gênero e LGBTQIA+fobia. Mas não, ousou inserir-me nesta luta, ainda que sobre o olhar desconfiado dos que estão mais legitimados para falar com e sobre. Peço, então, licença para buscar fazer um trabalho com base na solidariedade, na civilidade, no compartilhamento, contribuindo, na medida do possível, para um novo modelo civilizacional, que deve ser uma missão de todes.

Para os que ainda não enxergaram o valor da diversidade, do respeito pelo ser humano, que a leitura possa contribuir para enxergar que a luta é de todes, que um novo modelo civilizacional venha para libertação de todes, pois, como nos lembra Paulo Freire, tanto o opressor quanto o oprimido precisam passar por transformações, para que sejam verdadeiros *ser-mais*.

Agradeço imensamente aos que contribuíram na construção deste trabalho; à UESB, aos professores, em especial, meu orientador, prof^o Dr. Marcus Antônio Assis Lima, que sempre me deu apoio em todas as ideias, aqui materializadas ou não, mas, sem dúvida, estarão sempre

presentes em minha vida. Aos colegas de turma e amigos de orientação, especialmente, Will, Manu e Ádrian; a todes os familiares, em especial minha filha.

Beijos e abraços sinceros a todes.

RESUMO

O sistema de opressão, reunido por forças de dominação capitalistas, colonialistas e heteropatriarcais, define e ritualiza o modelo padrão para vida e morte a ser seguido por todos nós. Dissidentes sexuais, como as pessoas LGBTQIA+, são discriminadas e violentadas de forma natural e aceitável. Neste cenário de pandemia, principalmente nos primeiros meses da COVID – 19, os desafios sempre presentes na vida de pessoas LGBTQIA+ agravaram-se. Por injustas razões, são pessoas que estão do lado abissal, sem proteção e valor humano. Este trabalho busca, através das epistemologias do Sul postuladas pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos (2014, 2018, 2019, 2021), reconhecer e valorizar as experiências de luta e resistência das multidões *queer*, materializadas em suas narrativas de vida. Aqui, vozes das “minorias sexuais”, dos “abjetos” e dos “anormais” ganham ressonância e servem de mecanismos na luta contra o atual sistema cisheteronormativo. Para enriquecer essa reflexão, buscamos os escritos de João W. Nery (2011, 2019), que abordam sua trajetória até chegar a ser transvelho, e que trazem também narrativas de vida de pessoas transidosas. Será analisada a dimensão das narrativas de vida de pessoas LGBTQIA+ como instrumento de enfrentamento e superação deste nosso atual modelo civilizacional.

Palavras-chave: Epistemologias do Sul. Mecanismos de resistência. Narrativas de Vida. Sexualidade. Sistema de Opressão.

ABSTRACT

The system of oppression, assembled by the dominating forces of capitalism, colonialism and heteropatriarchy, defines and ritualizes a standard role model for life and death to be followed by each and every one. Sexual dissidents, as LGBTQIA+ individuals, are discriminated and abused in a normalized and accepted way. In the pandemic scenario, mainly during the early months of COVID-19, the challenges, which are always present in the lives of LGBTQIA+ individuals, worsened. Due to most unfair reasons, these people live on the edge of abyss, without protection nor human value. The present work seeks, through the Epistemologies of the South postulated by sociologist Boaventura de Souza Santos (2014, 2018, 2019, 2021), to acknowledge and value the experiences of struggle and resistance of multitudes of queer people, materialized in their life narratives. Here, the voices of “sexual minorities”, of the “abject” and “unnatural”, resonate and serve as mechanism in the struggle against the current cis-heteronormative CISTem. To enrich the reflection, we sought the writings by João W. Nery (2011, 2019) were sought out, that tackle his trajectory to the point of becoming a transgender older adult and, also, contain the life narratives of other trans elders. The life narratives of LGBTQIA+ individuals will be analyzed, regarding their extent as an instrument of coping and overcoming in our current civilization model.

Key-words: Epistemologies of the South. Mechanisms of Resistance. Life Narratives. Sexuality. System of oppression.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PARA UMA MELHOR LEITURA: À GUIA DE ESCLARECIMENTOS.....	5
1 O QUE TEMOS A APRENDER COM O VÍRUS E A BALA?.....	10
2 POR QUE AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL?.....	16
3 REVELANDO A LINHA ABISSAL.....	24
4 SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS: DENUNCIAR E SUPERAR A LINHA ABISSAL.....	31
5 NARRATIVAS DE VIDA: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS.....	37
6 ANÁLISES A PARTIR DE ESCRITOS DE JOÃO W. NERY	53
7 DA LUTA E RESISTÊNCIA: ANALISANDO CONTEXTOS HISTÓRICOS	58
7.1 O NARRAR-SE: DE UMA <i>VIAGEM SOLITÁRIA</i> E UMA <i>VELHICE TRANSVIADA</i>	65
7.2 NARRATIVAS DE VIDA POR JOÃO W. NERY	68
7.2.1 NARRATIVAS DE VIDA DE TRANSIDLOSES A PARTIR DE CONVERSAS COM NERY	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÃO TEM REFRÃO.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

Esse período de mestrado coincide com um fenômeno inesperado. Fomos, todes nós, uns mais outros menos, afetados pelo vírus da COVID-19. Em 10/03/2020, foi declarada a pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS. Não posso negar que este estudo está profundamente marcado pelos efeitos da presente pandemia. O projeto, inicialmente pensado, foi desconsiderado, por inviabilidade prática neste contexto, por força das limitações impostas pelas medidas sanitárias. Aos desafios normais e já conhecidos das atividades inerentes ao curso de mestrado, somaram-se esses, que atravessam todes até a presente data, quiçá por muitos anos vindouros.

Nesse contexto, naturalmente, nossa atenção volta-se para os assustadores dados da pandemia e para os cuidados por ela exigidos, ainda que nos últimos meses o cenário tenha melhorado no Brasil, de acordo com dados divulgados diariamente pela imprensa nacional. São circunstâncias que modificaram significativamente a vida de muitas pessoas, umas mais, outras menos, evidentemente. Logo, seus efeitos negativos não se espraiam tão democraticamente como alguns propagam. Este estudo, portanto, resulta também dos efeitos desse período intrapandêmico.

Somos, de fato, levados a refletir nossa condição humana nesta atualidade, especialmente se tentarmos enxergar, de forma sincera, a realidade de grupos de pessoas mais vulnerabilizadas e invisibilizadas, cuja precariedade dos serviços de assistência social, saúde e segurança pública é percebida dia a dia (seja em tempos de paz ou guerra, de crise financeira ou crescimento econômico). Então, convenhamos, a crise não é tão provisória, temporária.

Sensibilizado por esta situação e marcado fortemente por leituras feitas neste período, surgiu o interesse em conhecer melhor as narrativas de vida já produzidas por pessoas que se encontram às margens neste modelo de sociedade que experimentamos. Corazonei¹-me pelas narrativas de lutas e táticas de resistência produzidas por pessoas LGBTQIA+ dentro deste sistema que reúne força de opressão de classe, cor, idade, sexo e capacidades, como reflete

1 Conjugo para primeira pessoa a expressão *corazonar*. É o termo usado por Boaventura de Sousa Santos para expressar o aquecimento da razão. Ele explica a origem do termo: “Corazonar é um conceito usado por povos indígenas da região andina da América Latina. O cientista social equatoriano Patricio Guerrero Arias efetuou uma investigação com o povo Kitu Kara, grupo indígena cujos territórios se situam em volta da cidade de Quito, sobre a centralidade do conceito de corazonar na cosmovisão indígena.” (SANTOS, 2019, p. 152). Mais adiante, esse termo será melhor abordado.

Renan Quinalha (2022, p. 611), “em nossa sociedade, ser uma pessoa LGBTQ+ significa uma vivência íntima, permanente e inescapável com diversas formas de opressão.”

Ainda que não esteja na mesma situação, nem sinta com a mesma intensidade a força opressora deste sistema capitalista, colonialista e heteropatriarcal, utilizarei, em alguns momentos, também o termo CISTema, aliando-o, a partir de saberes e conhecimentos produzidos e defendidos por pessoas LGBTQIA+, materializados em narrativas e relatos de vida, em uma práxis revolucionária de combate ao sexismo, principalmente a ação estratégica contra a ideia de que só podem existir dois gêneros apoiados no dimorfismo sexual, na qual o CISTema colonial de gênero se alicerça (NASCIMENTO, 2021).

Os temas a seguir discutidos, ademais, vem ao encontro do proposto pela linha de pesquisa Linguagens e Práticas Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, cuja preocupação central é a dimensão social e crítica da linguagem, privilegiando estudos que articule com outros domínios disciplinares como a política, a ideologia, a educação, o direito, a religião, o gênero, concebidos como representações e práticas discursivas, sociais e culturais, em distintas temporalidades e territorialidades².

Atravessados por acontecimentos de ordem global, como falado acima, e mais recentemente, a premência de guerra de proporção incalculável em razão de conflitos entre Rússia e Ucrânia³, é difícil e desafiador pensar em contragolpes pequenos, sem capacidade para nocautear o monstro que é o sistema criado a partir das grandes forças de opressão.

Indaga-se: dentro da realidade da comunidade LGBTQIA+, aqui definida como minoria (de direitos) invisibilizada por este CISTema, seria ainda oportuno difundir práticas de resistência que não sejam, a princípio, suficientes para criar rupturas neste sistema de opressão, aqui entendido como resultante do capitalismo, colonialismo e do heteropatriarcado?

Para melhor nos situar nestes temas e nos ajudar nesta resposta, este trabalho apoia-se nos ensinamentos do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a partir de quem serão analisados conceitos, instrumentos e métodos por ele preconizados em suas epistemologias do Sul, como também a definição da linha abissal, os instrumentos para superação do pensamento abissal, além de conceitos como sociologia das ausências, ecologias dos saberes etc.

² Para mais informações, acessar ao site <http://www2.uesb.br/ppg/ppgcel/>.

³ Em meados de fevereiro de 2022, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, ordena ataques à Ucrânia alegando diversos motivos. A matéria completa está disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2022/02/24/por-que-a-russia-invadiu-a-ucrania.ghtml>. Acesso em 19 out. 2022

Como introdução e provocação à reflexão do leitor, trago análise feita a partir de textos produzidos por Paul B. Preciado (2020) e Boaventura de Sousa Santos (2011, 2018, 2019, 2021). Valendo-me do cotejo de duas metáforas, esta análise busca criar uma atmosfera de reflexão sobre este momento histórico e o sobre os principais temas a serem vistos ao longo deste trabalho. São metáforas feitas a partir do projétil balístico (a “bala”) e do vírus (coronavírus) –esta a partir da leitura de um conto de Paul Preciado; aquela a partir dos escritos intrapandêmicos do sociólogo Boaventura Souza Santos.

Veremos, também, com base em teorias da analista do discurso Ida Lucia Machado (2015a, 2015b, 2016c, 2016d, 2020) conceitos inerentes às narrativas de vida como *corpora* de trabalhos de pesquisa. O que as diferencia das obras autobiográficas? Qual a importância do seu estudo? Através dessas narrativas de vida podemos analisar contextos sociais? Quanto a produção de narrativas de vida pode contribuir na luta contra as diversas formas de opressão?

Embora este trabalho, do início ao fim, esteja recheado de excertos de narrativas de vida de pessoas LGBTQIA+, o estudo aqui proposto debruça-se mais especificamente em relatos de vida extraídos de textos escritos por João W. Nery, aqui analisados de forma contextualizada com as epistemologias do Sul e práticas de luta de pessoas LGBTQIA+. Em que medida as narrativas de vida produzidas por essas pessoas que resistem e buscam superar de diferentes maneiras as forças opressoras podem contribuir para superação da desumanização provocada por este nosso atual modelo civilizacional?

Embora não desconheça a necessidade premente de um novo modelo civilizacional, que seja mais humano, em que inexista a divisão de sociedades em colonial e metropolitana, que provoque a ruptura deste sistema opressor que estamos experimentando, não se deve negar que iniciativas de resistência tidas por menores, miúdas, insignificantes, subsistem e têm grande potencial de transformação, mesmo que não a nível global. Dentre outras táticas abordadas superficialmente neste estudo, a investigação concentra-se no grau de potencialidade das narrativas de vida.

Portanto, se esse instrumento de resistência e de abertura para novos mundos se mostrar potente para o encorajamento, a visibilização, a ampliação de sujeitos nesta realidade de opressão, entendo que esse instrumento de resistência apresenta sim resultado satisfatório, independentemente da dimensão de grupos e quantidade de pessoas alcançadas, ainda que afete apenas um ser humano.

Empolga-me investigar se pequenas vibrações, movimentos lentos e aparentemente suaves são capazes de provocar fissuras, arranhões, criar crostas neste sistema de opressão que domina a todes; ações que provocam, de forma justa, o bem-estar de alguns (ou de um só, por que não?), ainda que não provoquem grandes movimentações ou dimensões revolucionárias, devem ser reconhecidas, bem-vindas, engrandecidas.

Nessa perspectiva, por acreditar profundamente nas práticas de resistências, desenvolvo este trabalho com sentimento de esperança, por acreditar na força de relatos de vivências produzidos seja por movimentos coletivos, seja individualmente. Ainda que possa soar um pouco utópica essa pretensão, entendo que a difícil realidade deste contexto histórico não nos permite lançar um olhar romântico sobre os temas aqui abordados.

Para concluir esta apresentação, e sempre em mente com as ideias trazidas das epistemologias do Sul, vale o alerta de Leandra Du Art (mais conhecida como Leandrinha Du art), militante PCD (pessoa com deficiência) e LGBTQ+, colunista da Mídia Ninja, escritora, midiativista, fotógrafa:

Neste período assustador de silenciamento do povo, censura, intolerância, acovardamento, retirada de direitos e profunda violência contra a democracia, não há mais tempo para ficar educando uma direita ignorante e intolerante que não quer ser educada. Palavras de ódio em tempos como estes ou qualquer forma de ataque ao inimigo também não me parecem uma estratégia sensata, porque estaríamos reproduzindo exatamente o mesmo modelo de reprodução de violência que essa corja oportunista utilizou para elaborar e executar seus projetos políticos. Enfrentar e transformar o sistema desigual é um desafio, um desafio que exige seriedade, compromisso e estratégias de rearticulação democrática que rompam com a narrativa do impossível.” (DU ART, 2021, p. 218).

Ao tempo em que buscarei demonstrar a importância das narrativas de vida, que revelam práticas contra este sistema de opressão, marcado também pelo capacitismo, como citado acima, espero que esses relatos sejam também provocativos para todes nós, que temos compromisso de construir uma sociedade mais humana, mais igualitária, mais diversificada. Ainda que essas transformações não se efetivem hoje, que pensemos nas próximas gerações. O dever é de todes.

PARA UMA MELHOR LEITURA: À GUIA DE ESCLARECIMENTOS

Acrescento este capítulo para ser coerente com o objetivo proposto para essa dissertação, que é a simplicidade, acessibilidade e transparência com leitores quanto à utilização de algumas terminologias ao longo do texto. Para aqueles que já estudam os temas aqui analisados, algumas definições não serão necessárias. No entanto, para que possa alcançar e interessar ao maior número de pessoas, principalmente, àquelas que possuem pouco ou, até mesmo, nenhum contato com leituras desta natureza, não custa antecipar alguns apontamentos que podem ajudar na compreensão deste trabalho.

É importante reafirmar que esta pesquisa e sua pretensão de leitura, ainda que proposta para fins acadêmicos, o que lhe exige um caráter mais científico, voltam-se para leitores de todas as idades e formações científicas, culturais e sociais.

Um dos termos no qual orbita todas outras questões discutidas neste trabalho é a sexualidade. Aqui, o termo sexualidade deve ser lido, se possível, da forma mais ampla e não rigidamente definido. Deve ser visto, portanto, como uma expressão que dialoga com nossas características biológicas, identidade(s) de gênero, orientação afetivo-sexual e expressão de gênero. A respeito do termo sexualidade, Joseph Kuga, homem trans, em seu trabalho *Sexualidade humana e a comunidade LGBTQIAP+* corrobora que

A sexualidade humana é um conjunto de fatores internos e externos e faz parte da vida de todas as pessoas, desde o berço até o túmulo, não é uma característica única da comunidade LGBTQIAP+. Todo ser é composto por características biológicas, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e expressão de gênero. Esses quatro pilares da sexualidade humana transcendem à existência para além do instinto e da necessidade de reprodução, são fatores básicos que contribuem para a formação da personalidade individual e permeiam, mesmo que de forma inconsciente, o modo de ser e viver. (KUGA, 2022, p. 203).

A explicação acima transcrita é muito didática e apropriada para este trabalho, pois nos faz enxergar que o tema sexualidade é de interesse de todos, todas e todes e não só da comunidade LGBTQIA+, como pejorativamente costumam propagar. Logo, deve ser respeitado e discutido amplamente nos mais diversos ambientes. Tratar da sexualidade como matéria estritamente íntima é perigoso. Como nos lembra Miskolci (2020), a sexualidade, vista como sensação mais íntima, dá margem para a desumanização pela abjeção dos que não se submetem à normatividade.

A sexualidade envolve desejo, afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós. A sexualidade tende a ser vista, por cada um de nós, como

nossa própria intimidade, a parte mais reservada, às vezes até secreta, de nosso eu. Assim, não surpreende que a sociedade tenha encontrado nela um meio de normatizar as pessoas. (MISKOLCI, 2020, p. 43-44).

As pessoas que se definem de sexualidade diversa do padrão normativo da heterossexualidade e cisgeneridade (ao longo do texto, serão utilizadas as expressões cisheteronormatividade ou heterocisnormatividade) costumam ser identificadas por diferentes siglas, que podem variar entre LGBT, LGBT+, LGBTQI, LGBTQIA+ ou mesmo LGBTQIAP+⁴. Entendo que são siglas de valores políticos e históricos, símbolos de luta e resistências⁵. Por isso, quando tratarmos de trechos de narrativas de vida, os termos e designações relativos à gênero e à sexualidade reproduzirão os utilizados pelos sujeitos-narradores, preservando-os nos respectivos contextos narrados e aqui transcritos. Em alguns casos, eventuais explicações e ajustes serão feitos por nota de rodapé. Assim, pretende-se

⁴ Sem qualquer pretensão de esgotamento quanto à forma adequada, mais atualizada ou mais aceita por essa gama de comunidades. Para tanto, valho-me, mais uma vez, da explicação feita por Joseph Kuga, em artigo “Sexualidade humana e a comunidade LGBTQIAP+”, que faz parte da obra recente, publicada em 2022, *Diversidade e Inclusão e suas dimensões*, coordenada por Luciano Amato: Lésbicas são pessoas que se identificam com o gênero feminino e sentem atração sexual, afetiva e/ou emocional por outra pessoa que também se identifica com o gênero feminino. Gays são pessoas que se identificam com o gênero masculino e sentem atração sexual, afetiva e/ou emocional por outra pessoa que também se identifica com o gênero masculino. Bissexuais são pessoas que sentem atração sexual, afetiva e/ou emocional por indivíduos de ambos os gêneros. T (trans) são pessoas que não se reconhecem em seus corpos, ou seja, não são cisgêneros, pois sentem uma não conformidade entre psique e sexo biológico, não se enxergam no gênero imposto no nascimento baseado em sua genital e passam a viver como verdadeiramente são, em busca de se sentirem melhores consigo mesmas. Mulher trans vem ao mundo com pênis, hormônios, cromossomos e órgãos internos masculinos, ou possuem características biológicas intersexuais mas se entende como mulher. Homem trans vem ao mundo com vagina, hormônios cromossomos e órgãos internos femininos, ou possuem características biológicas intersexuais, mas se compreendem homem. T (Travesti) são pessoas que foram intituladas como homens ao nascimento, mas que, ao decorrer da vida, na construção de seu eu, se identificam na figura feminina. Por muitos anos, o termo travesti foi tratado como algo negativo e pejorativo e até hoje é perceptível o estigma ao falar desse recorte populacional, por isso atualmente o termo foi ressignificado adquirindo peso político em busca de acesso ao poder social, econômico, político ou religioso, apartando-se do sofrimento, da discriminação e da intolerância. Tecnicamente é difícil diferenciar trans e travesti, a distinção é mais política e social. Para ser trans ou travesti, não há necessidade de realizar nenhum tipo de alteração corporal, basta que a pessoa se autodeclare e, a partir disso, o melhor caminho é entender como a pessoa se vê, respeitar e usar os artigos e pronomes adequados. Queer é um termo guarda-chuva e representa pessoas que não seguem o padrão normativo de sexualidade humana. Já foi usado como ofensa, hoje o termo foi ressignificado para romper com as barreiras e estereótipos compulsórios. Permeia sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero. A Intersexualidade rompe o binarismo de sexo biológico masculino e feminino, a pessoa intersexo nasce com variadas características fisiológicas, como hormônios, órgãos reprodutivos e anatomias sexuais ambíguos, e não se encaixam na típica definição de homem ou mulher. Ser intersexual não torna alguém imediatamente homossexual ou transexual, são coisas distintas. Assexuais não sentem atração sexual por nenhuma identidade de gênero. Obviamente, há níveis de assexualidade e tal aspecto não impede a pessoa de ter sentimentos afetivos, emocionais, amorosos e vive-los. É uma orientação afetivo-sexual. Pansexuais se relacionam com pessoas independente do sexo biológico, identidade ou expressão de gênero. É uma orientação afetivo-sexual. O + engloba todas as outras formas de sexualidade humana que existem e não foram citadas acima e outras singularidades que ainda estão sendo descobertas. (AMATO, 2022. p. 204-205, grifo nosso).

⁵ A sigla considerada como um termo “guarda-chuva”, ou seja, engloba o contexto da diversidade de sexo biológico, gênero, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e expressão do gênero, uns LGBT, outros LGBTQI, LGBTQIA+ ou LGBTQIAP+.

preservar a ideia da pluralidade de interpretações e construtos acerca da relação corpo, sexo, gênero e amor. Neste trabalho, farei mais uso da sigla LGBTQIA+ ou da expressão “multidões *queer*”⁶, pois foram por mim utilizadas desde o início das pesquisas e outros trabalhos acadêmicos, como também eram as normalmente utilizadas em conversas com meu orientador e em grupos de discussão com outres colegas. Portanto, a expressão multidões *queer* deve ser assim compreendida:

A multidão *queer* não tem relação com um “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre o sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexo-políticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”. (PRECIADO, 2019, p. 16).

Ainda com a ideia de trazer algumas distinções conceituais sobre termos comumente utilizados neste estudo, vejamos as recorrentes palavras: heterossexismo, heterossexualidade e heteronormatividade. O sociólogo Richard Miskolci (2020, p. 47-48) nos oferece uma explicação de forma resumida e didática:

Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por homem e uma mulher. A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. Ela se expressa, frequentemente, de forma indireta, por exemplo, por meio da disseminação escolar, mas também midiática, apenas de imagens de casais heterossexuais. Isso relega à invisibilidade os casais formados por dois homens ou duas mulheres. A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero. Em outras palavras, heterossexismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são três coisas diferentes, conceitos importantes que nos auxiliam a compreender a hegemonia cultural hétero em diferentes dimensões. (MISKOLCI, 2020, p. 47-48).

Neste trabalho, utilizarei, em diversos momentos, a palavra sistema, como tradicionalmente se escreve, como também CISTema, sempre com as três letras iniciais maiúsculas, como forma de ressaltar o poder normativo da cisgeneridade, que também é tido

⁶ Preciado utiliza a expressão multidões *queer* por entender que as minorias sexuais não compõe apenas um espaço no qual agem os forças do biopoder, “Mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem se se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais...” (PRECIADO, 2019, p. 14).

como uma força de dominação em temas envolvendo sexualidade. Como exemplo de quem adota o termo CISTema, e que é muito referendada neste trabalho, cito a pesquisadora Leticia Nascimento. O sistema de opressão é aqui entendido como fruto das três grandes forças dominadoras⁷, que são, na linha de Boaventura de Sousa Santos (2019), o capitalismo, o colonialismo e heteropatriarcado.

Outro ponto que merece nossa atenção nesse momento é a razão por que as pessoas LGBTQIA+ ou muldiões *queer*, embora não tão significativamente minoritária em termos quantitativos, são vistas aqui como minorizadas. Esse critério é basicamente político, por força à opressão fruto do sistema de dominação capitalista, colonialista, heteropatriarcal; é uma parcela que ainda ocupa pouco espaço de poder e são, de fato, vítimas dessa relação de dominação. Paulo Freire (2019, p. 57) nos explica porque essas minorias são sempre vítimas da violência que esse sistema causa.

Basta, porém, que homens estejam proibidos de ser mais para que a situação objetiva em que tal proibição se verifica seja, em si mesma, uma violência. Violência real, não importa que, muitas vezes, adocicada pela falsa generosidade a que nos referimos, porque fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a de ser mais.

De fato, a violência contra pessoas LGBTQIA+, fruto dessas relações de opressão, não só invisibiliza, marginaliza e discrimina pessoas. É uma violência que tira injustamente muitas vidas, “300 pessoas LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas.”⁸ em 2021, (OLIVEIRA; MOTT, 2022, n.p).

Assim, as narrativas de vida de pessoas LGBTQIA+, além ajudar a transmitir as vozes dos oprimidos, levam-nos a enxergar também as diversas formas sutis de violência, nossos vieses inconscientes, que provocam, inegavelmente, exclusão, discriminação. Sobre os vieses inconscientes, “o grande desafio é perceber nossos próprios vieses inconscientes. É mais fácil identificar os preconceitos das outras pessoas do que perceber os nossos, esse viés é chamado de ponto cego (blindspot).” (KERR, 2022, p. 75)

⁷ Lembrando que Santos (2019) enfatiza que são tipos de dominação que agem em conjunto, somam forças e coexistem com outras forças de opressão que orbitam esse sistema, como a resultante do idadismo (ou etarismo), capacitismo, sexismo etc.

⁸ Segundo dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia. O Relatório integral encontra-se em <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Outro esclarecimento que entendo necessário trazer neste início é com relação à utilização dos termos *conhecimento* e *saberes*. Linguisticamente, como em outros campos do saber, a distinção entre eles pode ter razão. Como se notará, *conhecimento* e *saber* são vocábulos muito citados neste trabalho, às vezes aparecem separados, outras vezes, juntos. Por isso, esclareço como devem ser aqui interpretadas. A explicação segue a linha de raciocínio do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2019), que também faz esse esclarecimento sobre os termos para fins das epistemologias do Sul.

Santos (2019) não faz distinção entre saberes e conhecimento, trata-os equivalentemente. Isso porque, para as epistemologias por ele proposta, o que vale é o nascedouro desse conhecimento ou saber, cujas práticas devem partir da resistência contra a opressão. O pesquisador reconhece a distinção etimológica dessas palavras e aborda a origem do latim e do grego para cada uma delas, além de reconhecer (mas não adotar) a distinção entre saberes e conhecimento realçadas por Foucault⁹. Para proposta deste trabalho, entendo que não é necessário aprofundar teoricamente sobre essa distinção.

Na linha do pensamento do autor supracitado, neste texto, esses conceitos serão entendidos de forma equivalentes. Aqui, como nas epistemologias do Sul, o que prepondera é a origem/nascedouro desse saber ou conhecimento, se nascido ou aprendido nas lutas, pois “Para as epistemologias do Sul, conhecimento e saber devem ser entendidos como quase sinônimos, termos que podem ser usados permutavelmente ainda que as diferenças sutis entre eles se manifestem no uso da língua.” (SANTOS, 2019, p. 20).

Espero que esses esclarecimentos possam deixar o texto mais acessível, a leitura mais didática e a troca mais transparente e dialógica.

⁹ As razões para que hajam distinções apontadas por alguns teóricos sobre saberes e conhecimentos podem ser vistas em Santos (2019, p. 18-22).

1 O QUE TEMOS A APRENDER COM O VÍRUS E A BALA?

Caso se aprendesse essa lição do vírus, seria fácil concluir que, daqui para o futuro, o melhor meio de prevenir os efeitos destrutivos das próximas pandemias é reduzir as assimetrias sociais e ampliar a coesão social. Para isso será necessário reconfigurar o Estado em bases mais solidárias e socialmente mais justas. (SANTOS, 2021, p. 170).

Eu tinha três anos quando senti pela primeira vez o peso da bala. Senti que a carregava quando ouvi meu pai chamar duas meninas estrangeiras que caminhavam de mãos dadas pela rua de sapatonas nojentas. Na mesma hora, senti o peito queimar. Naquela noite, sem saber por que, imaginei pela primeira vez que fugia da cidade e ia para um lugar estrangeiro. Os dias se seguiram foram os dias do medo, da vergonha. (PRECIADO, 2020, p.107).

A bala e o vírus, guardadas, obviamente, suas distinções, possuem pontos em comum. Serão aqui tratadas metaforicamente. A ideia é iniciar este estudo acadêmico em uma atmosfera provocativa, a partir da representatividade do vírus e da bala. Não se pretende iniciar em clima de guerra, como se pode imaginar, mas um espaço criativo, em que possam aflorar potencialidades, táticas e esperanças de novos horizontes no âmbito de um sistema de opressões.

Um projétil balístico (a bala), embora pequeno, uma vez acionado, ganha velocidade, letalidade, longo alcance, tendo, em regra, o ser humano como alvo. O vírus, mesmo minúsculo, também apresenta potencial de letalidade, de espriar-se pelo ar, de ser invisível a olho nu. Ambos, enfim, são vistos como mortíferos, violentos e ludibriosos aos meios naturais de autodefesa.

A bala e o vírus ganharam destaque nos últimos anos, especialmente aqui no Brasil. A bala, vista como projétil, ganhou importância desde a ascensão da extrema direita, em 2018, pois uma das promessas era o aumento do poder de armamento da população. Não à toa, o mercado de armas e munições aumentou significativamente nos últimos dois anos. Para se ter noção, durante o seu governo, 267 milhões de munições¹⁰ foram colocadas em circulação, ou seja, mais de uma bala por habitante, conforme dados de meados de 2020. Fala-se, também, na força política da bancada da “Bala” no Congresso Nacional, que seria formada por deputados e senadores oriundos de carreiras policiais e afins.

¹⁰ Matéria intitulada “Com decreto de Bolsonaro, mais de 2 bilhões de munições podem ser compradas por brasileiros que já têm armas”. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48391614>. Acesso em: 25 jan. 2023.

A bala, sem dúvida, é símbolo de violência, da morte, de covardia frente à nossa autodefesa; o vírus é símbolo da morte, do inimigo invisível, do ludibrioso pelo seu poder de evolução e suas intermitências. Dando asas à imaginação, poderíamos ir longe nesses comparativos (Bala x Vírus).

A partir da crônica “A bala”, escrita por Paul Preciado, em 2014, que faz parte do seu livro “Um apartamento em Urano” e das análises sociológicas do vírus da COVID-19 feitas por Boaventura de Sousa Santos (2021), neste período de pandemia, os termos “vírus” e “balas” serão aqui retratados como mensageiros da esperança e da nossa frágil condição humana.

A primeira mensagem acerca do vírus da Covid-19 foi sua versão democrática, visto que todes em potencial poderiam ser atingidos, independentemente da classe social, econômica ou raça¹¹. E a bala? Sim, também. Nem que seja uma bala perdida, desviada ou pedaço de fragmento de um projétil, como ocorreu com a jovem Katlen de Oliveira Romeu¹², de 24 anos, que estava grávida e foi atingida por uma bala perdida em Lins de Vasconcelos, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Ao utilizar a metáfora do vírus, no caso, o coronavírus, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 34) nos explica:

As metáforas constituem uma tentativa de domesticar esse vírus enquanto fenômeno, tentando enquadrá-lo no domínio do compreensível no plano social, filosófico e cultural. As metáforas, longe de serem arbitrárias, são intencionais, convocam diferentes tipos de ação e imaginam diferentes sociedades pós-pandemia. Distingo três metáforas: o vírus como inimigo, o vírus como mensageiro, o vírus como pedagogo.

A metáfora da guerra e do inimigo não nos ajuda a imaginar uma sociedade melhor, mais diversa nas experiências interculturais, mais democrática, mais equitativa, mais justa e menos propensa a vírus tão letais. Para o objetivo deste texto, vale a análise do vírus visto enquanto símbolo pedagógico. Qual seria, então, o seu papel? O autor evidencia que:

A metáfora do pedagogo é a única que nos obriga a interagir com o vírus, a convertê-lo num sujeito digno de ter um diálogo conosco. Obviamente, é um pedagogo cruel, que não perde tempo explicando as razões do seu agir e simplesmente age como deve agir. Mas não um ser irracional. Teve razões

¹¹ No livro publicado por Santos (2020), intitulado “A cruel pedagogia do vírus”, ele desmonta a visão democrática dos efeitos da pandemia provocada pelo vírus da COVID-19 ao lembrar daqueles e daquelas que estão em condições muito mais vulneráveis. O autor faz uma importante menção aos grupos mais afetados pela crise ao redor do mundo.

¹² Modelo grávida que morreu baleada é enterrada no Rio. Matéria completa disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/baleada-em-tiroteio-enterrada-modelo-gravida-que-morreu-no-rio-16353566>. Acesso em: 25 jan. 2023.

para vir agora até nós e para vir do modo como o faz. É, pois, necessário tentar pensar sobre ele, para progressivamente poder pensar com ele, até finalmente pensar a partir da perspectiva dele. (SANTOS, 2021, p. 38).

Com a metáfora do vírus como pedagogo, o autor alerta sobre a necessidade urgente de lançar mão de uma escuta (que não se confunde com o ouvir) profunda do vírus. Não é uma tarefa fácil, pois nosso modelo epistemológico não nos ensinou a escutar profundamente. Santos (2021) reforça também a necessidade de uma tradução entre a linguagem humana e a linguagem viral, que não é uma tradução linguística, mas uma tradução intercultural:

Trata-se de tradução intercultural, entre a cultura humana dos infectados e mortos, a cultura do pessoal da saúde que deles cuida, a cultura científica dos que estudam os vírus e a cultura natural do agente infeccioso e letal. É uma tarefa muito complexa devido a um vício fatal dos seres humanos: o antropocentrismo. Esse vício consiste em conceber o mundo à nossa imagem e semelhança e, portanto, atribuir ao vírus razões como se ele fosse um de nós. O problema é que, se assim fizermos, só aprenderemos o que já sabemos, ou seja, nada. É, pois, crucial partir do pressuposto de que o vírus não pensa como nós, pensa como um vírus. E apesar de estarmos aterrorizados por ele, devemos confortar-nos que nesse domínio somos superiores a ele. O vírus não pode imaginar que seja possível pensar de maneira diferente da que ele pensa. (SANTOS, 2021, p. 40).

Ainda sob as formas de aprendizagem com esse vírus da Covid-19, metaforicamente pedagogo, Santos (2021), além de explicar a necessidade de uma tradução intercultural, propõe também a necessidade de copresença. Dessa forma, a ideia da copresença seria a seguinte:

Mais produtiva que a ideia do pluriverso é a ideia da co-presença. Por mais insondável que seja o vírus, a sua presença entre nós é assustadoramente inequívoca. Estamos, pois, em co-presença, e é a partir daí que deve ocorrer a comunicação. Para além das dificuldades de tradução intervital, é preciso elaborar um código semiótico de comunicação que dê significado à co-presença. Esse código só pode ser o de uma comunicação por sinais. Já vimos que os sinais do vírus são a infecção e a potencial morte. Esses sinais só são opacos quanto às suas razões se o vírus for considerado, como fiz acima, como um ente natural. Mas será? E se houver nele mais de humano que nós pensamos? Não estou pensando nas teorias da conspiração que atribuem o vírus a uma criação laboratorial. Estou me referindo a algo muito mais substantivo e de consequências muito mais transcendentais. Estou me referindo ao fato de o vírus ser uma co-criação entre humanos e natureza, uma co-criação decorrente do modo como os seres humanos têm interferido nos processos naturais, sobretudo desde o século XVI. Essa longa duração é a mesma do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado modernos. A exploração sem limites dos recursos naturais e a apropriação e discriminação contra tudo o que foi considerado mais próximo da natureza, fossem escravos, mulheres ou povos indígenas, interferiram de tal maneira com a natureza que o que hoje consideramos natureza é, em boa parte, produto dessa interferência.

Sendo assim, a natureza é tão humana quanto nós, ainda que de modo radicalmente diferente. (SANTOS, 2021, p. 40-41).

Para finalizar sua análise do vírus como pedagogo, o sociólogo lança um alerta: que o período seguinte à pandemia, a essa fase de convivência com o vírus, seja de esperança, de busca de alternativas de futuros melhores. Que a mensagem não seja de medo, regresso, pessimismo.

O coronavírus presta-se à ideia de um apocalipse latente, que não decorre de um saber revelado, mas de sintomas que fazem prever acontecimentos cada vez mais extremos a que se junta a convicção de que a sociedade, por mais que se proponha corrigir o curso das coisas, acaba sempre por seguir o caminho inelutável da decadência. A devastação causada pelo coronavírus como que aponta para um apocalipse em câmera lenta. O coronavírus alimenta a vertente pessimista da contemporaneidade, e isso deve ser tomada em conta no período imediatamente pós-pandêmico. Muita gente não vai querer pensar em alternativas de um mundo mais livre de vírus. Vai querer o regresso do normal a todo custo por estar convencido que qualquer mudança será para pior. À narrativa do medo haverá que contrapor a narrativa da esperança. A disputa entre as duas alternativas será decisiva. Como for decidida determinará se queremos ou não continuar a ter direito a um futuro melhor.” (SANTOS, 2021, p. 45).

Por sua vez, Preciado (2020) nos encoraja a aceitar a bala mensageira da nossa diversidade sexual. Por isso, mostra-se muito pertinente para o momento em que vivemos. Por quê? Porque todes nós temos de entender que a sexualidade é um processo que a qualquer tempo pode dar voltas e passar por mudanças (lembrando que todes estamos sempre em busca do nosso ser-mais), não importa a classe, a raça, o sexo, ainda que estejamos em uma sociedade de opressões sexistas, classistas, heteropatriarcais.

Todes nós, desde o nascimento até a morte, podemos ser atingidos pela bala mencionada pelo teórico e nos tornamos suscetíveis às discriminações e violências que injustamente são submetidas às pessoas LGBTQIA+. Vejamos trecho da crônica que nos ajuda a compreender como a bala – no sentido denotativo trazido por Preciado (2020) (poderíamos denominá-las também de bala do amor) – pode atingir-nos, todes nós seres humanos:

A transexualidade é um franco-atirador silencioso que dispara direto no peito das crianças que se olham no espelho ou daquelas que contam os passos quando caminham. Não sabe se elas nasceram de uma reprodução assistida ou de um casamento apostólico romano. Não lhe importa se são de famílias monoparentais ou se papai vestia azul e mamãe vestia rosa. Nem o frio de Sochi nem o calor de Cartagena das Índias fazem sua mão tremer. Ela abre fogo da mesma forma em Israel e na Palestina. A transexualidade é um franco-atirador cego como o riso, generoso como o amor, carinhoso e tolerante como

uma cadela. De vez em quando, atira num professor do interior ou numa mãe de família – e bum! (PRECIADO, 2020, p. 106).

Em seguida, o filósofo faz uma observação quanto aos efeitos positivos para os que, atingidos pela bala, encararam-na de frente, mesmo sabendo dos desafios de viver em uma sociedade preconceituosa, demagoga e repressiva. Lança, outrossim, crítica às propostas médicas de enquadramento sexo/gênero/amor, popularmente conhecida no Brasil como “cura gay”.

Para quem tem a coragem de olhar a ferida de frente, a bala se transforma numa chave mestra que abre uma porta para mundos nunca antes vistos. Caem todos os véus, a matriz se desfaz. Mas alguns dos que levam uma bala no peito resolvem viver como se não a tivessem dentro de si. Há quem tenha morrido por levar a bala. Outros compensam o peso da bala com grandes gestos donjuanescos ou de princesas. Há médicos e igrejas que prometem extirpar a bala. Dizem que a cada dia uma nova clínica evangélica é aberta no Equador para reeducar homossexuais e transexuais. Os raios da fé confundem-se com descargas elétricas. Mas ninguém ainda conseguiu tirar a bala. Eles podem enterrá-la ainda mais fundo no peito, mas não extirpá-la. Sua bala é como seu anjo da guarda: estará sempre com você. (PRECIADO, 2020, p. 107).

O autor utiliza da bala lançada pelos franco-atiradores da sexualidade como forma de desestabilização de instituições que gozam de poder no atual modelo de sociedade ocidental. Ele aborda impactos da bala em membros de famílias conservadoras, ajudando-nos a entender que todes somos potenciais, por consequência, a sofrer os efeitos maléficos deste CISTema de opressão cisheteronormativo. Preciado afirma que “também não é difícil saber, por dedução estatística, conhecendo a boa pontaria de nossos franco-atiradores, que haverá entre seus filhos algumas crianças que irão crescer com a bala no coração” (PRECIADO, 2020, p. 107). Portanto, a luta contra essas forças de opressão é pelo bem-estar de todes nós.

Quando vejo as famílias das manifestações neoconservadoras avançarem com seus filhos, não posso deixar de pensar que entre essas crianças há algumas de três, cinco, quem sabe só oito anos que já carregam uma bala ardendo no peito. Elas carregam cartazes que dizem “não toquem em nossos estereótipos de gênero”, “não se deixem enganar, meninos têm pênis, meninas têm vulvas”, que alguém colocou em suas mãos. Mas já sabem que não conseguirão estar à altura do estereótipo. Seus pais gritam que meninas lésbicas, meninos bichas e meninos trans não podem frequentar a escola, mas essas crianças sabem que carregam a bala dentro de si. À noite, como acontecia quando eu era criança, vão para a cama com a vergonha de decepcionar os pais, talvez com medo de que eles as abandonem ou desejem sua morte. E sonham, como quando eu era criança, que fogem para um lugar no estrangeiro ou para um planeta distante, onde as crianças da bala podem viver. (PRECIADO, 2020, p. 108).

Preciado (2020, p. 108) encerra a crônica com uma emocionante mensagem: “Agora falo a vocês, crianças da bala, e digo: a vida é maravilhosa, estamos esperando vocês, nós, os caídos, os amantes do peito perfurado. Vocês não estão sós”.

Este texto introdutório pretende mostrar que, assim como o vírus, a bala pode atingir a qualquer um de nós. As mencionadas metáforas – do vírus pedagogo e da bala como projétil lançado por franco-atiradores da sexualidade – nos revelam a necessidade de construção de uma sociedade mais democrática, mais equitativa e menos propensa aos efeitos letais e maléficos do vírus e das balas.

Metaforicamente, tanto a bala, objeto utilizado em um conto de Paul B. Preciado (2020), e o coronavírus (vírus responsável pela COVID-19) – microorganismo inspirador de análises sociológicas do estudioso Boaventura de Sousa Santos – serão úteis para as pretendidas reflexões deste estudo. O imaginário de violência promovido pela bala será lembrado mais adiante quando abordarmos o tema sexualidade no contexto da ditadura militar do Brasil. Já o vírus pedagogo e a bala como projétil carregado de amor, esperança e busca de liberdade (a busca pelo *ser-mais*) devem estar presentes na alma e corpo dos leitores durante todo este trabalho, lembrando sempre, por pertinentes, as palavras de Paulo Freire (2019, p. 59):

Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de violência dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor.

Que essa representação metafórica da bala e do vírus nos alimente de esperança para construção de um modelo de cidadania integral, atenta à dignidade da pessoa humana, capaz de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não custa lembrar que essas ideias estão concretizadas nos objetivos previstos na nossa Constituição Federal de 1988.

2 POR QUE AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL?

O Sul não é um lugar, mas antes o efeito de relações entre poder, conhecimento e espaço. A modernidade colonial inventa uma geografia e uma cronologia: o Sul é primitivo e passado. O Norte é progresso e futuro. O Sul é resultado de um sistema racial e sexual de classificação social, de uma epistemologia binária que opõe alto e baixo, mente e corpo, cabeça e pés, racionalidade e emoção, teoria e prática. O Sul é um mito sexualizado e racializado (...) (PRECIADO, 2020, p. 283).

Com a citação acima, iniciam-se alguns apontamentos acerca das epistemologias do Sul, fundamentais para os estudos que se seguem. Na crônica, datada de 23 de junho de 2017, intitulada *O Sul não existe*, o filósofo Paul B. Preciado (2020) faz considerações sobre a sua visão do Sul, não sendo geográfico, mas como efeito das relações entre poder, conhecimento e espaço, resultado de um sistema racial e sexual de classificação social.

A visão do Sul discutida pelo estudioso vem ao encontro das ideias do sociólogo Boaventura de Souza Santos (2018). Para este, o Sul – objeto de seus estudos – também não é um ponto geográfico, é um Sul geopolítico, consistente no conjunto de países e grupos sociais, de nações que têm estado sujeitos aos sistemas de opressão, de exclusão.

Não sendo geográfico, o Sul pode assumir duas faces: a face imperial e a face anti-imperial. Assumindo a face imperial, o Sul reproduz, imita o Norte global, é dele uma caricatura, aceitando a forma como o capitalismo global funciona. Mas o Sul pode ser anti-imperial, tornando-se “um agente das epistemologias do Sul. Neste sentido, o Sul global refere-se ao conjunto de movimentos, de ações coletivas de populações, que lutam contra as formas de opressão, exploração e discriminação.” (SANTOS, 2018, p. 25).

Nesse particular, quando Santos (2018) afirma que o Sul pode assumir uma dessas duas feições acima, vale lembrar da expressão utilizada por Paulo Freire do *opressor hospedado*, para nos fazer lembrar da coexistência do lado opressor no oprimido. Por isso, o oprimido – aqui representado pelo Sul – deve ser vigilante com relação às práticas opressivas, pois todos temos um *opressor hospedado*. O Sul pode assumir ações e posturas, voluntárias ou não, naturais do Norte (opressor). Não à toa, Freire (2019), nesse ponto, alerta para o cuidado que a liderança revolucionária tem que ter sempre em mente, visto que todos, inclusive os oprimidos, tem um *opressor hospedado*.

A liderança há de confiar nas potencialidades das massas a quem não pode tratar como objetos de sua ação. Há de confiar em que elas são capazes de se empenhar na busca de sua liderança, mas há de desconfiar, sempre desconfiar, da ambiguidade dos homens oprimidos. Desconfiar dos homens oprimidos,

não é, propriamente, desconfiar deles enquanto homens, mas desconfiar do opressor ‘hospedado’ neles. (FREIRE, 2019, p. 230).

A divisão Norte e Sul nos ajuda a melhor compreender o processo de produção e validação dos saberes e conhecimentos no âmbito de cada um deles. Nos ajuda a entender como uns são invisibilizados ontologicamente, enquanto outros gozam efetivamente deste mundo como seu; os que estão no Sul precisam ter coragem para existir; já os que estão no Norte vivem dentro de uma normalidade/normatividade. As palavras de Preciado (2020), ao mesmo tempo em que causam tremor nos nossos mais profundos sentimentos como ser humano, nos faz refletir a realidade de “estar no Sul”.

Na epistemologia ocidental, o Sul é animal, feminino, infantil, bicha, negro. O Sul é potencialmente doente, débil, estúpido, deficiente, preguiçoso, pobre. O Sul é sempre representado como carente de soberania, carente de conhecimento, de riqueza e, portanto, intrinsecamente endividado em relação ao Norte. Ao mesmo tempo, o Sul é o lugar onde acontece a extração capitalista: o lugar onde o Norte captura energia, significado, jouissance e valor agregado. O Sul é a pele e o útero. O óleo e o café. A carne e o outro. (PRECIADO, 2020, p. 283-284).

Nesse binarismo epistemológico, o referido filósofo representa o Norte no outro extremo. A partir de padrões sexistas, raciais, capacitistas, higiênicos, econômicos, orgânicos, tecnológicos, monetários, ele define o Norte como humano, masculino, adulto, heterossexual, branco, cada vez mais saudável, mais forte, mais inteligente, mais limpo, mais produtivo, mais rico; como a alma e o falo; como o esperma e a moeda; como a máquina e o software, “é o lugar da coleção e do lucro. O Norte é o museu, arquivo, banco.” (PRECIADO, 2020, p. 284).

Como via de superação dessa realidade imposta pela dicotomia Norte e Sul, Santos (2019) propõe as diretrizes que emanam das epistemologias do Sul, gestadas a partir da não aceitação do atual estado de coisas por “grupos sociais oprimidos pelo *status quo* que, em todo mundo, resistem e lutam contra opressão e dominação.” (SANTOS, 2019, p. 8, grifo do autor).

Questionando as bases epistemológicas do pensamento crítico eurocêntrico (epistemologias do Norte) e buscando novos horizontes para além dele, o sociólogo defende a mudança epistemológica como uma forma de recuperar a ideia de que existem alternativas críveis para esse atual modelo civilizacional, bem como a forma de reconhecer que as lutas contra a opressão que continuam a ter lugar no mundo são portadoras de potenciais alternativas (SANTOS, 2019).

Essa observação, quanto às potencialidades do Sul, não obstante, às forças dominantes do Norte, também é feita por Preciado (2020), quando descreve o medo que o Sul causa ao

Norte: “Ao mesmo tempo, o Sul é o lugar temido pelo Norte como reserva de potência revolucionária, e por isso é lá que o controle e a vigilância se intensificam.” (PRECIADO, 2020, p. 284).

Ainda nessa linha de pensamento, em *Pedagogia do oprimido*, Freire (2019) nos lembra como agem as forças no Norte opressor diante da potência revolucionária do Sul, podendo ali ser representado no termo *invadido*. Em outras palavras, o professor afirma que as forças do Norte (dos opressores) agem (maldosamente, com vieses colonizadores) sobre o Sul (os oprimidos) quando estes – ali denominados de invadidos –, em determinado momento da história, ganham mais reconhecimento existencial (social, econômico ou jurídico) e podem comprometer a instabilidade da estrutura de dominação estabelecida.

Quando, porém, os invadidos, em certo momento de sua experiência existencial, começam, desta ou daquela forma, a recusar a invasão a que, em outro momento, se poderiam haver adaptado, para justificar o seu fracasso, falam na ‘inferioridade’ dos invadidos, porque ‘preguiçosos’, porque ‘doentes’, porque ‘mal-agraçados’ e às vezes, também, **porque ‘mestiços’**. (FREIRE, 2019, p. 210, grifo nosso).

Nesse cenário de divisão de poder e espaço entre as forças e estratégias de dominação do Norte e das táticas de resistência e superação do Sul, entendemos que as epistemologias do Sul, baseadas nas ideias do professor Santos (2018), podem nos ajudar nas análises a serem realizadas mais adiante e a nos orientar a concluir até que ponto elas nos oferecem caminhos para visibilização de práticas de luta e resistência materializadas em narrativas de pessoas que se encontram no Sul, em razão do *status quo* englobado na sigla LGBTQIA+.

Por reconhecer a coragem de existir dessas pessoas que, através de suas táticas de superação em contextos sociopolíticos adversos, produzem muitos conhecimentos e saberes¹³ que devem ser aproveitados em novos modelos de sociedade mais humana, solidária e diversificada, este capítulo aborda sem maior profundidade, mas suficientemente, o que seriam essas epistemologias do Sul idealizadas pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos.

Transcrevo abaixo trecho que resume como devem ser entendidas as epistemologias do Sul para fins deste trabalho. Na perspectiva de Santos (2019), as epistemologias do Sul concentram-se em conhecimentos tidos por inexistentes, inaceitáveis, inteligíveis por não terem sido produzidos dentro de uma normatividade imposta pelo CISTema ou por serem produzidos por pessoas que não gozam do privilégio de ocupar espaços e saberes dominados pelo Norte.

¹³ Vale lembrar da observação lançada nas notas introdutórias deste trabalho quando informa que as expressões *conhecimentos* e *saberes* serão aqui mencionadas sem distinções.

As epistemologias do Sul referem-se aos conhecimentos que surgem das lutas sociais e políticas e não podem ser separados dessas mesmas lutas. Não se trata, por conseguinte, de epistemologias no sentido convencional do termo. O seu objetivo não é estudar o conhecimento ou a crença justificada enquanto tais, e muito menos o contexto social e histórico em que ambos surgem (a epistemologia social é um conceito igualmente controverso). Trata-se antes de identificar e valorizar aquilo que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão. Muitas dessas formas de conhecimento não configuram conhecimentos pensados como atividade autônoma, e sim gerados e vividos em práticas sociais concretas. As epistemologias do Sul ocupam o conceito de epistemologia para o re-significarem enquanto instrumento de interrupção das políticas dominantes e dos conhecimentos que as sustentam. (SANTOS, 2019, p. 18).

Se existem as do Sul, por coerência existem as do Norte. Quais, então, os desafios postos por essas àquelas? A resposta é apresentada também pelo autor, em dois diferentes níveis: o primeiro, relativamente à validade de conhecimentos e de modos de saber, pois, como dito acima, seriam conhecimentos, dentro deste sistema de opressão, classificados como ilegítimos, inexistentes, inteligíveis.

Caberia, então, neste primeiro momento, às epistemologias do Sul transformar sujeitos ausentes em sujeitos presentes como condição imprescindível para identificar e validar conhecimentos que podem contribuir para reinventar a emancipação e a libertação sociais (SANTOS, 2014). Assim, seria possível através do que o autor denomina de “sociologia das ausências”, que será melhor visto adiante. Ainda sobre a necessidade de reconhecimento destes conhecimentos, o estudioso postula:

As epistemologias do Sul incidem em processos cognitivos relacionados com o significado, a justificação e a orientação na luta disponibilizados pelos que resistem e se revoltam contra a opressão. A questão da validade surge a partir dessa presença forte. O reconhecimento da luta e de seus respectivos protagonistas é um ato de pré-conhecimento, um impulso intelectual e político-pragmático que implica a necessidade de escrutinar a validade do conhecimento que circula no âmbito da luta ou que é gerado pela própria luta. (SANTOS, 2019, p. 19).

Antes de expor qual seria o segundo nível dos desafios das epistemologias do Sul frente às do Norte, são pertinentes as palavras da transfeminista Letícia Nascimento, para a melhor compreensão do que seria esse processo de invisibilização do ser e de tudo que ele possa produzir dentro do sistema de opressão. A estudiosa nos alerta para os conhecimentos inexistentes por que produzidos por sujeitos (situados como) inexistentes, o que justamente Santos (2019) visa rechaçar através das epistemologias do Sul, definindo como primeiro nível

de desafio nesta quebra de braço Sul x Norte. Nascimento (2021) nos lembra esse poder de invisibilização das epistemologias do Norte:

A despeito da forma como nos autodefinimos, como corpos trans e travestigêneres, ao recusarmos a suposta verdade biológica imposta pelo CISTema sexo-gênero-desejo, entramos em um lugar de precarização de nossas existências, exatamente por ocuparmos um não lugar em relação ao gênero normativo. As experiências de outreridades por nós vivenciadas nos retiram de uma condição de inteligibilidade humana imposta pelos corpos cis, que possuem privilégios na colonialidade de gênero. (NASCIMENTO, 2021, p. 58).

Essa realidade se mostra desumana, nas palavras de Preciado (2020), para as/os que são precarizadas/os pelo CISTema. Nascimento (2021) expõe essa situação ao descrever a perseguidora e constante dúvida existencial das transexuais e travestis: “a interrogação de se nós, mulheres transexuais e travestis, somos ou não mulheres, é um martelar constante, dúvida produzida pelo não enquadramento de nossas experiências dentro do CISTema colonial moderno de gênero.” (NASCIMENTO, 2021, p. 17).

Nesse sentido, mas sob um prisma do poder imperialista do capitalismo e da força do patriarcado sobre a existência da lesbianidade, são emblemáticas as abordagens feitas pela feminista e filósofa Landa Ciccone, em seu artigo *Os sujeitos da população LGBTQI+ e a responsabilidade em um Brasil hostil*. Esse texto compõe o livro *Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil*, sob organização de Taynah Ignacio. Vejamos, então, o que ela diz sobre esse poder invisibilizador e explorador do Norte sobre o Sul:

Por alienação da existência lésbica busco me referir neste texto à capacidade do patriarcado em ampliar a exploração sexual da figura feminina ao capitalizar as relações entre essas figuras e usá-las em seu benefício. Pouco tempo atrás, uma simples busca no Google pela palavra lésbica nos direcionava para páginas de pornografia, além de exibir imagens pornográficas de mulheres se relacionando. A própria ferramenta de busca fez alterações em seus algoritmos para que os resultados da busca não mais apresentassem pornografia relacionada à palavra lésbica. A masculinidade aliena o amor e o sexo entre mulheres porque interpreta que é uma relação que se inscreve na ausência do falo e, nesse ponto, a lesbianidade alienada parece ser instrumento que potencializa ou valoriza mais a masculinidade. Mais banal que a pornografia feita com mulheres se relacionando é a própria fetichização dos homens em se relacionarem com duas mulheres ou durante o ato sexual – fetiche muito comum também na indústria pornográfica, que por si só acarreta um longo debate sobre a exploração sexual de mulheres e do qual o movimento LGBTQI+ não deve se esquivar. O sexo/amor entre mulheres parece aqui não ser por si só portador de dignidade, mas dependente da autorização do patriarcado para existir, desde que possa servir ao desejo deste ou ao menos figurar seu imaginário como se fosse um fator ampliador ou legitimador da masculinidade. Aqui, quero deixar outros dois elementos que compõem essa exploração da lesbianidade e que seu oposto pode ser

interpretado como parte do segundo aspecto de violência que quero abordar: são eles a feminilidade e/ou nudez. É essa determinação de capitalização sexual dada à existência lésbica nos leva a pensar as violências masculinas ao se depararem com o seu oposto.

Por aniquilamento da existência lésbica penso nas lesbianidades e outros corpos de fêmeas que não performatizam feminilidade. São corpos com os quais os homens não parecem confortáveis, penso, que pela dificuldade de sexualizá-los. A não performatividade de feminilidade parece declarar que aqueles corpos não estão disponíveis à alienação nem mesmo pelo imaginário masculino. Por óbvio que esses corpos, quando desnudos, são facilmente captados pelo imaginário sexual masculino e passam então a figurar as violências de exploração sexual anteriormente citadas. E quando trato aqui sobre feminilidade, me refiro exatamente ao conjunto de performances que o patriarcado criou para as fêmeas a serem tornadas mulheres, incluindo a subserviência e mansidão, além da disposição sexual para o homem. (CICCONE, 2020, p. 153-154).

Os escritos de Letícia Nascimento (2021) e Landa Ciccone (2020) demonstram a importância de denunciar a violência desumana, e como age o CISTema opressor. As denúncias feitas pelas referidas autoras – nascidas da experimentação de lutas e resistências a tudo que lhes é imposto pelo sistema capitalista, colonialista e patriarcal – são práticas plenamente acolhidas e validadas no âmbito das epistemologias do Sul.

Voltando aos desafios das epistemologias do Sul frente às do Norte, o segundo nível proposto por Santos (2020) envolve os sujeitos resgatados ou a ser revelados através dessas sociologias inerentes às epistemologias do Sul. Eis suas explicações quanto a essa necessidade de resgate:

Por outro lado, os sujeitos que são resgatados ou revelados, ou trazidos à presença, são muitas vezes sujeitos coletivos, o que altera completamente a questão da autoria do conhecimento e, portanto, a questão da relação entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento. Estamos perante processos de luta social e política nos quais um tipo de conhecimento que muitas vezes não possui um sujeito individualizável é vivido de forma performativa. Os conhecimentos resgatados pelas epistemologias do Sul são técnica e culturalmente intrínsecos a determinadas práticas – as práticas da resistência contra a opressão. Existem incorporados em práticas sociais. Na maioria dos casos surgem e circulam de forma despersonalizada, mesmo que certos indivíduos no grupo tenham acesso privilegiado a esses conhecimentos e os formulem com mais autoridade (essa questão é desenvolvida adiante). Em face disso, e atentos aos usos da língua, pode pensar-se que se trata de saberes e não de conhecimento. (SANTOS, 2019, p. 19-20).

A observação do autor, mais uma vez, nos faz lembrar a advertência feita por Nascimento (2021) acerca da necessidade dessas pessoas tidas por inexistentes (ou de existências precarizadas) se autodefinirem:

Conforme nos autodefinimos dentro das mulheridades e/ou feminilidades, aproximamo-nos de um reconhecimento dentro de uma inteligibilidade de gênero e humana. Ao mesmo tempo, em contrapartida, contribuímos para desnaturalizar o modo socialmente instituído de se pensar a categoria “mulher”.

(...) Ao se autodefinirem como mulheres, as feministas compreendem gênero numa perspectiva plural e percebem que cada uma de nós performa suas feminilidades, ou mulheridades, de modo distintos, empreendendo um projeto coletivo, dentro do feminismo, de luta contra o sexismo, o machismo e o patriarcado. (NASCIMENTO, 2021, p. 58-59).

Também nessa linha preconizada por Santos (2019), quanto ao reconhecimento de sujeitos/autores despersonalizados na luta contra a opressão, vejamos a resposta da atual deputada federal, ativista, Erika Hilton, à questão se haveria saída para as pessoas LGBTQIA+ diante de um CISTema cuja estrutura se assenta na exclusão e na expulsão de corpos e existências divergentes:

- A estrada é longa e ainda há muito caminho pela frente. É certo que já estamos distantes do ponto de partida, embora não saibamos o dia em que nos encontraremos, todes juntas, na linha de chegada. Todas as saídas possíveis para a comunidade LGBT passam pela organização, pela elaboração de estratégias, pela ocupação dos espaços de poder e pelas conquistas coletivas. Só assim avançaremos. (HILTON, 2020, p. 13).

Ainda nesse ponto, vale lembrar-se do que foi manifestado pela já mencionada anteriormente Leandra Du Art (mais conhecida como Leandrinha Du art),:

- “... Acompanho e faço parte de diversos grupos que se mobilizam com uma força surreal e ensinam que juntos somos poderosos. Coletivos que fazem diferença regionalmente, enfrentando movimentos políticos retrógrados que tentam barrar projetos ligados à cultura, à mobilização intensa das mulheres, de pessoas com deficiência, LGBT e qualquer corpo que tenta lutar por melhorias no âmbito social. O espírito da coletividade talvez seja umas das potentes saídas para mudar esse cenário, a partir da construção coletiva.” (DU ART, 2020, p. 218)

As epistemologias do Sul, na forma idealizada por Santos (2019), é mais um instrumento para romper a cultura do silêncio (ou melhor, do silenciamento) existente em desfavor dos oprimidos/invisibilizados no atual sistema de dominação. Na medida em que são silenciados, invisibilizados ou, até mesmo, assimilados pelo opressor, essas pessoas deixam de buscar o ser-mais e se tornam proibidos de *estar sendo*. Como nos adverte Freire (2019, p. 238), “a cultura do silêncio”, que se gera na estrutura opressora, dentro da qual sob cuja força condicionante vêm realizando sua experiência de ‘quase-coisas’, necessariamente os constitui desta forma.”

Simple engano para os que pensam que essa luta pela humanização somente pertence aos desumanizados. É um processo histórico que interessa a todos, como afirma o pedagogo, cujas palavras merecem registro:

A desumanização, que não se verifica apenas no que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível da história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como ‘seres para si’, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 2019, p. 41).

As epistemologias do Sul se inserem nesse processo de resgate da nossa vocação para humanização, “vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada”. (Freire, 2019, p. 40).

Feitas as considerações sobre as epistemologias do Sul, veremos a seguir alguns conceitos, institutos e instrumentos baseados nessas epistemologias que darão suporte teórico e metodológico para este trabalho. Para melhor compreensão e concretude do estudo, as abordagens serão contextualizadas com conhecimentos teóricos e práticos a partir de narrativas de pessoas LGBTQIA+, que demonstram coragem e reivindicam o poder de existirem e de construir seus mundos.

3 REVELANDO A LINHA ABISSAL

As pessoas costumam dizer que morar numa favela de Zona Sul é privilégio, se compararmos a outras favelas na Zona Norte, Oeste, Baixada. De certa forma, entendo esse pensamento, acredito que tenha sentido. O que pouco se fala é que, diferente das outras favelas, o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto na Zona Sul é muito mais profundo. É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas, encarar os olhares dos ratos, desviar a cabeça de fios de energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades, e então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante. E, quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros. (MARTINS, 2018, p. 17-18).

Uma vez apresentadas e contextualizadas as epistemologias do Sul, – a partir de uma interpretação em diálogo aos temas de fundo deste trabalho, que estão voltados às forças de resistência e táticas de superação das pessoas LGBTQIA+ diante deste CISTema de dominação –, iremos tratar agora um dos pontos fundamentais para essas epistemologias: a linha abissal. Para Santos (2019, p. 42) “a linha abissal é a ideia basilar que subjaz as epistemologias do Sul.”

A linha abissal nos revelará uma trágica divisão social, criada a partir de um sistema de opressão resultante do capitalismo, colonialismo e heteropatriarcado. Compreender a existência desta linha abissal é essencial para as análises a serem feitas neste trabalho. Deveremos, portanto, a partir de agora, ter sempre em mente a ideia da existência da linha abissal e os efeitos por ela causados aos que se encontram no seu lado. Essa percepção efetivamente contribuirá para as nossas análises ulteriores.

Primeiramente, Santos (2019) afirma que as ciências sociais modernas não reconhecem a existência dessa linha abissal. Isso porque, com o rompimento do modelo colonialista (colonialismo histórico), que se baseava na ocupação e exploração territorial estrangeira, as ciências sociais modernas não reconheceram o colonialismo como forma de sociabilidade. O autor afirma que “o colonialismo enquanto forma de sociabilidade é parte integrante da dominação capitalista e patriarcal e que, por isso, não terminou quando o colonialismo histórico chegou ao fim.” (SANTOS, 2019, p. 41). Desse modo, “na modernidade ocidental não há humanidade sem sub-humanidades. Na raiz da diferença epistemológica há uma diferença ontológica.” (SANTOS, 2019, p. 42). Ele afirma que o fim do colonialismo e a independência política das ex-colônias europeias criaram a ilusão de mundo com possibilidades de autodeterminação. Com isso, as exclusões passaram a ser consideradas não-abissais, deslegitimando movimentos cujo objetivo fosse eliminar ou reduzir exclusões abissais.

Essa linha abissal é responsável pela divisão de nossa sociedade – divisão aplicável, segundo referido sociólogo, às sociedades ocidentais como um todo – em duas zonas: zona da sociabilidade metropolitana e zona colonial¹⁴. Como se deduz do próprio nome da linha, ela separa em dois lados a sociedade, cujas diferenças em termos civilizacionais são abissais, brutais, selvagens. O professor indaga:

Esta linha abissal é radical a ponto de ser invisível. Mas é esta linha abissal que distingue as sociedades metropolitanas das sociedades coloniais, e nos seus termos o que conta é o que acontece nas sociedades metropolitanas, enquanto que as sociedades coloniais são invisibilizadas e produzidas como ausentes. (SANTOS, 2018, p. 31).

Então, percebe-se os efeitos que a linha abissal causa aos que estão no lado colonial: a invisibilização, desumanização os tornam não-sujeitos. Qual seria então a distinção dos níveis de exclusão, para classificá-las em abissais ou não-abissais? São exclusões que se situam, figurativamente, em mundos de dominação distintos. As não-abissais ocorrem no lado do mundo denominado de metropolitano; as abissais, no mundo colonial. A partir das explicações do estudioso, as exclusões não-abissais ocorrem em um mundo ocupado por sujeitos que se encontram na relação de equivalência (embora existam iniquidades sociais inegavelmente), cujos ocupantes são tidos como humanos; há uma reciprocidade entre “nós”. Por isso, todos podem vindicar direitos. Para esse nível de exclusão, há mecanismos criados pela modernidade ocidental para geri-lo, a saber: o Estado liberal, o Estado de direito, os direitos humanos, a democracia, os sistemas de justiça.

Mais a fundo, resultantes de uma investida mais contundente do sistema de opressões, existem as exclusões abissais, que ocorrem no que o autor denomina de “mundo colonial ou da sociabilidade colonial”: seria o lugar dos “eles”, que não são tidos como humanos. “Paradoxalmente, a exclusão é ao mesmo tempo abissal e inexistente, já que é inimaginável que possam alguma vez vir a ser incluídos.” (SANTOS, 2019, p. 43). Consequentemente, essas exclusões não podem ser geridas pelos mecanismos que funcionam no mundo metropolitano. Essa também é a conclusão de Paulo Freire (2019) quando explica a existência da relação opressor e oprimido, o tratamento deste em relação àquele.

É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são “coisas”. Para eles, há um só direito – o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem sequer reconheçam, mas somente admitam aos

¹⁴ Denominadas de “mundos ou zonas metropolitanas e coloniais” são utilizadas por Boaventura de Sousa Santos (2019), mas reconhece que a influência teórica de Frantz Fanon, cuja presença nesse domínio, nas palavras de Santos, “é incontornável”. O autor lembra também que são de Franz Fanon “as mais eloquentes denúncias da linha abissal entre a metropolitanidade e colonialidade e do tipo de exclusões que ela cria.” (SANTOS, 2019, p. 42).

oprimidos. E isto ainda porque, afinal, é preciso que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam “generosos” (FREIRE, 2019, p. 62)

Santos (2019) afirma que deste lado colonial “as exclusões são abissais e a sua gestão ocorre através da dinâmica de apropriação e violência; a apropriação das vidas e dos recursos é quase sempre violenta, e a violência visa, direta ou indiretamente, à apropriação.” (SANTOS, 2019, p. 43). Nesse cenário, ele cita, como exemplos: o racismo, a violência doméstica, a tortura, o feminicídio¹⁵, a acumulação primitiva de capital, campo de internamento para refugiados. Podemos lembrar, ainda, a situação dos presídios brasileiros, a falta de reconhecimento social, familiar e jurídico das pessoas LGBTQIA+ etc.

Em termos práticos e para marcação do ponto fundamental da ideia de linha abissal para a análise de narrativas de vida de pessoas LGBTQIA+ que lutam contra o CISTema de dominação capitalista, colonialista e heteropatriarcal, vale transcrever trecho em que o referido autor nos revela a raiz dessa distinção em exclusões abissais e não-abissais:

A diferença crucial entre exclusão abissal e não-abissal reside no fato de a primeira assentar na ideia de que a vítima, ou o alvo, sofre de uma *capitis diminuto* ontológica por não ser totalmente humana, por ser um tipo de ser humano fatalmente degradado. Considera-se por isso inaceitável ou mesmo inimaginável que a mesma vítima, ou alvo, possa ser tratada com um ser humano como “nós”. Por consequência, a resistência contra a exclusão abissal engloba uma dimensão ontológica. É necessariamente um modo de existência. Enquanto as três formas de dominação moderna (capitalismo, colonialismo e patriarcado) vigorarem e funcionarem *in tandem*, grandes grupos sociais viverão, de forma sistemática, embora de modos diversos conforme as diferentes sociedades e contextos, esse fatal atravessar da linha abissal. (SANTOS, 2019, p. 46, grifo do autor).

Embora o adjetivo usado para denominar o lado que sofre as exclusões abissais seja “colonial”, vale esclarecer que são exclusões produzidas por um sistema que reúne forças inerentes ao capitalismo como o colonialismo, heteropatriarcado, sexismo, capacitismos. Inclusive, ao ilustrar casos práticos de como uma mesma pessoa pode sofrer dessas duas formas de exclusão, o autor lembra a situação, – dentro de uma sociedade com forte preconceito sexista – da mulher que sofre com a inobservância das regras trabalhistas no seu emprego doméstico (exclusão não-abissal, reparável pelas vias judiciais) e, ao mesmo tempo, ao retornar para casa (cruzando a linha abissal), podendo ser vítima de feminicídio (onde as normas jurídicas não são aplicáveis, sequer reconhecidas, pois o que impera é a violência e apropriação).

¹⁵ Crime de ódio proferido às mulheres em razão do seu gênero.

A dimensão do viver sob a pressão violenta das exclusões abissais pelo fato de estar/transitar/mover do lado colonial é bem sintetizada por Erika Hilton¹⁶ que, no trecho a seguir, extraído do livro “Tem Saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil”, organizado por Taynah Ignacio, traz a voz polifônica das pessoas que estão do outro lado da linha, porque não são vistas como seres humanos, nem merecem assim ser tratadas dentro deste CISTema que as invisibilizam e as abjetificam.

Falo especificamente da nossa realidade: a realidade de pessoas LGBT no Brasil, onde tem que ser boca de chupar facão na brasa. Onde tem travesti morta à luz do dia, viado é espancado na rua, sapatão e homem trans sofrem estupro corretivo. Onde viver e envelhecer são privilégios. É aqui e agora que urge a necessidade de sair da encruzilhada da necropolítica. E é ele mesmo, um CISTema binário e racista, que dita quem vive e quem morre, que faz da incompreensão da diferença sua base e forma de ação. A normatividade tóxica determina a política de morte para os corpos desviantes: tudo o que não é o homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão e rico é intolerável e deve ser eliminado. Para sobreviver, é preciso transgredir, pois nós definitivamente nos recusamos ao lugar de abjeção e de desumanidade a que tentam nos reduzir de todas as formas, a todo momento. (HILTON, 2020, p. 11-12).

No intuito de ampliar a compreensão do que seja estar do lado colonial, ou ocupá-lo transitoriamente, ou mesmo transpor provisoriamente a linha abissal, vejamos o relato postado em 2018, em redes sociais, por Leandra Du Art, mais conhecida como Leandrinha Du art, notória militante PCD (pessoas com deficiência) e LGBT+. O texto abaixo foi reproduzido no capítulo de sua autoria, intitulado *Quem é a próxima vítima do ódio*, que também integra o livro acima citado.

Quem é a próxima vítima do ódio?

Eu? Você?

Ninguém está sentindo medo? Sério!? Porque eu temo pela minha vida quando estou em lugares abertos ou superlotados. Quando entro no metrô também. Eu ando de janelas fechadas, prefiro carro de vidro fumê. Minha cadeira de rodas tem cinco níveis incríveis de velocidade, eu ando no cinco correndo para que eu não seja parada em momento algum, porque dependendo do lugar, eu tenho medo. Não converso com todo mundo que me aborda. Se alguém me grita na rua eu aceno, às vezes. Nunca conversei, mesmo sendo a coisa que eu mais amo fazer, e já ia me esquecendo, também ando de cabeça baixa se estou sozinha. Me esquivo de toques surpresas, e às vezes reajo mal, porque tenho medo que alguém queira me puxar. Se estou de joelhos na cadeira de rodas pra conversar, como sempre fico, quem me conhece sabe, prefiro que alguém fique próximo a mim, me sinto mais segura.

Quando algum macho hétero branco me elogia ou pede foto, fico receosa. Se daqui a algumas horas minha página ser bombardeada de ataques, idem. Quando tem muita gente no local e eu não consigo visualizar a saída, devido

¹⁶ Ativista dos direitos humanos de pessoas negras e LGBTQIAP+, foi vereadora em São Paulo e, recentemente, nas eleições de 2022, eleger-se como deputada federal.

estar sentada e mais baixa, peço para alguém abrir caminho para que eu passe, não só por causa da acessibilidade, mas também porque consigo andar com mais agilidade para sair da multidão, nunca sei o que pode acontecer. Estrelismo!? Parece neh? Antes fosse... Agora me dei conta que ser quem eu sou me torna um alvo fácil. Parece uma loucura, mas neste momento está muito mais palpável a insana brutalidade cega, disfarçada de posicionamento político alienado. Meu país não é um lugar seguro para mim. (DU ART, 2020, p. 213).

Relativamente, ao maior compromisso das epistemologias do Sul com as exclusões abissais e as lutas contra estas, tratando-as como prioritárias, Santos (2019) justifica essa decisão em razão do epistemicídio, fenômeno provocado pelas ciências modernas eurocêntricas aos que estão do lado abissal, no mundo colonial, no mundo da sociabilidade colonial. Ele, entretanto, reconhece também a importância da luta contra as exclusões do lado metropolitano. Suas explicações nesse ponto são essenciais, por expor também os diferentes níveis de luta contra as exclusões neste sistema de opressão:

As teorias críticas modernas reconheceram os diferentes graus de exclusão, mas recusaram-se a considerar qualitativamente diferentes tipos de exclusão, não demonstrando ter qualquer consciência da linha abissal. Isso não quer dizer que as exclusões não-abissais e as lutas contra elas não sejam igualmente importantes. É claro que são, nem que seja pelo fato de que a luta global contra a dominação moderna não terá sucesso se não tiver também como objeto as exclusões abissais. Se as epistemologias do Sul não concedem qualquer privilégio epistemológico às exclusões não-abissais é apenas porque estas já foram objeto de muito investimento cognitivo, e ainda porque as lutas dos últimos quinhentos anos contra essas exclusões tiveram muito mais visibilidade em termos políticos. Do ponto de vista das epistemologias do Sul, as exclusões não-abissais e as lutas contra elas ganham uma nova centralidade uma vez reconhecida a existência da linha abissal. A agenda política dos grupos que lutam contra a dominação capitalista, colonial e patriarcal deve, por isso, aceitar como princípio orientador a ideia de que as exclusões abissais e não-abissais funcionam em articulação e que a luta pela libertação só será bem-sucedida se as várias lutas contra os vários tipos de exclusões forem devidamente articuladas. (SANTOS, 2019, p. 44).

Partindo-se dos objetivos das epistemologias do Sul, um ponto essencial que não pode passar despercebido para os que dedicam a melhor compreensão e aprender com as pessoas que sofrem essas exclusões abissais e que abraçam a luta pela visibilização desses sujeitos e seus saberes é entender por que há dificuldade de enxergar a linha abissal, que nos atravessa metaforicamente o corpo, a depender do lugar que ele (o corpo) ocupa, podendo ser digno de proteção ou visto como uma coisa abjeta.

Essa dificuldade, para Santos (2019), decorre do que ele denomina de “ideologia da metropolitaneidade”, que obscurece os sentidos de percepção tanto dos que estão do lado metropolitano, quanto dos que são vítimas das exclusões abissais.

A dominação moderna é um modo global de articulação das exclusões abissais e não-abissais, uma articulação que é, de um lado, desigual, uma vez que varia conforme as sociedades e os contextos, e, por outro, ao nível global, combinada. Na sequência do colonialismo histórico, o caráter impreciso da linha abissal e a conseqüente dificuldade de reconhecer os dois tipos de exclusão devem-se ao fato de a ideologia da metropolitaneidade, bem como toda a aparelhagem jurídica e política que a acompanha, pairar sobre o mundo da sociabilidade colonial como o fantasma de um paraíso prometido, mas ainda não perdido (SANTOS, 2019, p. 46).

Justamente por causa dessa “ideologia da metropolitaneidade” – que apaga ou esfria nossas razões e sentimentos que nos ajudariam como seres humanos a perceber a violência que o CISTema de opressões provoca para parcela da sociedade moderna que sofre com exclusões abissais – que devemos ter o cuidado com ações que esse mesmo CISTema concede através de suas instituições legais e apresentam-nas como conquistas e sinônimas de avanços, progressos civilizatórios, visto que “por essa razão, os grupos sociais excluídos abissalmente têm sido frequentemente forçados a usar em suas lutas dispositivos apenas adequados para lutar contra exclusões não-abissais. Não surpreende, assim, que a frustração tenha sido grande.” (SANTOS, 2019, p. 48).

Cito, como exemplos, decisões judiciais, especialmente o Supremo Tribunal Federal – STF e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, garantindo direitos às pessoas LGBTQIA+, como a alteração do nome de pessoas trans, sem necessidade de demonstração de qualquer procedimento cirúrgico ou decisão judicial prévia. Cito, também, o afastamento da restrição de doação de sangue por pessoas homossexuais. Muito importante e também divulgada na mídia foi a decisão que equiparou ao crime de racismo as práticas discriminatórias e violências contra a comunidade LGBTQIA+.

Não que não sejam dignas de elogios e simbolizem conquistas, mas, para as epistemologias do Sul, não se pode acreditar que o processo de eliminação das exclusões abissais será através das vias convencionais próprias para lidar com as exclusões não-abissais. O autor afirma que “a consequência da invisibilidade e da confusão relativa a diferentes tipos de exclusão é o fato de os grupos sociais que são vítimas de exclusão abissal terem a tentação de recorrer, nas suas lutas, aos meios e mecanismos próprios das lutas contra a exclusão não-abissal.” (SANTOS, 2019, p. 47).

Esse olhar suspeito que deva ter os que se dedicam a abraçar as propostas das epistemologias do Sul nos faz lembrar da metáfora da “rosa de Hiroshima”¹⁷. Tenhamos, sempre, nessa luta que visa prioritariamente superar ou, ao menos, amenizar os efeitos da linha abissal, o cuidado com as rosas, que podem ser de Hiroshima, ou seja, a generosidade que serve para manter o *status* opressor, como adverte Paulo Freire (2019).

A percepção da existência da linha abissal em nossa sociedade, que cria zonas de exclusões abissais e não-abissais, é fundamental para o objetivo das epistemologias do Sul e para compreensão da importância de se construir alternativas que possam superá-la. Mais uma vez, são pertinentes as palavras de Paulo Freire (2019, p. 47), quando afirma que o início de um processo de luta autêntica pelos oprimidos já representa, por si só, a busca por uma humanização, um ser mais:

No momento, porém, em que se comece a autêntica luta para criar a situação que nascerá da superação da velha, já se está lutando pelo ser mais. E, se a situação opressora gera uma totalidade desumanizada e desumanizante, que atinge os que oprimem e os oprimidos, não vai caber, como já afirmamos, aos primeiros, que se encontram desumanizados só pelo motivo de oprimir, mas aos segundos, gerar de seu ser menos a busca do ser mais de todos.

Neste estudo, propõe-se a via das narrativas de vida que relatam lutas e vitórias de pessoas que têm coragem de existir e dar o próprio corpo (corpo político) por práticas de resistência e táticas de superação neste CISTema que se propõe absoluto, como nos ensina o sociólogo Boaventura de Sousa Santos em seus estudos.

Narrativas de vida apresentam-se, nesta luta, como contributo para construção de alianças entre grupos abissalmente excluídos e não-abissalmente excluídos. As narrativas de vida, como balas e vírus (nos sentidos metafóricos aqui apresentados), ganham, sim, poderes para transporem as barreiras dos preconceitos, discriminações e violências, penetrando indiscriminadamente em corpos “normais” e “saudáveis”, de modo a nos tornar multidões (somando-se e alinhando-se às multidões *queer*) nessas lutas contra a LGBTQIA+fobia.

¹⁷ Como bem nos alerta a música *Rosa de Hiroshima*: Pensem nas crianças/ Mudas telepáticas/ Pensem nas meninas/ Cegas inexatas/ Pensem nas mulheres/ Rotas alteradas/ Pensem nas feridas/ Como rosas cálidas/ Mas, oh, não se esqueçam/ Da rosa da rosa/ Da rosa de Hiroshima/ A rosa hereditária/A rosa radioativa/ Estúpida e inválida/ A rosa com cirrose/ A anti-rosa atômica/Sem cor sem perfume/ Sem rosa sem nada (composição de Gerson Conrad e Vinícius de Moraes).

4 SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS: DENUNCIAR E SUPERAR A LINHA ABISSAL.

Já vimos anteriormente como são produzidas as ausências. Pode parecer paradoxal, mas é isso mesmo, há um movimento violento, regido pelas forças de opressão capitalistas, colonialistas e heteropatriarcais que invisibilizam ativamente o reconhecimento de sujeitos nesta sociedade moderna, bem como impossibilitam a validação de tudo que é por eles produzido. Esse movimento de dominação com proporções globais provoca, em diferentes níveis, exclusões, aqui classificadas em abissais e não-abissais com base na divisão provocada pela linha abissal.

As epistemologias do Sul priorizam, como já foi dito, a supressão ou, ao menos, o arrefecimento das exclusões abissais, sem esquecer a importância, nesta luta, da construção de estratégias em conjunto entre os que estão na zona metropolitana e os que estão na zona colonial. Esse também, vale lembrar, é o caminho proposto por Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido*:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (...) Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos... (FREIRE, 2019, p. 41)

Impulsionado por estes objetivos, Santos (2019) nos desafia a adotar posturas que não sejam consideradas convencionais em pesquisas voltadas a abordar exclusões abissais; ressalta sempre a necessidade de se buscar uma sociologia transgressora numa acepção muito radical. De acordo com esse pensamento, ele desenvolve dois conceitos caros às epistemologias do Sul: a sociologia das ausências e a sociologia das emergências.

Consideradas a partir do ponto de vista das epistemologias do Norte, tanto a sociologia das ausências como a sociologia das emergências parecem implicar um suicídio sacrificial na medida em que as indagações que acarretam são obrigatoriamente efetuadas em contracorrente relativamente à formação, às teorias e às metodologias instituídas pela ciência social acadêmica. (SANTOS, 2019, p. 51).

A sociologia das ausências consiste no trabalho de resgatar saberes invisibilizados, marginalizados e ocultados. É um procedimento essencial para concreção dos ideais das

epistemologias do Sul; visa superar os efeitos desastrosos provocados pela linha abissal. Isso porque:

Muitas práticas, saberes e agentes que existem do outro lado dessa linha são de fato ativamente produzidos como inexistentes pelos saberes deste lado da linha abissal, especialmente quando resistem às exclusões abissais causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. (SANTOS, 2019, p. 28).

A sociologia das ausências preconiza, portanto, o trabalho de visibilização do que se encontra ausente em razão do pensamento desenvolvido nas epistemologias do Norte, como, por exemplo, a monocultura do saber, quando se nega a reconhecer outras formas de conhecimento e saberes, porque não foram produzidos pelas vias canônicas e tradicionais das ciências eurocêntricas. Trata-se, literalmente, de um trabalho de resgate de práticas, conhecimentos e expertises que sempre existiram, estiveram ali, mas, por força da invisibilização provocada pelo CISTema de dominação atual, não conseguem suplantar a barreira erguida por valores do capitalismo, colonialismo e heteropatriarcado.

A sociologia das ausências visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. Ao longo da história, todo o conhecimento cujo objeto empírico foi considerado impossível à luz das ciências sociais eurocêntricas foi ativamente produzido como inexistente. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças. A produção das presenças acontece quando nos centramos no estudo e na análise de fragmentos da experiência social não reconhecidos pela ciência eurocêntrica. (SANTOS, 2018, p. 59).

Relativamente às lógicas ou aos modos de produção da não-existência, o autor afirma que não há maneira única ou unívoca de não existir e provocar o epistemicídio massivo, ou seja, “destruição de uma imensa variedade de saberes que prevalecem sobretudo no outro lado da linha abissal – nas sociedades e sociabilidades coloniais.” (SANTOS, 2019, p. 27). Para provocar esse efeito, ele faz severas críticas às cinco monoculturas que caracterizam o conhecimento eurocêntrico moderno: a monocultura do conhecimento válido, a monocultura do tempo linear, a monocultura da classificação social, a monocultura da superioridade do universal e do global e a monocultura da produtividade.

Especificamente em relação às questões LGBTQIA+, podemos imaginar que a falta de reconhecimento como sujeitos e a invisibilização de suas práticas e saberes nascidos das lutas resultam dos efeitos das monoculturas do conhecimento válido e da classificação social.

No campo da sexualidade, a monocultura do saber consiste na sacralização e hegemonização do saber científico frente a outros saberes. Essa forma de epistemicídio, calcado

na naturalização dos gêneros e sexualidade, resulta no apagamento, esvaziamento, invisibilização do que é considerado “anormal”, doente, indigno de reconhecimento humano pela sociedade. Essa denúncia é formulada por Paul B. Preciado (2020), quando critica severamente a hegemonização do saber médico.

Quando a noção de “homossexualidade” desaparece dos manuais psiquiátricos, as noções de “intersexualidade” e “transexualidade” aparecem como novas patologias para as quais a medicina, a farmacologia e a lei propõem remédios. Cada corpo nascido no Ocidente é examinado e submetido aos protocolos de avaliação da normalidade de gênero inventados nos anos de 1950, nos Estados Unidos, pelos doutores John Money, John e Joan Hampson: se o corpo do bebê não se adapta aos critérios visuais da diferença sexual, ele será submetido a uma bateria de cirurgias de “redesignação sexual”. Da mesma forma, com algumas exceções, nem o discurso científico nem a lei reconhecem a possibilidade de que um corpo possa ser inscrito na sociedade dos humanos sem aceitar a diferença sexual. A transexualidade e a intersexualidade são descritas como patologias marginais e não como sintomas da inadequação do regime político-visual da diferença sexual à complexidade da vida. (PRECIADO, 2020, p. 27).

Mais adiante, Preciado (2020, p. 28) tece severas críticas a essa forma de epistemicídio, nos fazendo lembrar que se trata, como defende o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2019), de forças dominadoras que encontram raízes no CISTema capitalista, colonialista, heteropatriarcal.

A homossexualidade e a heterossexualidade, a intersexualidade e a transexualidade não existem fora de uma epistemologia colonial e capitalista, que privilegia as práticas sexuais reprodutivas como uma estratégia de gestão da população, da reprodução da força de trabalho, mas também da reprodução da população consumidora. É o capital e não a vida que se reproduz. Estas categorias são o mapa imposto pelo poder, e não o território da vida. Mas a homossexualidade e heterossexualidade, intersexualidade e transexualidade não existem, então quem somos nós? Como amamos? Vamos imaginá-lo.

As críticas do autor vão ao encontro do que preconiza as epistemologias do Sul defendidas por Santos (2018). Especificamente em relação à sociologia das ausências, Preciado (2020) faz, como visto, sérias denúncias que contribuem para desmonumentalizar as monoculturas eurocêntricas. Além dos efeitos negativos acarretados pela monocultura do saber em relação às pessoas LGBTQIA+, Santos (2018) enfatiza também que são as pessoas que não se enquadram às normas criadas pelo CISTema de opressões que sofrem os efeitos decorrentes da monocultura da classificação social, fundada na inferioridade ontológica. Eis suas considerações nesse ponto:

O terceiro modo de produção da não existência é a lógica da classificação social que assenta na monocultura da naturalização das diferenças. Esta lógica opera através da distribuição das populações por categorias que naturalizam e hierarquizam as diferenças. A classificação etno-racial e a classificação sexual são as mais salientes manifestações desta lógica. Ao contrário do que sucede com a relação capital/trabalho, a classificação social assenta em atributos que negam a intencionalidade da hierarquia social. (SANTOS, 2018, p. 60).

Nesse ponto, mostra-se oportuna a reflexão trazida por Leticia Nascimento (2021) no seu livro *Transfeminismo* quando ressalta a importância do lema associado aos movimentos feministas: “O pessoal é político.” (NASCIMENTO, 2021, p. 76). A ideia de que o pessoal é político se coaduna com o objetivo da sociologia das ausências, pois violações experienciadas por pessoas que ocupam historicamente o lado abissal não devem ser tratadas de foro íntimo, precisam ser evidenciadas/denunciadas. Por que não denunciar abusos e torturas sofridas gratuitamente por uma pessoa travesti em razão da sua forma de vestir-se, performar-se? “O tecido da resistência é entrelaçado ao rompermos com os silêncios normativos.” (NASCIMENTO, 2021, p. 79).

O lema “O pessoal é político” surgido em um contexto histórico para fomentar denúncias de abusos domésticos sofridos por mulheres em uma sociedade patriarcal serve de exemplo para ilustrar a ideia da sociologia das ausências. A autora apoiada em Gayatri Spivak (2010), Audre Lorde (2013) e Djamila Ribeiro (2019) reforça:

Nesse sentido, como transfeministas, e feministas por extensão, devemos nos apropriar da fala, da escrita, da linguagem, rachar o mundo com nossas palavras, construindo pontes de sororidade e redes de denúncias. Quanto mais lemos, ouvimos e compartilhamos nossas histórias, mais proporcionamos um cruzamento potente de vozes, que nos permite uma autoidentificação potente e rompe com o nosso silenciamento, perpassando por um reconhecimento coletivo de nossas experiências. (NASCIMENTO, 2021, p. 78-79).

A sociologia das emergências, por sua vez, seria uma etapa seguinte ao trabalho feito pela sociologia das ausências. Se a sociologia das ausências busca resgatar aquilo que é invisibilizado pelo CISTema de opressões, a sociologia das emergências busca dotar, aquilo/aquele/aquela que foi resgatado(a) da zona colonial, de potencialidade e resistência. Logo, seu objetivo “é produzir um diagnóstico radical das relações sociais capitalistas, coloniais e patriarcais, a sociologia das emergências visa converter a paisagem de supressão que surge a partir desse diagnóstico num vasto campo de experiência social intensa, rica e inovadora.” (SANTOS, 2019, p. 54).

No seu livro *Ñ vão nos matar agora*, Jota Mombaça, artista, ativista, antirracista e militante pela descolonização, através de um cruzamento com as dimensões de classe social e de identidade de gênero, denuncia essa forma de viver à revelia e reforça a necessidade de resistência, para que o CISTema não se aproprie de mundos idealizados pelas pessoas marginalizadas:

À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. Aqui, onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e vidas. Aqui, onde os cálculos da política falham em atualizar suas totalizações. Aqui, onde não nos cabe salvar o mundo, o Brasil ou o que quer que seja. Onde nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam, com sua dissonância, dimensões e modalidades de mundo que nos recusamos a entregar ao poder. Aqui. Aqui ainda. (MOMBAÇA, 2021, p. 14).

Então, nesse trabalho de enfrentamento das exclusões abissais, não basta, à luz das epistemologias do Sul, resgatar o que está ocultado/esvaziado pela linha abissal, temos de ir além: potencializá-lo, torná-lo resistente.

A diferenciação, melhor dizendo, complementação entre esses dois imprescindíveis instrumentos das epistemologias do Sul – a sociologia das ausências e sociologia das emergências – é didaticamente feita por Santos (2019, p. 53) da seguinte forma:

Os alertas epistemológicos já referidos relativamente à sociologia das ausências são totalmente aplicáveis à sociologia das emergências, pelas mesmas razões. A sociologia das emergências implica a valorização simbólica, analítica e política de formas de ser e de saberes que a sociologia das ausências revela estarem presentes no outro lado da linha abissal. O objetivo primordial tanto das sociologias das ausências como da sociologia das emergências são as exclusões abissais e a resistência e as lutas a que dão origem. Contudo, enquanto a sociologia das ausências se dedica à negatividade dessas exclusões, no sentido em que sublinha e denuncia a supressão da realidade social gerada pelo tipo de conhecimento validado pelas epistemologias do Norte, a sociologia das emergências dedica-se à positividade dessas exclusões, considerando as vítimas de exclusão no processo de rejeição da condição da vítimas, tornando-se pessoas resistentes que praticam formas de ser e de conhecer na sua luta contra a dominação. Tornar possível a passagem da vitimização à resistência é, afinal, a tarefa política mais importante das sociologias das ausências: desnaturalizar e deslegitimar mecanismos específicos de opressão. A sociologia das emergências parte desse ponto e concentra-se em novas potencialidades e possibilidades para transformação social anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal que surge no vasto domínio da experiência social antes descartada e agora recuperada. Com a resistência e a luta, surgem novas avaliações de condições e experiências concretas que ressignificam subjetividades individuais e coletivas.

Por isso, o referido autor define esse instrumento de potencialização, que é a sociologia das emergências, como “emergências, como realidades embrionárias, como movimentos incipientes, tendências que apontam para uma luta bem-sucedida contra a dominação. Constituem aquilo que Ernst Bloch chama de o “ainda não”. (SANTOS, 2019, p. 54).

Vistas a sociologia das ausências e a sociologia das emergências como instrumentos eficazes para lutas contra o CISTema de opressões, esses mecanismos não devem ser esquecidos nos processos de resistência travados diariamente pela comunidade LGBTQIA+. Como mais uma alternativa de fricção ao CISTema, essas experiências pessoais dessa comunidade podem ser materializadas em narrativas de vida que denunciam violências e outras formas de opressão que, também, resgatem e potencializem saberes nascidos das lutas, neste processo constante de busca pela construção de novo modelo civilizacional.

Cumpre-nos, então, analisar em que ponto as narrativas de vida LGBTQIA+, das multidões *queer* podem contribuir para a passagem de um estado de vitimização à resistência. Até que ponto esses relatos de vida podem assumir tarefa política para desnaturalizar e deslegitimar mecanismos específicos de opressão? Até que ponto as narrativas de vida LGBTQIA+ contribuem na construção de novas potencialidades e possibilidades para transformação social anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal? É um mecanismo na política da esperança?

As tentativas de respostas ficam para o próximo capítulo, mesmo sabendo que respostas não são sempre resolutivas, e que dúvidas e indagações, por si próprias, já são muito provocativas em um CISTema que não deixa espaço de poder para os divergentes, as multidões, os invisibilizados. Afinal, como adverte Freire (2019, p. 42-43):

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Sem dúvida, as vozes devem vir dessas pessoas que estão na rotina de luta e resistência, que sofrem diariamente os efeitos das forças de opressão. São os oprimidos, invisibilizados, os tidos como abjetos, que devem trazer à tona vozes que podem provocar mudanças legítimas.

5 NARRATIVAS DE VIDA: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Fala
Eu não sei dizer nada por dizer
Então eu escuto
Se você disser tudo o que quiser
Então eu escuto
Fala
La, la la, la la la, la la la
Fala
Se eu não entender, não vou responder
Então eu escuto
Eu só vou falar na hora de falar
Então eu escuto
Fala
La, la la, la la la, la la la
Fala
La, la la, la la la, la la la
Fala
La, la la, la la la, la la la
Fala

Compositores: Joao Ricardo / Luli

A letra da música *Fala* traz à tona técnicas importantes para o objeto deste capítulo, que se propõe aprofundar teoricamente os estudos das narrativas de vida. São técnicas que encontram ressonância nas epistemologias do Sul. Primeiro, compreender nosso permanente estado de ignorância, para, assim, estarmos sempre dispostos a aprender (lembramos dos versos: “*Eu só vou falar na hora de falar*”/ “*Eu não sei dizer nada por dizer*”); segundo, a necessidade de desenvolvermos a capacidade de escutar, a habilidade da escuta profunda (nos remete aos versos “*Se você disser tudo o que quiser*” / “*Então eu escuto*”).

Boaventura de Sousa Santos (2019) reconhece a importância e o poder das narrativas em seus trabalhos. Na perspectiva do autor, a narrativa produz o efeito de sincronidade e de contemporaneidade, mesmo que se trate de uma narrativa histórica. Nesse aspecto, as narrativas reforçam a ideia do “ainda não” ou o talvez do futuro. Além desse prisma, “narrativas, histórias e parábolas têm um final aberto. Deixam-se reinterpretar e recontextualizar e, nesse sentido, permitem uma contínua reinvenção da autoria ou coautoria.” (SANTOS, 2019, p. 95).

Para a analista do discurso Ida Lucia Machado (2016), a narrativa de vida é uma forma de viajar no tempo. “Estudar narrativas de vida pareceu-nos assim um modo de “viajar no

tempo”, de romper barreiras espaço-temporais e, também, um modo de melhor compreender as estratégias inseridas (de forma intuitiva ou premeditada) nas diferentes narrativas.” (MACHADO, 2016, p. 152). Para o estudo proposto, as narrativas vão além: serão vistas também como mecanismos de infiltração, fricção e ocupação de espaços de poder neste CISTema por parcela da população tida por minoritária (de direitos).

Atentos a essas premissas, veremos como as narrativas de vida, especialmente relatos de luta e práticas de resistência de pessoas LGBTQIA+, são ferramentas estratégicas para alcançar os objetivos preconizados pela sociologia das ausências e sociologia das emergências. Para tanto, pretendemos reforçar a visão de que as narrativas de vida são relatos pessoais que dispensam do narrador maior rigor formal, científico e acadêmico, justamente, como cita Santos (2013, p. 133), “se tornam mais facilmente acessíveis e inteligíveis, um tipo de copresença que não é possível atingir por meio da linguagem conceitual (seja ela técnica, filosófica ou científica)”.

Se acreditamos nestas como caminho/alternativa de resistência contra esse CISTema, que seja evidentemente uma via acessível ao maior número de pessoas que se dispõe a “contar-se” e que, também, não seja mais uma estratégia a ser apropriada pelo pensamento abissal, que se baseia exclusivamente em técnicas das epistemologias do Norte. Tenhamos, portanto, sempre em mente a análise e grito de guerra de Jota Mombaça, quando denuncia o poder de apropriação das forças dominadoras e convoca, os que estão à revelia, a não ceder suas alternativas de novos mundos ao poder de sedução do CISTema de opressões.

À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. Aqui, onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e vidas. Aqui, onde os cálculos da política falham em atualizar suas totalizações. Aqui, onde não nos cabe salvar o mundo, o Brasil ou o que quer que seja. Onde nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam, com sua dissonância, dimensões e **modalidades de mundo que nos recusamos a entregar ao poder**. Aqui. Aqui ainda. (MOMBAÇA, 2021, p. 14, grifo nosso).

Para entendermos a proposta de utilização das narrativas de vida como instrumento para superação deste modelo predatório contra os minorizados e como fonte para se desenhar um novo horizonte, alguns esclarecimentos teóricos mostram-se necessários acerca desta forma de “narrar-se”. São considerações tidas por fundamentais para compreender o potencial

discursivo¹⁸ e argumentativo das narrativas de si e entender que, para contar-se, não se deve exigir do narrador o rigor ou preciosismo esperados de outros textos ou escritos. São relatos que, nascidos da luta e resistência LGBTQIA+, exteriorizam não uma voz, mas sim vozes, vozes múltiplas, polifônicas, enriquecidas, enriquecedoras e potentes por si.

Enfim, enquanto seres falantes, somos verdadeiras esponjas a absorver palavras. No entanto há uma diferença que nos torna, de certo modo, se não únicos, pelo menos um pouco diferentes uns dos outros: cada um de nós absorve e reutiliza, do vasto mercado linguageiro, aquilo que gosta, que lhe soa bem, aquilo que se adequa aos seus pensamentos, às suas convicções morais ou políticas. E assim cria “seu” estilo: de um ato de bricolagem... (MACHADO, 2016, p. 35).

Primeiramente, devemos aqui analisar as narrativas de vida não como uma espécie do clássico gênero autobiográfico; não necessariamente devem estar inseridas em textos classificados como genealógicos, como são as biografias, memórias e diários. Nas narrativas de vida não há essencialmente um pacto de verdade, como se espera em escritos autobiográficos. Por isso, na esteira do que defende Machado (2020, p. 47), não cabe, em narrativas de vida, aferir se o que fora dito pelo narrador aconteceu ou não na realidade histórica.

Guardadas essas proporções, vemos a narrativa de vida como uma espécie de história singular cujo contexto pode ser buscado, conforme os diferentes narradores e seus relatos, nessas lembranças nas quais podem aparecer doses variadas de desejos não-realizados, vozes imaginárias, objetos, pessoas e lugares cuja dimensão pode ter sido aumentada ou diminuída, como nas histórias de *Alice*, de Carroll. O narrador de si sabe quem ele é, mas as vezes, ao mesmo tempo, se sente como um outro, tal como *Alice* que se descreve para a lagarta fundadora de narguilé do livro [...].

Por isso, a autora afirma que a expectativa que as obras autobiográficas criam ao leitor com relação ao compromisso da verdade – o que pode instigá-lo a apurar o que de fato ocorrera – não se deve criar ao leitor das narrativas de vida, até porque a tarefa de reconstruir um passado não está imune à subjetividade do narrador.

Para nós um fato inegável é que as lembranças que compõem uma narrativa de vida virão sempre carregadas do olhar de quem as conta, olhar este que pode conferir aos fatos e lembranças contornos diferentes dos reais. Felizmente, pois, senão as narrativas, de modo geral, seriam muito monótonas! As asas da imaginação ou do estilo de cada um, darão às suas palavras um sabor próprio. (MACHADO, 2020, p. 48).

¹⁸A forma narrativa, defende a autora, com base no conceito empregado pelo sociólogo francês Daniel Bertaux, resulta da produção discursiva desse narrador. Assim, “é possível concluir que, dentre outras formas de promover práticas discursivas, há a forma narrativa”. (MACHADO, 2016, p. 84).

Até porque somos da opinião de Machado (2016) quando, em acréscimo ao que fora transcrito acima, conclui:

Em nossa opinião, a tarefa de relatar sua vida a alguém acolhe em si, ao mesmo tempo, sentimentos que se tornam palavras e que surgem da lembrança de acontecimentos realmente vividos, mas também, palavras que são produzidas graças à capacidade de imaginar do ser humano, essa sua competência em produzir o maravilhoso/fabuloso que pode se mesclar ao real em uma narrativa, seja ela um modo escolhido para se relatar algo, por exemplo, a história de uma vida. (MACHADO, 2016, p. 80-81).

Aqui, as narrativas de vida são tidas como forma de expressão cujos trechos podem ser extraídos de qualquer fonte escrita ou não – até mesmo uma *selfie*, por exemplo – e sem exigência que estes relatos sejam dotados de completude de uma vida. “O que queremos dizer com isso é que a narrativa de vida pode aparecer quando menos se espera. Ela não está confinada aos gêneros biográficos ou autobiográficos.” (MACHADO; REIS, 2015, p. 202-203). Portanto, consideram-se, como narrativas de vida, relatos de experiência pessoal em determinado momento histórico, como, por exemplo, parte de depoimento de homossexual perseguido no período da ditadura militar, colhido por uma autoridade policial. Podemos, ainda, a título ilustrativo, considerar como narrativa de vida um relato de uma pessoa lésbica e cega na crise de saúde em razão da Covid-19, descrevendo seus desafios pessoais frente às restrições por força da pandemia. Essa concepção minimalista é defendida por Ida Lucia Machado nos seus escritos.

A partir desse entendimento que preconiza que qualquer forma – escrita ou não – de externar experiências pessoais deve ser vista como narrativa de vida consideramos, para fins deste trabalho, que trechos de livros (não necessariamente do gênero genealógico), de entrevistas, de comentários em redes sociais podem ser examinados como tal.

A seleção dos excertos de narrativas de vida transcritos ao longo deste trabalho (quase em sua totalidade de pessoas LGBTQIA+) e dos trechos dos escritos de João W. Nery (2017, 2019), sendo que estes merecerão uma análise em capítulos específicos, baseou-se na concepção minimalista, pressupondo que as narrativas de vida não precisam configurar relatos integrais de uma vida ou de um texto voltado especificamente para contar sua vida. Ao defender a concepção minimalista das narrativas de vida, Machado (2016) expõe o quanto é libertadora essa concepção:

Esta afirmação é deveras estimulante para nossas pesquisas, pois ela nos libera da noção de que a análise de uma narrativa de vida só poderia ser feita diante de uma “concepção completa” (op. cit.) ou, em outras palavras, estudar a

narrativa de *seres-que-se-contam* só teria razão de ser se tomássemos como objeto de estudo documentos estritamente genealógicos, tais como: biografias, autobiografias e Memórias. Ora, em nossas leituras, já notamos que a narrativa de vida pode se localizar no interior de vários outros gêneros: o poético (poesias, letras de músicas), o mediático (entrevistas, crônicas sobre o cotidiano), o imagético (filmes, documentários, histórias em quadrinhos, quadros, selfies, etc.) (MACHADO, 2016, p. 85, grifo da autora).

É com base em narrativas de vida (*corpora*) que a referida analista dedicou-se seus últimos estudos em análises do tema saga familiar e sujeitos transclasses¹⁹. A autora, inclusive, nos explica a retomada, o resgate do interesse de leitores e de analistas em geral por “escritas de si”.

Durante muito tempo tivemos uma nítida aversão pelo chamado gênero autobiográfico ou por produções que dele decorriam, tais como biografias, memórias, etc. Em nosso foro interior, considerávamos os livros de tal gênero com alguma indiferença. Qual a razão disso? Seja como for, entrávamos e saíamos de livrarias sem nem sequer lançar um olhar às estantes que continham tais produções.

Ironia do destino! O tempo passa e passamos com ele, o que significa: mudamos nossos pontos de vista. Há mais de doze anos nosso objeto de pesquisa é constituído por narrativas escritas por indivíduos de diferentes nacionalidades, classes sociais, ideologias e crenças políticas, seres do mundo que, ao contar suas vidas, comentam a sociedade que os envolve. Talvez para compensar nosso desinteresse passado por tais relatos, hoje os buscamos não só nos livros especialmente concebidos para tais fins, como também em reportagens, depoimentos e escritos diversos nos quais é possível descobrir vozes de *peessoas-que-se-narram*. (MACHADO, 2020, p. 30, grifo da autora).

Machado (2020) preconiza que narrativas de vida podem estar explícitas ou implícitas nos textos: “Algumas narrativas de vida que são mais evidentes que outras, ou seja: aquelas que se encaixam no gênero genealógico “puro” (biografias, autobiografias, Memórias, Diários...) e outras que, de forma mais abreviada ou mesmo mais dissimulada, aparecem em outros gêneros.” (MACHADO, 2016, p. 126).

De fato, as narrativas podem aparecer em qualquer tipo de texto. Podemos citar trecho do livro *Transfeminismo* de Letícia Nascimento (2021). Embora, a princípio, seja uma obra

¹⁹ Ao tempo que define os sujeitos transclasses, Machado (2020) relata a proposta e interesse pela análise do discurso nessa área: “Propor um dispositivo teórico-metodológico inovador extremamente pertinente no âmbito teórico-metodológico e relevante do ponto de vista social, uma mudança de terreno, para dar conta de narrativas produzidas por sujeitos transclasses que para além e aquém da sociedade em que vivem, marcada estruturalmente pelo capitalismo, machismo e racismo, conseguem mover-se social e identitariamente.” (MACHADO, 2020, p. 15)

acadêmica que aborda teoricamente o movimento transfeminista²⁰, é possível extrair trecho escrito pela autora que retrata sua vida pessoal, podendo ser identificado como “narrativa de vida”.

Particularmente, como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo, que cerceavam o meu poder de autodefinição, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilar com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos. Durante toda a infância e a adolescência, período de descobertas, a ideia de “E eu não sou uma mulher?” sempre esteve presente, ainda que de outros modos, como outras palavras. A pergunta era como um sonho que se repetia todas as noites, um sonho muito desejado, embora às vezes fosse um pesadelo, repleto de medos, ameaças e escárnios. Eu vivia um lugar que, para muitos, é um não lugar – mas era um mundo só meu. Não estava em nenhuma margem do rio. Eu pensava que só poderia existir uma margem para o gênero masculino e outra para o gênero feminino. Rompendo com essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas. (NASCIMENTO, 2021, p. 19-20).

Enfim, desde que seja possível extrair elementos importantes sobre a vida do comunicante, serão considerados narrativas de vida. Como já afirmado, a forma não é o que sobrepõe e sim o ato de “contar-se”. Machado (2020, p. 57) explica que “A narrativa de vida pode aparecer em fragmentos de escritos diversos. Repetimos: é esse o ponto maior que a separa de autobiografia, que é, a priori, a concepção maximalista de uma vida”.

Da mesma forma, na linha do entendimento da estudiosa, ao contar-se, o narrador não está preso à fixação de datas dos acontecimentos ou definição precisa do tempo (MACHADO, 2020). Em suma, desde que dotados de elementos reveladores da experimentação do narrador, não importando a dimensão temporal do relato, e que apresentem um contexto histórico, que não precisa ser rigorosamente delimitado, as narrativas de vida podem ser encontradas nas mais diversas fontes, principalmente em espaços digitais atualmente, como assevera a referida analista do discurso:

Seja como for, para que uma sequência de ações se transforme em uma narrativa é preciso que um narrador lhe forneça o devido contexto. Senão ela

²⁰ Na obra *Transfeminismo*, Nascimento (2021) defende que as feminilidades e as mulheridades, assim como o feminismo, não são homogêneas, atravessando mulheres transexuais e travestis em suas próprias vivências e performances de resistência ao CISTema de gênero.

poderá passar por algo incoerente e não compreensível. E, esse contexto demanda um tempo ligado à ação relatada. Mesmo se tal tempo fizer menção a um acontecimento presenciado por alguém, de sua janela, a passagem do ato de visão ao ato de linguagem, implica a construção de uma narrativa. E ela será referente a uma ação já transcorrida, ainda que recentemente. (MACHADO, 2020, p. 66).

O contexto histórico no qual se inserem os relatos das pessoas que se dispõem a narrar-se, por seu turno, assume importância para o estudo desses *corpora*. Descrever a relação do sujeito narrador com os fatos históricos que o circundam dá mais efeitos discursivos às narrativas de vida. Por isso, abrem-se espaços para análises sociológicas. A autora fala em “práticas de vida em situações sociais”. (MACHADO, 2020, p. 88).

No entanto, no domínio de uma análise do discurso que leva em conta os movimentos da sociedade, “(...) Há que se convir que as narrativas de vida têm em comum o fato de refletirem a sociedade onde tais histórias se passaram, ou em enfatizar, pelo menos, alguns aspectos dessa sociedade. (MACHADO, 2016, p. 116).

Por pertinente, podemos citar, ilustrativamente, excertos extraídos do livro *Margens da Pandemia: Queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas* (2021), com organização de Pablo Pérez Navarro, em que reúne relatos de experiências pessoais LGBTQIA+ no início da pandemia, provocado pela Covid-19. O livro, por si só, materializa a ideia das sociologias das ausências e sociologia das emergências. Isso porque, a partir de relatos pessoais em determinado momento histórico (crise sanitária, epidemia da COVID-19, além de outras crises permanentes resultantes do CISTema), o referido livro faz emergir vozes polifônicas oriundas de pessoas que enfrentam as violências brutais e constantes do CISTema heteronormativo, interseccionadas pelas dificuldades e restrições intermitentes impostas neste contexto de pandemia. Esse livro reúne narrativas de vida de pessoas oprimidas pelo sexismo, colonialismo, analfabetismo, racismo e capacitismo. No prefácio, a equipe organizadora do referido livro revela o poder das narrativas, na linha do proposto neste trabalho:

Somos convidadas na leitura desses textos ao afeto diante de produções narrativas que produzem mudanças na ordem perceptiva da história social. Nesse processo performático, as experiências abjetas passam a ser textos; os sujeitos sem lugar passam a ser autores/autoras; seus relatos e produções se vertem em ações políticas. (NAVARRO, 2021, p. 11)

Dentre as diversas experiências de vida de viadas, boycetas, sapatrans, favelados, constantes no livro *Queerentenas* podemos citar, inicialmente, dois trechos extraídos do livro acima mencionado. O primeiro deles, do trabalho intitulado *A utopia do normal e o impacto da*

pandemia nos corpos, escrito por Beatriz Abreu Gomes, que se identifica como estudante da Universidade Federal da Bahia, 27 anos, branca e lésbica, crescida na periferia de Salvador/BA.

No início da quarentena, na tentativa de reduzir os custos com o Uber, porque queria evitar o transporte público, fui prestar o serviço de bicicleta. Percebi o quanto eu, mulher, lésbica, estava vulnerável nas ruas vazias, e exposta a sofrer vários tipos de violência. Percebi que não valia a pena me expor nas ruas desse jeito, e embora faça falta, aceitei arcar com o custo extra do Uber, já que meu contratante não o quis assumir. (GOMES, 2021, p. 86-87).

O trecho a seguir, do artigo intitulado *Qual cura este momento me trará?*, cuja autora se identifica como Dolly, de Belo Horizonte/MG, consiste em narrativa de vida que nos revela que, ao contrários dos efeitos temporários provocados por uma pandemia, a violência contra as minorias LGBTQIA+ acompanham toda uma vida.

A minha vida toda, com as dores, as imposições, os castigos, a falta de reconhecimento do meu trabalho, as perdas, as panelinhas, as inimizades gratuitas, os enclausuramentos... sempre foi uma quarentena! O que eu vivo hoje em casa, acordando e dormindo tarde, sem o que fazer, sem trabalho, sem dinheiro, com apoio material de minha mãe idosa, a quem eu sou dependente, tudo isso é velho conhecido de minha história. Porque eu conheço as restrições sociais que vivencio e me acostumei a viver com muito pouco. O coronavírus não me preocupa, visto que já vivo nesse estilo desassossegada há décadas e existe uma 'praga gay' que é meu receio na vida. A vida me preparou para este momento de Covid-19. (DOLLY, 2021, p. 40-41).

Os contextos sociais, familiares, políticos e ideológicos que circundam os sujeitos narradores são essenciais para as narrativas de vida que visam alcançar os efeitos esperados pelas epistemologias do Sul. As lutas e resistências devem ser narradas a partir de um contexto antiCIStema. A estudiosa Ida Lucia Machado (2020), mesmo com um trabalho voltado à análise de discurso, revela a importância das narrativas de vida trazerem aspectos da sociedade cujos autores estão inseridos.

De um lado, pelo fato de nos integrarmos à linguística discursiva, é natural que nos interessemos pelos aspectos sociais que envolvem as narrativas e pelas razões políticas ou ideológicas que nelas aparecem. Ou então: como se apresentava a sociedade que envolvia o sujeito no momento em que ele escrevia sobre si e como ele a via e sentia? (MACHADO, 2020, p. 32).

Ainda no mencionado livro *Margens da Pandemia*, podemos colecionar trechos do trabalho em coautoria da doutora em Antropologia Social, Anahi Guedes de Mello²¹, e da

²¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ativista surda e lésbica, atualmente é pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED), do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

psicóloga e doutoranda, Camila Alves²², ambas identificadas como ativistas, pesquisadoras, lésbicas e pessoas com deficiências, esta surda, aquela cega. No artigo *Deficiência e isolamento social: comunicar-se com mascarados e tocar em pessoas e coisas em tempos de pandemia da COVID-19*, as autoras abordam o contexto social e pandêmico e tecem críticas à gestão de políticas públicas no Brasil, a partir da perspectiva de pessoas com deficiência.

No entanto, está sendo um problema para muitas pessoas com deficiência porque as diretrizes e normativas dos órgãos e organismos de saúde para o enfrentamento da covid-19 tendem a se direcionar à “população em geral” a partir de preceitos universais sobre corpo, cuidado e práticas de saúde, contribuindo para uma maior vulnerabilização de grupos sociais que não se adequam a eles. Nesse momento de isolamento social, pessoas surdas e cegas precisam lidar com o aumento e a inacessibilidade de conteúdos virtuais, com a transposição de um mundo inacessível fisicamente para um mundo inacessível virtualmente. E o que esperar de um mundo pós-isolamento social, diante do fato de que ainda teríamos que conviver com a existência do novo coronavírus em nosso cotidiano? Apostar na criação de um “novo mundo”, de uma nova realidade ou de um “novo normal”, como muitos têm denominado, é reconhecer a existência de diversas formas de vida e diversos tipos de corpos. Nesse sentido, em sintonia com as reflexões de Bruno Latour no texto “Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise”, publicado em seu site²⁴ no dia 29 de março de 2020, pensamos em produzir, cada uma, um relato autoetnográfico sobre a nossa experiência encarnada na pandemia da covid-19, questionando-nos sobre que mundos queremos construir e quem levamos com a gente, a partir das escolhas que fazemos nesse momento e das relações que estabelecemos com humanos e não humanos que compõem as vidas de todos nós. (MELLO; ALVES, 2021, p. 124).

Além de denunciarem a opressão decorrente do capacitismo que encontra raiz no mesmo CISTema capitalista, colonialista e heteropatriarcal, Mello e Alves (2021) vão ao encontro dos objetivos das sociologias das ausências e das emergências com suporte nos efeitos discursivos das narrativas de vida, quando levantam a necessidade/possibilidade de construção de outros modelos de sociedade.

Em poucos dias, o toque entre as pessoas, a proximidade, o contato com objetos e as aglomerações tornaram-se, para mim e todos nós, uma ameaça direta à minha vida, às nossas vidas. O pranto e o mal-estar desde então não parou de se apresentar com novas formas. Não posso ver as imagens da TV, nem ler os gráficos que nos atualizam sobre nossas vidas, não posso ver as orientações a respeito dos cuidados pessoais e de higiene. Também não posso, com integridade, participar de encontros virtuais sem acessibilidade, muito menos tentar me distrair diante de uma live sem audiodescrição. (...) Foi rápido demais as mudanças de um mundo que, agora diante de uma pandemia, se aterrisou por aqui. Não posso ver as imagens, mas as imagino, e isso pode

²² Psicóloga clínica, especializada em Terapia Corporal Reichiana. Ativista pela acessibilidade cultural, sendo cega e lésbica, atualmente é doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

ser bem pior. Ouço o som de equipamentos que nos sinalizam o fim do curso da respiração, consigo sentir o cheiro da dor e do desespero no ar. (...) É urgente que pensem em nossos corpos, em nossa saúde, em nossas formas de pensar e sentir, de nos localizarmos e nos comunicarmos. É urgente que as autoridades políticas e científicas nos incluam dentro das ações de saúde, de lazer, de cuidado e de assistência social. É urgente que a acessibilidade seja uma questão central para os novos agenciamentos que estão por vir. Enquanto cegas e surdas não poderemos nem deixaremos, respectivamente, de tocar em coisas e em pessoas e de nos comunicar com elas apesar das máscaras opacas, mas podemos fazer com que nossas formas de existir não sejam colocadas, mais uma vez, como um modo de ameaça às nossas vidas. (MELLO; ALVES, 2021, p. 127-128).

As palavras de Sofia Favero, autora do texto *Vinte e três centímetros de lattes*, mostram-se pertinentes à discussão proposta. Travesti, 26 anos, solteira, de Porto Alegre/RS, Sofia Favero, ao contar-se e situar-se nesse contexto de pandemia em uma sociedade marcadamente preconceituosa e LGBTQIA+fóbica, ataca especificamente o sistema de validação dos saberes no campo acadêmico, a partir de sujeitas trans. Mais uma vez, a sua narrativa denuncia a dominação decorrente do capacitismo e a forma velada de preconceito às pessoas trans no âmbito científico.

Desde que tudo isso começou, fui convocada a responder uma série de vezes sobre o que era o isolamento para LGBTs a partir de uma perspectiva psicológica. Perguntas que, confesso, me soam meio autoexplicativas. Esperam que, de alguma forma, haja algo de ruim. É como se necessariamente LGBTs tivessem de viver isolamentos difíceis, algo que digo sem ter a menor pretensão de excluir os níveis de violência e abandono familiar da análise. Quero, em contrapartida, pensar em termos mais sinceros. Existem muitas pessoas ‘como nós’ que estão contentes de não ter de sair de casa, que se adequaram bem a uma rotina sem olhares que discriminam, que se viram diante da não-necessidade de validação do outro. (...) Quero colaborar de outras formas. Quero outros vínculos acadêmicos. Quero ocupar outros lugares sem sentir que esses lugares são oferecidos por pena. Mesmo sem aulas e trabalhando em casa, acredito ser possível apostar noutras perspectivas epistemológicas que não estejam baseadas em uma autoridade esvaziada. Cobram-nos que sejamos tão boas quanto nunca foram. Querem ver em nós as versões atualizadas de Monique Wittig, Julia Kristeva, Virginie Despentes. ‘Por favor, pesquisadoras trans, somente abram a boca caso tenham algo fenomenal a ser dito’ - seria a lógica que regula os julgamentos universitários frente a algumas provocações transfeministas, por pessoas que nunca cobraram de si que fossem Foucault’s contemporâneos.” (FÁVERO, 2021, p. 72-73).

Sobre a força denunciativa das narrativas de vida produzidas por pessoas que convivem e experienciam as violências e apropriações típicas de quem se encontra nas zonas coloniais, do lado abissal da linha, vejamos a voz eloquente de Júlia Marques Preto, que se identifica

como lésbica, 21 anos, de Campinas/SP, que escreveu *Pandemia manicomial*, que também integra à obra *Margens da pandemia*. Ela relata que o uso de máscaras sempre foi uma constante em sua vida, não um imperativo decorrente da pandemia.

É o vírus sim mãe, é a pandemia, mas é tanta coisa mais também. Já me sentia numa pandemia diferente antes disso tudo acontecer, sabia? Essa falta de liberdade já me é antiga, estava ao meu redor antes da quarentena, o medo, a delicadeza no falar, a máscara diária, que não era essa física, de tecido que todo mundo vê, mas uma máscara que me escondia, que me tirava essas tantas cores arco-íris, que me sufocava, e não era só pela falta de ar. (PRETO, 2021, p. 139).

A narradora acima ainda afirma que, para quem experimenta preconceito, cerceamento de liberdade, sensação permanente de medo, necessidade em falar de forma delicada, sob pena de sofrer ameaças e violências naturalizadas, não são novidades às restrições impostas pelas medidas sanitárias no momento da pandemia.

Pensar na possibilidade de quebrar essas muralhas dentro de casa é atrelar ao pior cenário possível de convivência: medo, violência verbal, desamor. Pensar na possibilidade de nunca quebrar essas muralhas em casa é atrelar a esse cenário interminável de convivência com o medo, com a mutilação daquilo que eu amo, do desamor comigo mesma. De um jeito ou de outro, é pesado e dá medo. Mas, ao menos, quebrando as muralhas, as transformo em muros um pouco menores para as outras mulheres depois de mim, e pensar em tornar o processo menos doloroso para outra pessoa, já é tornar o processo um pouco mais leve para mim mesma. (PRETO, 2021, p. 141).

Outra voz que soa muito representativa, dada a carga axiológica de suas palavras, é Ana Ladeira, que se identifica como *queer*, quando enfatiza a necessidade dos que estão no entrelugar, nas margens, nas esquinas, nas lutas e que possuem coragem de sobreviver e enfrentar toda essa normalidade e normatividade criadas artificialmente pelo CISTema que, demagogicamente, preconiza a meritocracia para a ocupação de espaços de poder.

Como andar livres e vives, se muita gente, mas muita gente mesmo, precisa urgentemente ser vacinada contra seus próprios ódios, pavores, venenos, delírios? Só assim pararão de promover violências absurdas e inaceitáveis. Entretanto, aceitas e estimuladas pelos que têm ocupado o poder. Estes, se não forem interrompidos, seguirão disseminando mais e mais horror e impedindo que as novas gerações possam ser educadas para posicionar-se contra o racismo e LGBTQIA+fobia. Vontade de berrar: Estão satisfeitas com a sua dita normalidade? Muito que bem. Deixem-nos em paz para sermos quem somos e não barrem os nossos acessos aos disputados postos de mando ou às vagas bem remuneradas. (...) Nunca a sensação de ser privada da liberdade incomodou tanto a tantas pessoas que sempre tiveram acesso, sem qualquer barreira, a tudo a que à chamada minoria dissidente sexual lhe foi negado ou extremamente dificultado. Muito antes da peste de 2020, ser uma pessoa

LGBTQIA+ tem a ver com deixar de se movimentar com a mesma naturalidade que outras pessoas, em determinados lugares e horários, por receio de ser atacado; tem a ver com amar e/ou atrair-se sexualmente por quem quer que lhes apeteça, independentemente de genitálias e/ou represálias. Além disso, tem a ver com ser alguém que chuta para longe os moldes que lhe impuseram. E muitas vezes isso significa expor-se a riscos severos de isolamento. (LADEIRA, 2021, p. 145).

Ao narrar-se e contextualizar este momento histórico, alerta para a necessidade de as multidões *queer* juntaram-se na descoberta de novas alternativas de sociedade e implementação de políticas públicas devidas “para seguirmos existindo e sendo quem somos, não podemos esquecer de que não estamos sozinhos, e é por demais necessário nos juntarmos às pessoas que, como nós, estão sendo atacadas para podermos resistir juntas”. (LADEIRA, 2021, p. 146).

Inclusive, no momento pandêmico provocado pela Covid-19, que pode ser concebido como um fato histórico que proporciona perdas, restrições, sofrimentos na vida de milhões de pessoas (ou bilhões em escala global), em que as desigualdades se acentuam, as narrativas de vida podem fazer um trabalho de contraponto, de modo a causar fissuras na visão universalista preconizada pelas epistemologias do Norte. Nesse sentido, as narrativas de vida podem expressar o regozijo, a sensação de superação e alegria de pessoas que, mesmo em um contexto extremamente adverso, conseguem reunir coragem para mudar, transpor as barreiras do CISTema. É o que nos conta de si, Mariana Teixeira, mulher trans bissexual, 22 anos, de Belo Horizonte/MG, no texto intitulado *Renascimento*, que também integra a obra já mencionada. Para ela, a pandemia foi o momento que possibilitou sua grande transformação pessoal, o seu renascimento.

Se tem uma palavra que me descreve atualmente, essa palavra é renascimento. O Alessandro jurou um dia que tiraria a própria vida e ele assim o fez; seu corpo, porém, torna-se corpo de uma mulher trans chamada Mariana. Alguém que possui seus próprios sonhos, anseios e problemas, mas acima de tudo, alguém que quer viver e não apenas sobreviver. Uma pessoa nova, pronta para enfrentar o mundo. (...) Essa pandemia infelizmente trará mortes para muitas famílias. Eu mesma já tive minhas perdas. Mas ela significa também meu renascimento enquanto mulher, enquanto pessoa trans. Assim como várias crianças que nasceram, eu também começo uma vida nova durante a pandemia mas acima de tudo por causa da pandemia que permitiu que eu finalmente me encontrasse. (TEIXEIRA, 2021, p. 132-133).

Portanto, as narrativas analisadas devem ser vistas como potenciais causadoras de movimentos antiCISTêmicos. Narrativas, relatos ou histórias de vida “toma por vezes proporções maiores que as de um fragmento escrito sobre algo que ocorreu a determinado indivíduo, ao contar parte dessa sua etapa de vida.” (MACHADO, 2020, p. 49-50). A professora

lembra que, além da dimensão persuasiva, o que, para a Semiologia, é denominada de “efeitos de narrativa”, há também a dimensão argumentativa das narrativas de vida. São essas dimensões que possibilitam que esses relatos sejam uma via de resistência e resgate de saberes e práticas nascidos da luta contra o CISTema.

Não se pode negar que as narrativas de vida possuem, além de outras dimensões – como persuasiva etc - uma dimensão argumentativa que leva os leitores a se emocionar, simpatizar, enfim, interagir com os ditos do autor. O fato de trabalharmos com enunciados e textos que vieram de horizontes diversos obrigaram-nos a parar um pouco, a fim de escutar as vozes que neles palpitavam, antes de tentar interpretá-los. (MACHADO, 2016, p. 149).

Todas essas questões – pessoais, familiares, sociais e políticas – que podem estar embutidas nas narrativas de vida produzem o que o linguista Patrick Charaudeau (2000) chama de *efeitos patêmicos*²³, cujo uso da palavra patemização engloba tudo que se refere a sentimento, paixão, emoção e seus derivados. Ainda que não possamos medir a dimensão das sensações sentidas pelos leitores ou pelo sujeito-destinatário²⁴, a dimensão persuasiva dos efeitos patêmicos é inegável, o que corrobora ainda mais com a ideia das narrativas de vida serem mecanismos antiCistema.

Considerando, por todas as razões expostas, a abertura que as narrativas proporcionam para que a diversidade de vozes – principalmente de saberes nascidos de lutas e marginalizados pelo CISTema – possa se fazer presente, por escrito ou oralmente, esse ato de contar-se, ainda que baseado em experiências pessoais, ganha inevitavelmente caráter político (relembrando a ideia do movimento “O pessoal é político”, visto anteriormente). As narrativas de vida, na medida em que, por vezes, denunciam violências e preconceitos naturalizados em uma sociedade marcadamente cisheteronormativa e apresentam formas de ser diversas, reclamam por um modelo mais humano, plural e solidário nesta sociedade moderna ocidental. A partir

²³ Ao utilizar o termo patemização, valho-me das ideias de Helcira Lima quando nos explica o porquê de adotá-lo na linha do teórico Charaudeau, em seu trabalho *Patemização: emoções e linguagem*: “Preferimos adotar, nas trilhas de Charaudeau, o uso da palavra patemização, uma vez que ele engloba tudo que se refere a sentimento, paixão, emoção e seus derivados, o que nos desobriga, no momento, de aprofundar discussões provenientes de outras áreas de saber, como a Psicologia e a Filosofia, por exemplo. (LIMA, 2007, p. 143)

²⁴ LIMA (2007, p. 143), com base nos ensinamentos de Charaudeau, adverte: “O sujeito não é passivo como no caso estímulo-resposta, pois não são os estímulos emocionais simplesmente os responsáveis por sua performance linguageira. É ele quem responde pela produção e organização de estímulos, o que decorre de seus saberes de crença e de conhecimento, de seu status, das circunstâncias da troca etc. Entrariam em jogo, então, nesse processo, questões cognitivas, sociais, culturais, bem como questões referentes à interação que o indivíduo mantém em determinado lugar e momento. Além disso, e, principalmente, sua relação com a linguagem é fundamental nesse processo”.

dessas experimentações de luta e resistência, essas narrativas apontam novos horizontes, um novo realinhar dos planetas.

O sociólogo Amiel Vieira, membro fundador da Associação Brasileira de Intersexos - ABRAI, em seu trabalho *Por um amanhecer intersexo no Brasil*, reforça o valor de narrativas, relatos de vida de pessoas que, neste CISTema, estão “às margens”, no “entre-lugar”, na zona colonial, do lado abissal da linha. Através de uma experiência pessoal, ele reforça como narrativas de si podem tornar o mundo como seu, trazer a possibilidade de construção de um mundo em que você exista efetivamente.

Saber seu lugar na história é importante para podermos nos situar no mundo. Lembro-me de que, quando descobri ser intersexo, perguntava-me se eu era a única “aberração” da natureza, conforme ouvia ao se falar do termo “hermafrodita” e da ideia de dois sexos presentes num corpo. Em 2015, ao vasculhar a internet e as redes sociais, percebi que somos poucos, apesar de as estatísticas de órgãos como as Nações Unidas e os estudos da pesquisadora Ann Fausto-Sterling nos apontarem como presente em 1 a cada 2 mil nascimento no globo, perfazendo 1,7% da população mundial. Esses dados me intrigaram porque não conseguia entender: se a nossa proeminência não era tão pequena, como a luta intersexo continuava invisível? (VIEIRA, 2021, p. 61).

Vieira (2021) nos explica que, após diversas tentativas de buscas, teve dificuldade de contato de brasileiros intersexos, pois era insuficiente o que havia de material disponível em português. Por isso, contatou organizadores de sites estrangeiros sobre o tema, na busca de informações sobre brasileiros intersexos com quem poderia se conectar. Através dessa experiência de busca por saberes marginalizados, o autor conclui pela importância de compartilhar relatos de si:

Alguns meses depois os organizadores entraram em contato comigo, pois haviam descoberto uma página que apresentava histórias intersexo em português. Nesse meio-tempo, já havia lido alguns textos acadêmicos em português sobre o assunto e também outros textos em outro idioma, como a história de ativistas e intersexos Cheryl Chase e Hilda Vitoria, e um pouco mais próximo, os textos do pesquisador Mauro Cabral. O contato com a página Visibilidade Intersexo me apresentou três pessoas que marcaram a minha vida com carinho e admiração, que me inspiraram a embarcar e na mesma luta em prol de pessoas como nós; são eles: Ernesto Denardi, Dionne Freitas e Eris Haru.

A invisibilidade mostrada durante esse período de pesquisa se liga à pergunta do início deste texto, pois mesmo com iniciativas como as da página espanhola e da brasileira do Facebook, da Sociedade Intersexo Norte-Americana e da Organização Internacional Intersexo, a luta e a defesa da causa pouco acessam o espaço social e muitas vezes se perdem diante de outras questões que não são menos importantes, como a homotransfobia e seus atravessamentos. Neste

sentido, o objetivo deste texto é perguntar a respeito da possibilidade de vislumbrarmos saídas para a intersexualidade no mundo e no Brasil do século XXI. (VIEIRA, 2021, p. 62).

O autor conclui, então, pela necessidade de se promover histórias intersexuais, como forma de obter espaço social, notadamente em tempos de redes sociais. São a partir dos efeitos antiCIStemas que narrativas de vida podem provocar que os objetivos das sociologias das ausências e sociologias das emergências se concretizam, tornando-se visíveis as pessoas e saberes que até então eram invisibilizados e marginalizados como subversivos. Ele complementa:

Como disse anteriormente, a militância intersexo no Brasil é muito recente e fruto de uma ação conjunta de militantes para dar visibilidade à questão. O lançamento da página “Visibilidade Intersexo” em dezembro de 2015 é um marco histórico que apresenta a necessidade de se promover histórias intersexuais em tempos de redes sociais digitais como possibilidade de divulgação e contato com as pessoas que a acessam. (VIEIRA, 2021, p. 69).

Ainda sobre a abordagem da literatura em geral, não exclusivamente sobre o viés das narrativas de vida, vale citar resultado de estudo prático que comprova o poder de transformação da leitura (o que pressupõe que algo esteja escrito e publicizado, logo incluem-se também as narrativas de vida). O estudo deu origem ao livro *Velhice e a literatura como potência de vida*, no qual a pesquisadora e psicóloga Bárbara Alves Pereira, após analisar, durante um ano, por meio do método etnográfico, uma oficina de literatura em uma instituição para pessoas idosas, na zona norte do Rio de Janeiro, nomeada Lar da Feliz Idade, constatou-se o seguinte:

Através da literatura percebi que há movimentos que destoam dessa ideia de velhice como espera da morte, uma visão que escapa dessa fase considerada mortificante. No Círculo, os velhos são ativos, dão opiniões, querem participar da forma que conseguem. A leitura da literatura pode ser considerada um movimento de pequeno porte, mas legitima a existência deles e reafirma suas vidas. Eles saem do encapsulamento, do rótulo de velhos que precisam de assistência, e passam a expor suas opiniões para um grupo. (PEREIRA, 2021, p. 107).

Dentre os encontros de leitura realizados pela pesquisadora em conjunto com a equipe da casa de acolhimento e os idosos e idosas internos, fora feita a abordagem do livro *Viagem solitária* do militante, psicólogo e trans, João W. Nery. O que se mostrou revelador, mas não surpreendente, foi a receptividade, com relação ao tema LGBTQIA+, por parte dos idosos e das idosas considerados privilegiados materialmente morando em uma instituição de boa qualidade:

Nesse segundo encontro, antes da leitura do conto, abordei um pouco do trabalho de João Nery. Em seu livro *Viagem solitária: memórias de um transexual*, o autor narra sua vida, a descoberta da transexualidade e a repercussão entre familiares e amigos. Muitos conflitos e muitas reinvenções. Depois da minha fala, os participantes do Círculo manifestaram compaixão por aqueles que têm suas vidas devastadas por pessoas tão preconceituosas. Complementei informando que Nery, hoje em dia, já velho, pensa, pesquisa e escreve sobre velhice trans, sendo um dos principais ativistas das causas LGBT e trans. Seu Messias disse que não estava acostumado com esse tipo de discussão, pois tudo era muito novo para ele, mas que era bom pensar que ainda podia aprender coisas novas. (PEREIRA, 2021, p. 60).

Ainda que seja difícil imaginar que as narrativas de vida fossem capazes de uma transformação de nível global, para construção de um novo modelo civilizacional, no qual seja garantido o efetivo respeito à dignidade humana de cada um de nós e das próximas gerações, ainda que sejam textos sujeitos a diferentes possibilidades de interpretação, algumas muito aquém do objetivo pretendido pelo narrador de si, ou que sequer sejam lidos por um número expressivo de pessoas, entendemos que, ao se compartilhar experiências nascidas de lutas e práticas de resistências contra um CISTema caracterizado como capitalista, colonialista e heteropatriarcal, as narrativas de vida devem ser vistas como um mecanismo capaz de promover, ainda que pequenas – mas não insignificantes –, rupturas e brechas para novos horizontes, criação de mundos como seus, em que todes nós somos sujeitos dotados do mínimo de valor humano para existência como pessoas, libertas, por conseguinte, da desumanização provocada pela linha abissal.

6 ANÁLISES A PARTIR DE ESCRITOS DE JOÃO W. NERY

Ela parecia realmente interessada na minha história e demonstrava uma ponta de curiosidade. Desconfiado, sondei:

- Achou alguma coisa estranha no meu prontuário?

Ela deu um engasgo, confirmando minhas suspeitas.

- Realmente teve uns pontos que não entendi bem. Acho que foi sobre as suas cirurgias.

- Deve ter sido a mastectomia e a pan-histerectomia, não?

- Isso, não batia com o seu nome de João.

Fiz o introdutório formatado para tais ocasiões:

- Minha história é um pouco insólita...

Ela se ajeitou na poltrona e solicitou:

- Pois então me conte, cada um tem uma história diferente.

Comecei dizendo que era transexual, que tinha sido o primeiro operado no Brasil com 27 anos, na época da ditadura militar, quando as operações eram crimes e que agora estava com 68 anos.

Ela aparentava somente interesse, surpresa de eu ser o primeiro, mas gostei quando me interrompeu para dizer:

- Tenho sessenta anos, também peguei a época dos milicos²⁵. (NERY, 2019, p. 76).

Como se pode perceber, trechos de narrativas de vida, especialmente escritos por pessoas LGBTQIA+, estão presentes ao longo de todo este trabalho. Cuidadosamente, procura-se aqui ressaltar a ideia de estudar-com, trabalhar-com, aprender-com. Essa preocupação faz parte de qualquer estudo que encontra suporte nas epistemologias do Sul, preocupação constante para Boaventura de Sousa Santos, que se identifica como intelectual de retaguarda, e não de vanguarda, pois o protagonismo deve ser ocupado pelas pessoas que compartilham saberes nascidos nas lutas contra nosso sistema de opressão.

Além das diversas narrativas de vida já mencionadas neste estudo, a partir de agora vamos concentrar nos escritos de João W. Nery (2019). Começo, embora não me veja compelido a isso, a esclarecer a razão pela qual opto por trechos de narrativas de vida escritos pelo autor como principais *corpora* deste estudo. Por que utilizar como *corpora*, no atual momento histórico, cujas causas de violência e forças de opressão estão interseccionadas por raça, sexo, gênero, idade, classe social, capacitismo etc., os escritos produzidos por um homem branco, oriundo de classe média carioca, que gozou de acesso ao ensino superior? São vários os motivos. Primeiramente, não podemos esquecer o contexto político do Brasil no período de sua vida, quando buscou os procedimentos cirúrgicos, que eram todos clandestinos à época.

²⁵ Parte do diálogo narrado por Nery (2019) em uma consulta à médica pneumologista, quando solicitado por ela que contasse a história de vida, presente no livro *Velhice transviada: Memórias e reflexões*.

As narrativas de vida de João W. Nery (1950-2018) são impressionantes. Nery (2019) afirma que fora atingido pela bala do franco-atirador nos anos iniciais de sua infância. Aos três anos, como admitiu o próprio Paul Preciado (2020, p. 107), já sentia o peso da bala. Suas escritas são capazes de causar fissuras em rochas, não por dinamitá-las, mas pelo movimento suave e penetrante que suas palavras provocam. A narrativa de vida de Nery nos faz perceber o pesado fardo a ser suportado por aqueles que tiveram, tem e terão coragem de desafiar o padrão imposto por uma sociedade assentada em valores cisheteronormativos, resultantes das forças de dominação do CISTema capitalista, colonialista e heteropatriarcal.

A importância da figura de João W. Nery no cenário de luta e a relevância de seus escritos por ele deixados para as causas LGBTQIA+ não inegáveis. Como afirma Berenice Bento (2017), em *O avesso da tristeza: luta e resistência em João Nery*, presente na obra *Estudos sobre Gênero: identidades e educação – Homenagem a João Nery*:

Negaram-lhe o nome, tiraram-lhe a profissão, perdeu o emprego. O que João fez? Ousou contra a lei que nos funda como sujeitos. Disse não à lei de gênero. Disse não à verdade que nos é empurrada goela abaixo e que nos diz que a humanidade é feita de pênis e vagina. Disse não a essa mentira performaticamente citada de que somos o que a natureza determina. E, ao fazer isso, João disse sim à vida. (BENTO, 2017, p. 17).

João Nery confessa que, após suas cirurgias, viu-se obrigado a retirar novos documentos de forma clandestina. Seus 27 anos de idade retroagiram, por força de um papel cartorário, aos 18 anos. Perdeu emprego, transformou-se, conforme suas próprias palavras, em analfabeto, embora graduado em psicologia e já exercido o magistério no ensino superior. Nesse período, ele relata uma vida camuflada, como se fosse um sujeito sem cidadania e sem possibilidade de vindicar direitos. Literalmente, um ser menos, um desumanizado.

Esse pequeno resumo, remete-nos à divisão imposta pela linha abissal. Por desafiar o CISTema, por assumir sua transgeneridade, o escritor passa a ser considerado ontologicamente inaceitável social, econômica, política e juridicamente; seu lugar, naturalmente, é o lado colonial; seu *status*, sub-humano, animalesco.

Seus relatos, portanto, dão dimensão do poder que um CISTema historicamente sexista tem de empurrar, num piscar de olhos, um ser humano de um lado para o outro da linha, de humano para um não-ser. Eis as consequências para os que desafiam o binarismo das normas rígidas de gênero e sexualidade, para os que ousam não se subsumirem aos limites definidos pela cisnormatividade, alavancada pelo capitalismo, colonialismo, heteropatriarcado, capacitismo etc.

Nery (2019) afirma que sua libertação – relativa, é claro – dessa indigna condição desumana veio aproximadamente trinta anos após suas primeiras cirurgias. O marco para esse renascimento social e legal ocorreu com a publicação do seu livro *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* que, segundo ele, coincide com o início de sua militância. Ou seja, manteve-se imerso na zona abissal quase que pela quantidade de tempo que é estimada para a vida de pessoas trans no Brasil. Nesse aspecto, podemos concluir que suas táticas de resistência mostraram-se frutíferas.

Permaneci por trinta anos nessa situação, fazendo bicos para sobreviver. A mudança se deu em 2011, aos 61 anos, quando após um infarto e meus crimes prescritos, publiquei *Viagem solitária: Memórias de um transexual trinta anos depois*. Só então pude sair do armário e me tornar um ativista dos direitos humanos. Mamãe chegou a ler meu livro e comentou, emocionada, os múltiplos detalhes que desconhecia. Papai apenas bateu os olhos em alguns capítulos. (NERY, 2019, p. 45).

Embora defina a publicação desse livro e o fato de não mais ser responsabilizado criminalmente por práticas à época ilegais como marcos importantes em sua trajetória de vida, ele não deixa de denunciar os efeitos deletérios inerentes à sua condição de transgênero nesta sociedade cisheteronormativa, transfóbica, totalmente despreparada para reconhecimento e acolhimento de pessoas de gênero e sexualidade dissonantes da normatividade. São violências presentes mesmo já vivendo sua fase idosa, em um contexto de vigência da Constituição Federal cidadã de 1988.

Atualmente ainda vivo em eterna prontidão, com excessivo alerta e controle. Comecei com a ameaça dos meus próprios documentos legais, que não condiziam com a minha imagem – como provar que eram meus? Não podia sofrer acidentes, por que em qual enfermaria me botariam? Nem me meter em brigas ou confusões, mesmo que tivesse razão, porque poderia parar numa delegacia e não existia a de mulheres, nem a Lei Maria da Penha. E se fosse preso em passeatas durante a ditadura militar? Iria ser enviado para um presídio feminino, que continuam até hoje sem ala para população LGBT. Com a nova documentação masculina, que fui obrigado a tirar ilegalmente para poder trabalhar, a confusão continuou em outro nível. (NERY, 2019, p. 59).

Ainda que não seja novidade para os que conhecem um pouco da história de João Nery, não nos deixa de impressionar que, nos anos finais de sua vida, marcados por frágil estado de saúde, tenha reunido forças para dedicar-se à luta e à militância de demandas LGBTQIA+, preocupação sempre ressaltada em seu livro *Velhice Transviada*. Ele afirma: “Não sei o que vai ser daqui pra frente com a minha militância.” (NERY, 2019, p. 67). O ativista demonstra,

además, a importância da referida obra para a parcela de pessoas ali considerada minorizada²⁶ e marginalizada, que são os transidosos e transidosas. O autor afirma: “Eu tinha que dar continuidade aos depoimentos, ecoar a voz das pessoas amordaçadas por essa sociedade hipócrita, que só ouve o discurso estereotipado que lhe é conveniente.” (NERY, 2019, p. 81).

A riqueza dos escritos de Nery, materializadas em seus livros, não decorre apenas do fato de abordar temas ainda não suficientemente discutidos nos ambientes familiar, escolar, literário, acadêmico, jurídico, econômico e político. As palavras e estratégias utilizadas para narrar-se são dotados de forte lição de humanismo, coragem, lucidez, luta e esperança. Os livros de João W. Nery são assim, não se chega à outra conclusão. Divanize Carbonieri (2017), em contribuição constante no livro *Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação. - Homenagem a João W. Nery:*

Não surpreendentemente o livro de Nery tem sido usado como um farol para transexuais e seus familiares, e não são poucos os depoimentos de pessoas que tiveram seus relacionamentos com os filhos/pais alterados para uma maior compreensão depois da sua leitura. Diferentemente do discurso científico, que pode ser frio e distante em sua objetividade, a literatura pode fazer com que seus leitores se identifiquem com os personagens, mesmo que vivam em situações completamente diferentes. E, no caso da autobiografia, a identificação não raro é ainda maior. Acompanhando toda a trajetória de Nery em sua luta para que fosse visto do modo como se reconhecia, é muito difícil não se sensibilizar com sua história. Para o leitor alheio a esse universo, tal sensibilização pode conduzir a uma atitude de tolerância com aquele que manifesta uma identidade de gênero diferente da sua. (NEVES, 2017, p. 69).

As questões trazidas por João Nery, no interior das narrativas de vida, contribuem verdadeiramente para o merecido reconhecimento de pessoas marginalizadas por não se ajustarem ao padrão sexo, gênero e amor, definidos monumentalmente pelas forças de opressão do CISTema. Suas palavras, associadas à sua militância, contribuíram e contribuirão na luta pela visibilidade dessas pessoas ocultadas, “abissalizadas” pelo CISTema. É o que afirma Benjamim Braga de Almeida Nunes (2017) em *A importância das obras de Anderson Bigode Herzer e João W. Nery para a visibilidade das transmasculinidades no Brasil:*

Nós trazemos ao público questões atuais sobre gênero e sexualidade. Precisamos aprender coletivamente sobre nossas vivências e demandas, contribuindo, dessa forma, para redes de atenção à saúde e outras tantas existentes, como a de educação. Somos excluídos, oprimidos. Essas obras nos dão esperança de que vale a pena lutar, e que nossos esforços são dignos e legítimos. (NEVES, 2017, p. 45).

²⁶ O sentido de minoria aqui não é quantitativo, mas em termos de força política para enfrentar o sistema de opressões.

As narrativas de vida podem demonstrar que todes nós somos potenciais vítimas e opressores, razão por que devemos nos sentir corresponsáveis pelos sofrimentos injustos causados aos que estão, por ora, no lado mais abissal.

Boaventura de Sousa Santos (2014), sociólogo cujos estudos acerca das epistemologias do Sul foram acolhidos neste trabalho – que abrangem a ideia da linha abissal, da sociologia das ausências e sociologia das emergências –, reforça a potência transformadora que narrativas possuem e a capacidade delas produzirem efeitos não alcançados pelos conhecimentos reproduzidos pelo que o autor define de “linguagem conceitual”.

A linguagem privilegiada das permutas interculturais é a narrativa. Contar histórias gera um imediato e concreto sentido de copresença por meio do qual as experiências sociais que ocorrem em diferentes tempos, espaços e culturas se tornam mais facilmente acessíveis e inteligíveis, um tipo de copresença que não é possível atingir por meio da linguagem conceitual (seja ela técnica, filosófica ou científica). A narrativa, mesmo quando se trata de uma narrativa histórica, trabalha contra o tempo ao produzir um efeito de sincronismo e contemporaneidade que ajuda a converter o estranho em familiar e o remoto em coevo. (SANTOS, 2014, p. 133).

Como se pretende demonstrar, Nery (2019) revela-se, em seus escritos, determinado a romper barreiras construídas e monumentalizadas pelo CISTema que segrega violentamente pessoas LGBTQIA+. Suas experiências pessoais e seu engajamento político, resultantes de práticas e saberes nascidos na luta e resistência, legitimam, sem dúvida, o estudo de suas narrativas de vida à luz dos objetivos das epistemologias do Sul.

Desde suas primeiras decisões para assumir sua transexualidade, seguidas de seu empenho na luta coletiva com a militância de rua (podemos citar paradas do orgulho gay), no campo político (vale lembrar o projeto de lei João W. Nery²⁷), a publicação de diversos escritos denunciando as discriminações e opressões sofridas pela comunidade LGBTQIA+, sem deixar de ressaltar as forças de resistir e existir dessas pessoas, especialmente trans; tudo isso ajuda-nos a compreender como essas narrativas são mecanismos – mesmo que pequenos, mas efetivos – de enfrentamento às forças de dominação deste CISTema.

²⁷ Em 2013, foi apresentado um projeto de lei pelos deputados federais Jean Wyllys e Erika Kokay em seu nome, *Lei João W. Nery, Lei de Identidade de Gênero*, Projeto de Lei n. 5002/2013, atualmente arquivado por ato da mesa diretora da Câmara em 31/01/2019. Em 2018, Nery (*in memoriam*) recebeu o prêmio Direitos Humanos, concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos do Brasil.

7 DA LUTA E RESISTÊNCIA: ANALISANDO CONTEXTOS HISTÓRICOS

Como visto anteriormente, são muitas as razões para considerarmos os escritos de João Nery como instrumentos estratégicos para a maior visibilidade (resgate), abertura e manutenção de espaços dos que sofrem injustamente violências LGBTQIA+fóbicas, cujo processo de luta e resistência é permanente.

Voltando ao que fora preconizado por Ida Lucia Machado (2015a, 2015b, 2016a, 2016b e 2020) na parte dos estudos das narrativas de vida, vimos que o contexto social em que ocorrem as narrativas tem grande importância para os que pretendem estudá-las, analisá-las, enfim adotá-las como *corpora*. Os contextos sociais, políticos e econômicos das narrativas possuem, portanto, muita importância para o presente estudo, porque atendem não só ao entendimento de Machado, quando fala da relevância de se trazer a realidade histórica para os relatos, mas também porque alinham-se às ideias preconizadas pelas epistemologias do Sul, que pressupõem práticas e saberes nascidos das lutas e da resistência contra o sistema de dominação que impera nas sociedades modernas ocidentais.

Portanto, o contexto histórico daqueles momentos de vida relatados por Nery (2019) mostra-se essencial à conclusão de que suas experiências nascem de luta e resistência contra um CISTema baseado em valores cisheteronormativos. Então, como se apresentava a sociedade durante períodos por ele narrados, especialmente o que engloba fase de realização de cirurgias tão necessárias e desejadas? Cumpre-nos, portanto, analisarmos o contexto social e político vivido neste país naquele período e experienciado por João W. Nery.

Como já mencionado anteriormente, parte das suas experiências pessoais (especialmente as dificuldades em realizar as cirurgias, a busca através da ilegalidade por novos documentos de identificação) deu-se durante o regime militar no Brasil. Nos anos 1970 e início dos anos 1980, houve um recrudescimento com relação às questões de identidade de gênero e sexualidade neste país. É inegável.

Lembrando, agora, o lado violento da bala, que nos remete à metáfora da bala e à violência arbitrária contra multidões *queer*, cumpre-nos abordar o triste episódio da ditadura militar no Brasil. Essa análise da ditadura, que nos remete à violência, merece nossa atenção neste momento e possui grande importância no contexto histórico das narrativas de João W. Nery.

A ditadura militar não foi um período de perseguição somente aos dissidentes políticos, mas também à parcela da população que não se adequava ao padrão religioso e moral imposto

naquele momento. Essa conclusão – demonstrada em investigações acadêmicas e trabalhos juntos à Comissão da Verdade, realizados por Renan Quinalha – resultaram no livro *Contra a moral e bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. Em análise de diversos episódios envolvendo a violência estatal na interdição das sexualidades dissidentes neste período, o estudioso destacou que havia indicação de “contornos bastantes claros de uma política específica de regulação dos desejos, dos corpos e dos afetos por parte da ditadura brasileira.” (QUINALHA, 2021, p. 97).

A perseguição não se dava apenas pelas mãos dos agentes e órgãos estatais. Havia, além disso, uma verdadeira política de tolerância às agressões – oficiais ou não – quando promovidas contra pessoas LGBTQIA+:

Ainda que não cometida exatamente por agentes públicos, a violência era admitida e até estimulada por forças do Estado. A omissão e a convivência baseadas nos discursos LGBTfóbicos que emanavam dos órgãos oficiais da repressão foram fundamentais para alimentar culturalmente visões e práticas discriminatórias na sociedade brasileira. Além disso, a impunidade dos agressores de homossexuais, travestis e prostitutas era incentivada, quando não promovida, pelos próprios organismos estatais, sobretudo desses grupos minorizados. (QUINALHA, 2021, p. 94).

Por isso, é possível relacionar a realidade degradante contra pessoas LGBTQIA+ desse momento histórico brasileiro com a violência ainda hoje experimentada por essas pessoas, mesmo sob a vigência de um regime democrático. Como destacou o autor em seu livro, “o apagamento dessas formas diversas de violência deu uma contribuição inestimável para naturalizar atos de discriminação e os altos índices de agressões físicas e de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil de hoje.” (QUINALHA, 2021, p. 97).

Trata-se de uma perseguição que se estende desde a fase inicial do golpe pelos militares até a tida fase de abertura, no final dos anos 1970, início dos anos 1980. Inclusive, aponta-se que, na fase de abertura, a perseguição contra a comunidade LGBTQIA+ acentuou-se, quando houve maior policiamento nas ruas de forma que aqueles não ocupassem espaços públicos.

No que se refere à perseguição nas ruas, há registros de ações repressivas logo após 1964, em 1968 e 1969 e, posteriormente, a partir de 1978, já na abertura. Isso indica que o golpe e o “golpe dentro do golpe”, como alguns costumam chamar o AI-5, aumentaram a arbitrariedade e ampliaram a margem de ação dos agentes públicos, inclusive polícias civis estaduais, que combatiam a presença de homossexuais, prostitutas e travestis nos pontos de prostituição e de sociabilidade LGBT. (QUINALHA, 2021, p. 31).

Portanto, para melhor compreendermos o contexto das narrativas escritas por João Nery, não se pode olvidar que sua fase de idealizações de gênero e os procedimentos médicos e

cartorários subsequentes ocorreram em um contexto de perseguição não só política – como se pode imaginar –, como também de recrudescimento contra as pessoas LGBTQIA+. Dessa forma, a partir de suas pesquisas neste tema no período militar, asseverou:

[...] Os meios variaram e passaram desde práticas aparentemente mais sutis de pedagogia das massas, com a censura e a veiculação de propagandas em defesa da família, até agressões físicas e outros tipos de violências diretamente praticados contra travestis e homossexuais nas ruas. Interditar certas práticas, expulsar do espaço público certos corpos, impedir o fluxo de afetos e desejos, modular discursos de estigmatização foram ações bem cominadas do aparelho repressivo, sobretudo nos campos da censura, das informações e das polícias. O fato de o circuito de controle das sexualidades dissidentes não ter seguido o mesmo padrão e a forma da repressão política em sentido estrito não significa que não houve uma política sexual específica e de caráter oficial. (QUINALHA, 2021, p. 29).

Evidentemente, as ações criminosas idealizadas na ditadura militar pretendiam provocar a invisibilidade das pessoas LGBTQIA+. Queriam-nas empurrá-las para o lado abissal, o invisível, onde pudessem ser tratados como “clandestinos”, desumanos. A violência estatal promovida pela ditadura militar contra a diversidade de gênero e sexualidade era orientada pela política de segregação, de forma a conduzir coercitivamente todos os dissidentes sexuais para suas prisões existenciais, privando-os do acesso ao espaço público.

Desse modo, o cerne das políticas sexuais empreendidas pela ditadura não era exterminar fisicamente esses grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política e a luta armada. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra homossexuais, dessexualizar o espaço público expulsando esses segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Sem sombra de dúvida, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra LGBTs seguissem sendo cometidas até hoje por agente públicos, dada a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tais atitudes. (QUINALHA, 2021, p. 33).

Embora a política de isolamento e confinamento²⁸ de pessoas dissidentes em guetos vigiados e controlados pelo braço armado do Estado não tenha sido inaugurada pela ditadura, essa forma de gestão discriminatória às pessoas LGBTQIA+ acentuou-se nesse período autoritário, sendo “conjugada com a estruturação de um mosaico repressivo em que o

²⁸ Apesar de não usar expressamente o termo “confinamento”, essa era a essência da proposta formulada pelo plano das duas polícias no sentido de reservar alguns quarteirões, depois de determinados horários, quando o comércio já se encontrasse fechado, para a livre circulação das travestis, com inferninhos e bares. O local sugerido, as “Bocas do Luxo e [do] Lixo”, no centro paulistano, já contava com a presença ostensiva dessa população. (QUINALHA, 2021, p. 69).

policciamento cumpria uma função essencial em espaços públicos como as ruas.” (QUINALHA, 2021, p. 41).

Quinalha (2021) ressalta também a capacidade da ditadura em modular discursos discriminatórios e preconceituosos contra os denominados por dissidentes sexuais. Discursos esses que ganham força de verdade, ampliando ainda mais o abismo entre os considerados normais e “anormais”. Ele afirma que os “discursos religiosos, médicos, legais, criminológicos e de diversas outras ordens se intercalavam e se combinavam de modo a produzir uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico.” (QUINALHA, 2021, p. 21).

Isso só comprova que o controle estatal sobre os dissidentes sexuais nunca deixou de ser feito pelas autoridades, conforme a conveniência e os valores morais de ocasião, certo, todavia, que em alguns períodos de forma mais explícita e acentuada, em outros, mais camuflada e atenuada.

A depender do corpo sobre o qual agem as forças de opressão, ele poderá ocupar diferentes espaços na sociedade e, por conseguinte, sentir de diferentes maneiras a intensidade da violência imposta pelo CISTema. Na fase inaugurada pelo golpe militar²⁹, o autor aponta maior perseguição aos que não possuíam melhores condições financeiras e culturais e às pessoas trans, conforme transcritos a seguir:

Foram os homossexuais e as travestis pertencentes às classes populares que sentiram mais intensamente o peso da ação repressiva da ditadura em seus corpos e desejos. Enquanto alguns homossexuais e bissexuais com melhores condições econômicas e culturais, geralmente enrustidos e com vida dupla, integravam-se à cidadania pela via do mercado de consumo e pelo acesso a empregos formais no mercado de trabalho, LGBTs pobres que não tinham a mesma sorte eram enquadrados como vadios, mesmo que portassem carteira de trabalho, sem nenhum direito de defesa. (QUINALHA, 2021, p. 32).

O professor também constatou que, além do critério econômico, que influenciava o nível de agressão dos agentes da ditadura, havia notadamente maior perseguição às pessoas trans, como nesta passagem:

Uma modalidade de violência pouco visibilizada era, justamente, aquela empreendida especificamente contra a identidade de gênero das pessoas trans. Além das habituais agressões físicas e arbitrariedades decorrentes da prisão, havia relatos de travestis que foram desrespeitadas com o corte dos cabelos e

²⁹(...) a imprensa propagava a estigmatização do grupo LGBT com base na associação bastante recorrente entre a criminalidade e os “desvios” sexuais e de gênero. Nota-se também, na matéria da grande imprensa, não haver diferenciação entre travestis e homossexuais, ainda que a maior carga repulsiva das declarações recaísse sobre aquelas. (QUINALHA, 2021, p. 69).

o uso compulsório de hormônios masculinos para que “voltassem a ser homens.”³⁰ (QUINALHA, 2021, p. 74).

Como já abordado em tópicos anteriores deste trabalho, percebe-se, portanto, que esse CISTema de opressões opera com diferentes calibrações a partir da classe, gênero, sexo, raça, aparência física (cor da pele, tipo de cabelo, ser tatuado) do corpo a ser hostilizado. No regime militar, não era diferente.

Ainda que, como pode ser entendido a partir da leitura dos seus escritos, o padrão de vida oferecido pelos pais de João W. Nery fosse suficiente para ele ter acesso à educação, à saúde e à moradia de qualidade na infância até início da fase adulta, tudo se transformou em sua vida após romper os limites fixados pela normatividade cisgênera (ele ousou transpor a linha abissal, migrar para o lado da sociabilidade colonial).

No período de ditadura militar, o tratamento dispensado às pessoas LGBTQIA+ era acintoso e degradante, tanto por parte dos agentes estatais, quanto da sociedade em geral. Era muito alto o custo social para que pessoas LGBTQIA+ pudessem assumir publicamente suas sexualidades dissidentes. De fato, reivindicar direitos naquele momento era uma atitude de dimensões históricas.

Tal condição acabava impondo uma dupla clandestinidade a esses segmentos: de um lado, era necessário fugir do contato direto com agentes do Estado que restringiam a vivência pública de condutas não heteronormativas; por outro, era preciso evitar a exposição da própria homossexualidade, nem sempre assumida e em geral estigmatizada socialmente por família, amigos e colegas de trabalho. (QUINALHA, 2021, p. 13).

Nery (2019), por exemplo, menciona o desafio que era naquele contexto histórico para se obter qualquer cirurgia que pudesse modificar o corpo ou mesmo alterações do nome de nascimento. Naquele período, ele narra que tudo isso fora possível de forma clandestina, através da solidariedade de profissionais de saúde e de outras pessoas que, como ele, tiveram que buscar o caminho da ilegalidade para tentarem “existir” neste mundo.

Inclusive, as reivindicações LGBTQIA+, à época tratadas genericamente como demandas homossexuais, não encontraram eco nos movimentos políticos de esquerda. A esquerda não reservava, dentro das suas plataformas políticas, espaços para questões identitárias. O que comprova o quanto era desafiador e solitário o enfrentamento à política de preconceito, repressão e violência contra as pessoas LGBTQIA+.

³⁰ Nesse sentido, é o depoimento mencionado pelo autor da travesti Tatiana, com apenas dezessete anos, relatou as dificuldades encontradas em consequência das rondas desde que começou a trabalhar na região da Boca do Luxo. (QUINALHA, 2021, p. 74).

Essa “contribuição” do movimento comunista internacional para propagar a homofobia aportou no Brasil na forma de uma heterodoxa combinação com a ideologia católica secular conservadora quanto aos costumes sexuais e com um paradigma bem acentuado do então já velho machismo latino-americano. Todos esses fatores conjugados colaboraram para decantar, mesmo na maior parte dos setores de oposição à ditadura dos quais se poderia esperar um compromisso com a democracia e os direitos das minorias, uma representação das homossexualidades como “desvio pequeno-burguês”, manifestação da “decadência burguesa”, comportamento sexual contrário à “moral revolucionária” ou ainda degeneração típica do “desbunde.” (QUINALHA, 2021, p. 109).

Essas constatações desnudam o quanto era desafiador e solitário o enfrentamento à política de preconceito, repressão e violência contra as pessoas LGBTQIA+. A transcrição acima revela também como operam as forças de dominação sobre esses corpos.

Quinalha (2021) destaca a posição omissa de partidos políticos – inclusive os considerados da esquerda radical – quanto à defesa de questões de interesse LGBTQIA+ no período da ditadura, argumentando, para tanto, a existência à época de um “ethos de masculinidade revolucionária”.

Nesse ponto, a obra *Contra a moral e bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT* traz à tona a crítica do militante político e também defensor de questões identitárias no período da ditadura do Brasil, o guerrilheiro Herbert Daniel.

A tarefa da revolução social, assim, não passava pela revolução sexual. Forjar uma sociedade socialista, com o novo homem, demandava o combate à moral burguesa com o seu hedonismo e individualismo característicos. Para isso, era preciso cultivar subjetividades capazes de controlar as paixões, devotas ao projeto político, aderentes a uma rigidez normativa e com os objetivos pessoais subsumidos aos propósitos da revolução. Reforçavam-se, portanto, um “éthos de masculinidade revolucionária”, as sexualidades heteronormativas e as uniões monogâmicas.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que hegemonizou por décadas o campo das esquerdas, não fugiu à regra e contribuiu para alimentar essa visão homofóbica. Já no contexto da ditadura empresarial-militar de 1964, os grupos que apostaram na resistência armada reproduziam, em algum grau, os mesmos valores morais conservadores.

Herbert Daniel, guerrilheiro da luta armada e homossexual, em um dos mais instigantes livros de memórias sobre a experiência da resistência à ditadura, formulou, de modo bastante ácido, uma crítica a seus companheiros de militância. “O sexo não era uma grande preocupação política, achávamos. Militantes, tínhamos outros assuntos a abordar”, afirmou ele sobre a compreensão do tema na virada dos anos 1960 para os 1970. Com ainda mais ironia, escreveu sobre a ilusão que a esquerda criava com sua idealização da classe operária: “Onde vocês já ouviram falar de um operário bicha? Naquelas fantasias que inventamos, a Classe Operária não sofria ‘desvios’ sexuais. Porque não tinha sexualidade nenhuma. Era uma classe higiênica. Historicamente saudável”. (QUINALHA, 2021, p. 110).

Somente mais adiante, na fase conhecida como “processo de redemocratização”, que esses temas ganharam maior destaque na imprensa e nas cenas políticas, associando-se a outros movimentos fomentados por trabalhadores, estudantes, como assevera Quinalha (2021, p. 102).

Mas os anos 1977 e 1978 começariam a alterar essa realidade. Ainda que o projeto de distensão implementado progressivamente pelo governo seguisse bastante limitado e controlado, novos e antigos atores políticos entravam na cena pública disputando os rumos e o ritmo desse processo. A segunda metade da década de 1970 foi caracterizada por manifestações massivas capitaneadas sobretudo por estudantes e trabalhadores, reivindicando as demandas reprimidas por mais de uma década e reabrindo arenas de ação política para diversos movimentos sociais, inclusive os de caráter identitário. Nesse sentido, a reorganização de coletivos feministas e negros espalhou-se por diversas partes do país, reforçando as demandas pela redemocratização e pela ampliação da cidadania desses segmentos marginalizados.

Por tudo isso, ainda que João Nery não tenha sofrido a carga máxima da violência que esse sistema de opressão tem capacidade de impor – já que se trata de um homem branco, alfabetizado, não-favelado, que não tinha deficiências físicas aparentes – sua história é inegavelmente marcada por luta e resistência, ainda mais por experimentar as atrocidades daquele período autoritário.

João W. Nery corajosamente migrou para o lado abissal, mesmo sabendo de todas as violências existentes na zona colonial. Teve forças para existir, quando se valeu de todas as possibilidades legais e também ilegais na busca pelo seu *ser-mais*; teve coragem para tornar-se um militante transexual; além disso, ainda reuniu forças para “contar-se” e dar voz a outras pessoas que as experimentam ou experimentaram-nas.

7.1 O NARRAR-SE: DE *VIAGEM SOLITÁRIA* E UMA *VELHICE TRANSVIADA*

Nesta parte do estudo, serão vistos trechos selecionados dos livros do psicólogo, ativista e escritor João W. Nery (1950-2018), intitulados *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* e *Velhice Transviada: memórias e reflexões*, publicados, respectivamente, em 2011 e 2019. Esse último, finalizado dois dias antes de sua morte, na qual o escritor aborda o que passou para chegar a ser transvelho, como se autodeclara. No livro *Velhice Transviada*, o autor traz as vozes de outres transidoses a partir de diálogos sobre o tema envelhecimento e transexualidade.

Então, serão analisados, com suporte teórico no que fora apresentado anteriormente, alguns excertos extraídos dos referidos livros. Vale ressaltar que são trechos aqui compreendidos como narrativas de vida. Um deles, *Viagem Solitária*, mais especificamente em relação às narrativas relacionadas aos desafios enfrentados pelo escritor durante as fases de cirurgias – à época, clandestinas, – com breve abordagem da sua infância e adolescência, em um contexto de ditadura militar; do segundo livro, *Velhice Transviada*, serão extraídas narrativas de um período pós-cirurgias e tratamentos hormonais, quando ele se declara transidoso e nos revela mais explicitamente seu lado militante e engajado nas lutas coletivas no interesse LGBTQIA+.

A escolha e a análise dos trechos aqui destacados e respectivas interpretações foram feitas com suporte nos conceitos e ideias vistos anteriormente nos capítulos dedicados às epistemologias do Sul e às narrativas de vida; nos ajudarão a compreender o potencial transformador que as narrativas de vida têm ao abordar temas como os aqui analisados. Soma-se, ademais, a expectativa que, ao final, este trabalho resulte na construção de uma relação dialógica entre as narrativas de vida LGBTQIA+ e os potenciais leitores, principalmente àqueles que ainda não enxergaram que a necessidade de humanização é premente e do interesse de todes, como forma de esperança de um novo modelo civilizacional, cujas forças de dominação – ainda que não excluídas – sejam menos agressivas, de modo a deixar de existir, no mínimo, as exclusões abissais.

Através dos excertos do livro *Velhice Transviada*, pretendo discorrer sobre um ponto muito vindicado em narrativas feitas pela minoria (de direitos) composta pelas pessoas transexuais na velhice, que é o direito ao reconhecimento. São idoses/velhes que, além das dificuldades rotineiras das demais pessoas vulnerabilizadas por esse sistema de opressão,

enfrentam violações que deixam marcas no corpo e na alma e, não raro, ceifam suas próprias vidas. Inspirado nos preceitos das epistemologias do Sul, vê-se que o desafio não só é resgatar os sujeitos e seus saberes que estão invisibilizados, como também de garanti-los lugar em espaços de poder (político, econômico, jurídico, familiar e social). Eloquentes são as palavras de João W. Nery (2019) nesse sentido:

Mas nós, os transgêneros, que não temos nosso gênero assinalado no nascimento, vivemos cada vez menos. São muito poucos os que conseguem chegar à senescência, ou seja, que têm o direito de se tornar senis na idade avançada. Estima-se que a média de vida de uma travesti seja de 35 anos. No Brasil, não há estatísticas oficiais para determinar quantos somos, tantos vivos quanto mortos. Como as nossas vidas são marginais, sofrendo humilhações e violências simbólicas e físicas, considero que quem sobrevive acima dos cinquenta anos já pode ser considerado uma pessoa transvelha. (NERY, 2019, p. 18).

Os subtópicos abaixo foram divididos pelo seguinte critério: no primeiro (7.2), trechos de narrativas de vida do narrador João W. Nery; no segundo (7.2.1), são narrativas de transidoses, de pessoas que conversaram com Nery sobre essa fase avançada da vida, interseccionada pela transexualidade.

Ou seja, no subtópico 7.2, são excertos extraídos a partir de relatos de si, escritos por João Nery nos livros *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* e *Velhice Transviada: memórias e reflexões*, focando-se mais especificamente às narrativas relacionadas aos desafios enfrentados pelo escritor desde sua infância até a fase de cirurgias – à época, clandestinas –, bem como narrativas de um período pós-cirurgias e tratamentos hormonais, quando ele se declara transidoso e nos revela mais explicitamente seu lado militante e engajado nas lutas coletivas de interesse LGBTQIA+. No subtópico 7.2.1, serão analisados trechos da segunda parte do livro *Velhice Transviada* que, embora escrito por Nery, não dizem respeito à sua vida (não são, portanto, narrativas de vida do narrador João W. Nery), mas, sim, de vida de outras pessoas transidasas, que se dispuseram a conversar com ele sobre temas pouco discutidos – mas merecedores de nossa atenção neste trabalho –, quais sejam: envelhecimento e transexualidade.

Como será visto, o autor, ao falar de si (subtópico 7.2) e ao trazer vozes de diferentes pessoas (subtópico 7.2.1), põe em prática as ideias defendidas pelas epistemologias do Sul. Seus escritos denunciam suas lutas contra os preconceitos inerentes à uma sociedade LGBTQIA+fóbica. Seus relatos impulsionam práticas de resistência contra o CISTema. Enfim,

através de sua contribuição escrita, aqui abordada, estão sendo concretizados os fins esperados pela sociologia das ausências e sociologia das emergências.

Cumpre, ainda, fazer uma observação: os trechos das narrativas de vida aqui analisadas não são suficientes para se concluir pela existência de uma trajetória de vida padrão de pessoas trans, ainda que contemporâneas de João Nery, de modo a definirmos possível representação de vida trans. Daí, justamente, a riqueza das narrativas de vida, pois cada uma delas possui sua singularidade que, somadas, traçam um cenário de pluralidade de experiências transexuais com diferentes níveis de deslocamentos e entrelaçamentos.

Ademais, os termos e designações relativos ao gênero e à sexualidade reproduzirão os utilizados pelos sujeitos-narradores, preservando-os nos respectivos contextos narrados e aqui transcritos. Em alguns casos, eventuais explicações e ajustes serão feitos por nota de rodapé. Este trabalho pretende preservar a ideia da pluralidade de interpretações e construtos acerca da relação corpo, sexo, gênero e amor.

7.2 NARRATIVAS DE VIDA POR JOÃO W. NERY

João Nery aborda sua transgeneridade desde memórias trazidas da infância. Suas narrativas rememoram acontecimentos e situações desde então. Ele relembra o tratamento preconceituoso que sentia em ambientes familiar, estudantil e profissional. Confundiam-no como sapatão. Ele se recorda, por exemplo, de uma preocupação externada por um tio para que ele – ainda criança – não dormisse só com sua prima. Ele fala da sensação de ser carimbado de diferente, estigmatizado, já naquela fase de vida.

A única certeza era estar num mundo estigmatizado, como se tivesse nascido num tempo errado, em que tudo já estava determinado, moldado, sem espaço para que, numa terra propícia, meu fruto pudesse germinar, autêntico. Não me permitiam ser diferente, sem rótulos. Exigiam que “meus modos” fossem apropriados para explicar o ser inominável que eu era. Fui caminhando aos trancos e barrancos, atravessando barreiras com uma ingenuidade tão espontânea que, a princípio, nem percebia direito os carões, os afastamentos e as reprovações. (NERY, 2019, p. 26).

Nery (2019) lembra que aos três anos de idade já era um menino, embora só ele soubesse disso. Esse relato nos faz lembrar trecho da crônica *A bala*, de Paul Preciado (2020), quando, em certo momento, o filósofo espanhol revela que, já aos três anos, percebeu que não se encaixava nos padrões normativos impostos pela sociedade em que vivia. Preciado (2020) lembra emblematicamente um comentário transfóbico do seu pai, que lhe fez surgir sentimentos de medo e vergonha desde então:

Senti que a carregava quando ouvi meu pai chamar duas meninas estrangeiras que caminhavam de mãos dadas pela rua de sapatonas nojentas. Na mesma hora, senti o peito queimar. Naquela noite, sem saber por quê, imaginei pela primeira vez que fugia da cidade e ia para um lugar estrangeiro. Os dias que se seguiram foram os dias do medo, da vergonha. (PRECIADO, 2020, p. 107).

A bala projetada pelo franco-atirador, que deveria reforçar nossa vocação humana buscar o *ser-mais*³¹, torna o atingido um abjeto, um ser-menos. Nesse ponto, o CISTema opera de forma desumanizante contra aqueles que não se adequam às regras da cisheteronormatividade.

Nery (2019), em outro trecho, revela sua relação com seu corpo, sua genitália, na infância. Em suas palavras, não havia ojeriza, mas só o tocava no banho em razão da higiene, não havia nenhuma curiosidade maior, pois só o toque bastava para já se comprometer no que

³¹ Aqui uso o termo que Paulo Freire (2019) utiliza para nos explicar nossa vocação histórica e natural de *ser-mais*, e não de *não-ser* ou *ser-menos*, referindo-se, para essa última condição, a situação do oprimido.

ele nunca fora, uma menina. Berenice Bento (2017), nessa questão, quanto à memória das pessoas transexuais relacionadas à infância e à estética, nos explica justamente o que o escritor traz em suas narrativas sobre esse período de sua vida.

Contar histórias é remeter-se ao passado; é pôr a memória em ação. A infância é lembrada como um período de permanente insatisfação e de aversão às roupas que eram obrigados/obrigadas a usar. Mas, como este ato de lembrar é realizado? A organização das lembranças funciona com o gênero imposto. A infância é uma fase da vida evocada com grande força. No entanto, a memória não pode ser compreendida como um arquivo de imagens que é posto em movimento em suas narrativas. Relembrar é um ato interpretativo, no qual o sujeito atualiza uma leitura sobre o passado e as lembranças são matizadas pelas condições do presente. (BENTO, 2017, p. 165).

Em outra passagem, ainda na infância, ele denuncia a falta de conhecimento à época, inclusive de profissionais de saúde, acerca da transgeneridade. Trata-se de situação experimentada em consulta com psicóloga, aos nove anos de idade, quando levado por sua mãe sob alegação de que se vestia e se comportava como menino, não houve qualquer constatação ou discussão relativa à performance de gênero. “O diagnóstico, obviamente, não foi de trans, porque ninguém conhecia esse rótulo, mas ela foi sensata quando sugeriu que não me forçassem a usar roupas femininas. Mas como, se até na escola o uniforme era de saia?” (NERY, 2019, p. 42).

Na adolescência, sua relação com o corpo se mostrou mais tormentosa, conforme excerto a seguir:

O tempo foi passando no meu desajeitado adolescente. As saias caindo, a maquiagem borrando, as cólicas da “monstruação” ignoradas e os socos na parede vivaram os muros que dava no mundo, extravasando uma realidade negada ao meu redor. A impotência me dominava fosse para mudar meu corpo, para me defender das acusações do tal “pecado original”, por não ter passado pela pia batismal ou nos momentos intensos das precoces paixões por meninas, sempre unilaterais e irrelevantes. (NERY, 2019, p. 29).

Ainda em um período de poucos debates sobre sexualidade (tanto em ambientes familiar e escolar, quanto político e social, na iminência do golpe militar), Nery (2019) relata que, aos catorze anos, através de uma amiga de sua irmã, foi questionado sobre o tema homossexualidade, quando sequer conhecia tal expressão. A amiga da irmã, então, explicou-lhe de forma simples, ressaltando que se tratava de algo proibido e que a sociedade reprovava. Nessa ocasião, recebeu de presente dois livros, que lhe trouxeram um alívio libertador, ampliando seus horizontes à época, “questionar o mundo à minha volta como não sendo único, rígido e cheio de cagação de regras foi de um alívio libertador. (NERY, 2019, p. 30-31).

Nesse momento, o autor revela a importância da literatura em sua vida, especialmente o livro “Poço da solidão”, da autora Marguerite Radclyffe Hall, publicado em 1928. Esse trecho da narrativa é importante porque as vítimas, em muitas situações de preconceito e violência, sequer as compartilham com um amigo ou familiar, mas podem encontrar, na literatura, espaço para tanto, ampliando o sentimento de copresença. Por certo, as verdades desagradáveis – para o gênero humano ao qual pertencemos, ou para nós mesmos – têm maiores possibilidades de conseguir exprimir-se em uma obra literária do que em uma obra filosófica ou científica. (TODOROV, 2014).

Nery (2019) cita sua identificação com a personagem Stephen Mary Olivia Gertrude que, desde pequena, manifestou uma índole rebelde, quando, aparentemente, nada deveria lhe dar motivos para tais repentes.

Meu encontro com Stephen foi real pela brutal força de identificação, retalhando dúvidas em reveladoras descobertas. Reforçou a clareza da minha impotência para transpor o muro ilegal e proibido. Ela me ajudou a destapar meu poço, ao mergulhar inteiro nesse fosso escuro, profundo, que nenhum trampolim até então tinha conseguido me alçar com tanto ímpeto. Aos poucos, na névoa que encobria o mistério de meu ser foi se dissipando. Vislumbrei a emoção de que não estaria completamente sozinho neste mundo. Deveria ter outros, que também não se enquadravam num gênero pré-moldado, embora ainda não conhecesse alguém como eu. (NERY, 2019, p. 35).

Reforça-se aqui o poder que a literatura tem para a visibilidade de dissidências sexuais não admitidas ao seu tempo presente. “Foi como se ela tivesse escrito o livro para mim, para as futuras trans, prevendo que fossem viver o mesmo drama da protagonista.” (NERY, 2019, p. 35). O autor afirma que foi dessa história que nasceu o interesse por “contar-se”, o que viria ocorrer tempos depois.

Stephen mostrou-me que era possível existir alguém como eu. Entretanto, me superou em coragem, pois enfrentou a opressão e o conservadorismo do século XIX. Era obrigada a usar vestidos compridos, laços de fita, corpetes e tudo que se esperava de uma mulher. A história é descrita como um caso de homossexualidade feminina, mas, com certeza, se fosse hoje, seria tratada como um transmasculino. (...)

Por coincidência, ela também se tornou uma escritora. Só que de sucesso. Sou grato a ela por ter criado em mim a necessidade de, dezessete anos depois, escrever Erro de pessoa: Joana ou João?, enquanto me recuperava das cirurgias. Precisava registrar para o mundo o que se passava comigo, também tão sozinho, cerceado e visto como ela – um invertido. E consegui. (NERY, 2019, p. 36).

Nesse excerto, o escritor revela que a coragem de “narrar-se” surgiu da leitura de outros relatos de vida, fictícios ou não, de pessoas que não se adequam à normatividade imposta pela

sociedade em relação ao sexo, gênero e amor. Evidentemente, a literatura poderia incluir as narrativas de si, que produzem espaços em que ecoam vozes polifônicas, possibilitando a visibilidade de pessoas consideradas e colocadas às margens de valores imperativos na sociedade de cada tempo.

Esses relatos de vida confirmam a ideia de que a sexualidade humana é tema para ser analisado e discutido democraticamente por todos e nos mais diferentes espaços de saber, sem qualquer relação hierárquica. Nessa perspectiva, as narrativas de vida de João Nery contribuem para desmonumentalizar o saber puramente científico, laboratorial, hermético. A biologia não pode ser vista sem nossas emoções e ansiedades sexuais, assim como não pode desconsiderar o valor da literatura, da música, do cinema, das artes em geral. Há, sim, espaço para o ponto de vista das ciências sociais. Em acréscimo às ideias das epistemologias do Sul, são profícuas neste ponto as palavras do sociólogo Richard Miskolci (2020):

Na esfera da sexualidade e do desejo, a maior parte do que é reconhecido socialmente como discurso autorizado a falar é produzido dentro de uma epistemologia dominante, criada sob essa suposta “cientificidade”, que pouco difere de um compromisso com a ordem e o poder. (MISKOLCI, 2020, p. 48).

A observação de Miskolci (2020) ressalta a necessidade de trazer o que preconizam as epistemologias do Sul para debates envolvendo temas LGBTQIA+, pois são experiências de luta, resistência e anseios de mudança que se confluem e buscam romper com as estruturas, discursos, conceitos oriundos das epistemologias do Norte, como se pode notar da análise a seguir:

Infelizmente, quase toda a educação e produção do conhecimento ainda é feita em uma perspectiva heterossexista. Quando algo se apresenta como neutro, como “científico”, deve-se desconfiar de que foi feito em uma perspectiva masculina, branca, ocidental, cristã e heterossexual. Um olhar a partir das diferenças na educação implica tentar perceber os modelos, os padrões; em outras palavras, as normas e as convenções culturais que buscam se impor de forma indireta por meio, por exemplo, do material didático ou das discussões correntes na mídia. (MISKOLCI, 2020, p. 48).

Nessa obra, Nery (2019) menciona dois grandes marcos na sua fase adulta, que ele denomina de duas grandes viradas em sua vida. A primeira, quando revela para a mãe que iria se submeter as cirurgias, à época, ilegais e conhecidas como “cirurgias de mudança de sexo”³²;

³² Como fase da primeira grande virada, há uma série de consultas, exames e encontros com médicos e psicólogos antes da realização das primeiras cirurgias, que seriam de retirada dos seios – mastectomia – e adequação da uretra. O escritor classifica esses procedimentos pré-cirúrgicos de exaustivos e custosos financeiramente, sendo que muitos foram gratuitos ou pagos com descontos, sob a alegação médica de “interesse científico”. (NERY, 2011, p. 157).

a segunda grande virada seria a fase pós-cirurgias, quando afirma que se viu obrigado a obter documentação masculina para trabalhar. Nessa fase, sem a possibilidade jurídica de pleitear seus direitos como ser humano, como cidadão, ainda mais por se tratar de um período ditatorial, o escritor se vale de uma série de peripécias, uma verdadeira sina, para conseguir sua certidão. Por isso, de 27 anos de idade, tornou-se uma pessoa de 18 anos.

Considerando que os procedimentos cirúrgicos pretendidos por Nery eram ilegais à época, e que as deliberações médicas eram realizadas clandestinamente, o seu então médico andrologista, Doutor Porto, o encaminha para um colega médico em São Paulo, o Dr. Farina, que seria o responsável pela cirurgia, caso tudo caminhasse como planejado. Após participar de um encontro em São Paulo com o médico Dr. Farina, que lhe encheu de entusiasmo, Nery (2011) relata o sentimento naquele momento, de um *não-ser*:

Enquanto esperávamos a saída do ônibus, enxerguei então o absurdo de toda a situação: estava completamente na mão dos outros. O problema era meu; quem sofria e sabia do que se passava dentro de mim era eu. No entanto, eu era uma equipe multidisciplinar ‘especializada’ que decidiria o que eu era, como me sentia, qual a melhor solução para a minha vida. Sem liberdade de escolha e ainda dando graças a Deus por existir uma saída! (NERY, 2011, p. 163).

Esse relato é importante para entendermos que a condição de “não-ser”, de marginalizado, era uma percepção não somente no meio social, como também no científico, principalmente, naquela época experimentada por Nery³³. A narrativa do escritor vai ao encontro da afirmação de Berenice Bento (2017), em *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, que a define como um “quadro de polarização radical: de um lado o poder médico, materializado na equipe, e de outro, os/as ‘candidatos/as’ oprimidos, sem capacidade de resposta e reação, vítimas de um poder que decide isoladamente os rumos de suas vidas.” (BENTO, 2017, p. 24). Nery (2011) também não deixa de reconhecer a forma humana como fora acolhido por profissionais que arriscariam a reputação profissional, alimentado-o de esperança de realização das cirurgias que tanto esperava.

Esses sentimentos expressos nas suas narrativas são fatores importantes para resistência contra opressão; aquecem a razão, produzem o *corazonar*. Dentro dos estudos das epistemologias do Sul, *corazonar* é o nome que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos usa

³³ No Brasil, até 1997, ou seja, quando houve uma alteração da resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM -, autorizando a realização de cirurgia de transgenitalização, “Médicos foram julgados pelo CFM pelo crime de ‘mutilação’, tipificação atribuídas às cirurgias de transgenitalização.” (BENTO, 2017, p. 24).

para se referir ao aquecimento da razão, tratada abstratamente como fria, pura, neutra pelas ciências eurocêntricas. Por ora, vale citar uma das ideias do conceito de corazonar no cenário de luta sociais, a saber:

Conceber o corazonar como uma emergência é vê-lo na expressão do híbrido alquímico emoções/afetos/razões, o sentir/pensar inscrito nas lutas sociais. Nessa perspectiva, o corazonar é muito semelhante à ideia de “sentipensar” proposta pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. Significa o modo como ocorre a fusão de razões e emoções, dando origem a motivações e expectativas capacitadoras. O coração guia a razão, seja para gozar o mundo, um mundo composto de humanos e não-humanos, ou para transformá-los. Nem o coração é um mero órgão humano, nem a razão é a racionalidade cartesiana, nem a espiritualidade tem de ser entendida da forma específica como os povos indígenas a usam para exprimir a presença constitutiva de um mundo transcendente no mundo imanente. (SANTOS, 2019, p. 154).

Como acentua Santos (2019), no processo de luta e resistência, devemos aquecer a razão, nutrindo-a de sentimentos de tristeza, alegria, medo e esperança. As epistemologias do Sul abraçam os sentimentos humanos, afinal, não somos apenas matéria.

Apesar de ser a base existencial para a denúncia da dominação, o sofrimento injusto não consegue, por si mesmo, desencadear a resistência. O que desencadeia a resistência é uma descoberta tripla: a de que o opressor possui pontos fracos; a de que há caminhos, por estreitos que sejam, para lutar contra a opressão; e a de que há capacidade para percorrer esses caminhos. É aí que reside a esperança (a abertura de uma possibilidade) e a alegria (a capacidade de se beneficiar dela), sem as quais nenhuma resistência é possível. Em si mesmo, o sofrimento é alegre apenas para o asceta ou para o masoquista. Entre os grupos oprimidos, esperança e alegria são os sinais vitais de que a injustiça pode ser vencida, de que o sofrimento causado pela opressão pode ser evitado e de que o sofrimento que inevitavelmente resultará da luta contra a opressão é recompensador. Ao contrário do medo e da tristeza, a esperança e a alegria são as condições prévias existenciais da resistência. (SANTOS, 2019, p. 138).

Embora na transcrição sejam enfatizadas a esperança e alegria, o autor reconhece que essas não são as únicas emoções que fazem parte da luta e resistência. Inclusive, João Nery narra outros sentimentos que se fizeram presentes quanto teve coragem para enfrentar o CISTema cisheteronormativo. A luta, conforme Santos (2019, p. 49), “abrange muitas outras emoções, tais como, dependendo do contexto, ira, dor, ódio e amor.” Inclusive, no campo da linguística³⁴, “emoção e razão, emoção e pensamento, emoção e linguagem não parecem

³⁴ “Charaudeau (2000) compartilha das ideias de Elster e afirma que as emoções se inscrevem em um quadro de racionalidade na medida em que se manifestam tendo em vista alguma coisa e, por isso mesmo, podem ser consideradas intencionais. Os estados emocionais são, nesses termos, emocionais e racionais”. (LIMA, 2007, p. 145)

representar categorias distintas, mas sim partes de um mesmo dispositivo” (LIMA, 2007, p. 143).

Freire (2019) também defende a importância de conciliar razão/objetividade e emoção/subjetividade. Não se deve, portanto, separar ou dicotomizar objetividade da subjetividade, devem estar em permanente dialeticidade. Isso não significa negação da realidade.

A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou na ação sobre ela, é objetivismo. De mesma forma, a negação da objetividade, na análise como na ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade. (FREIRE, 2019, p. 51).

Assim como as narrativas de vida de João Nery são repletas de sensações profundas, ora expressam nossa fragilidade humana, ora expressam nossa capacidade de superar os desvios criados por uma sociedade preconceituosa e violenta às pessoas LGBTQIA+, as epistemologias do Sul adotam o conceito de corazonar³⁵, utilizado e conjugado por mim (“corazonei-me”) na introdução deste trabalho.

Como crítica ao discurso que preconiza o apego à diferença ontológica, à divisão dicotômica, inclusive de seres humanos masculino/feminino, mulher/homem, homo/heterossexual, Santos (2019, p. 154) afirma: “*Corazonar* não se enquadra nas dicotomias convencionais, sejam elas mente/corpo, interno/externo, privado/público, individual/coletivo ou memória/expectativa. Corazonar é um sentir-pensar que junta tudo aquilo que as dicotomias separam.”

O conceito de corazonar, acolhido em lutas travadas com base nas epistemologias do Sul, fortalece a concepção de narrativas de vida – como as de João Nery –, além de ser forte instrumento para luta e resistência contra as diferentes formas de opressão do CISTema.

Após relatos esperançosos relativos aos encaminhamentos pré-cirúrgicos, ele narra um período subsequente de solidão. Uma solidão por parte de alguns familiares próximos, provocada pela reprovação dos pais quanto à cirurgia e uma solidão social, em razão do

³⁵ Mais uma vez, lembro você, leitor, este conceito, como Boaventura de Souza Santos (2019, p. 152) explica: o termo *Corazonar* “é um conceito usado por povos indígenas da região andina da América Latina. O cientista social equatoriano Patricio Guerrero Arias efetuou uma investigação com o povo Kitu Kara, grupo indígena cujos territórios se situam em volta da cidade de Quito, sobre a centralidade do conceito de corazonar na cosmovisão indígena. Trata-se de um estudo inovador que em larga medida percorre os caminhos exigentes das epistemologias do Sul”.

afastamento de amigos quando souberam de seus planos quanto à decisão de realização de procedimentos cirúrgicos da transgeneridade. Nery (2011) aborda a internalização de culpa em não se adequar ao padrão normativo de cisgeneridade.

(...) Se pudesse haver um responsável por tal situação, seria eu mesmo. Talvez por não ter aprendido a introjetar adequadamente os valores sociais compatíveis com o meu sexo anatômico, que me fariam um ser “adaptado”, ou por reclamar da possibilidade de um “imaginário alternativo” (NERY, 2011, p. 165).

A solidão e o sentimento de culpa narrados pelo autor após o avanço favorável à realização das cirurgias refletem consequências da decisão de enfrentar o modelo de gênero construído por uma “sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres.” (BENTO, 2017, p. 83). A luta, naquele contexto, era marcada por múltiplos e importantes sentimentos.

Ainda sobre o saber-poder no campo das sexualidades, Quinalha (2021) afirma o alinhamento entre esses saberes científicos e a política de repressão aos dissidentes sexuais no período da ditadura, que coincide com o período acima narrado por Nery (2011). Vejamos:

Não seria justo reduzir todo esse submundo a uma ficha corrida na delegacia policial, como fazia crer a imprensa sensacionalista e a polícia, mas essa foi a astúcia das operações deflagradas pela ditadura para conter, isolar e estigmatizar esses segmentos já vulnerabilizados. O discurso médico-científico, mesmo quando não patologizava em si as “perversões” ou “desvios” sexuais, destacava aspectos da vida desses grupos que os identificavam, mesmo antes das epidemias de HIV/aids, com doenças venéreas, por exemplo. (QUINALHA, 2021, p. 83).

Outra questão importante para este estudo, que pode ser extraída do trecho abaixo, é a narrativa de total desrespeito a Nery e à sua história de luta pela realização das cirurgias; partilha o sentimento de impotência, quando tudo está sob risco de perder-se em razão de um documento médico, de um psiquiatra.

- Mas que grande palhaçada! Indicam-me um psiquiatra que faz parte de uma equipe que se diz a única especializada no assunto, entretanto não acredita na transexualidade, nem mesmo sabe se existe. Não é formidável? Agora, vê se dá para entender! Você me diz que não delineou claramente a diferença entre os dois comportamentos. Como pode afirmar, então, que o meu caso é de um típico homossexualismo ³⁶? Felipe... sinto muito, mas isso não posso aceitar. E pelo que tudo indica, não será só em mim que irá provocar decepções. (NERY, 2011, p. 169).

³⁶O termo homossexualismo não é mais aceitável atualmente, pois poderia ser interpretado pejorativamente como uma anormalidade, uma doença. Hoje, utiliza-se o termo homossexualidade.

Mais uma vez, as palavras do autor, que descrevem a aflição acerca das possíveis modificações em seu corpo, associam-se ao que preconiza Berenice Bento (2017) quando discorre sobre as idealizações do gênero:

A busca por implementar um modelo inatingível tem alguns desdobramentos: pode gerar sentimentos de culpa e frustração, mas também revela possibilidades potenciais para as transformações, revelando, assim, a própria fragilidade das normas de gênero, uma vez que está assentada em algo fundamentalmente plástico, maleável e manipulável: o corpo. (BENTO, 2017, p. 83).

Ao partilhar a incompreensão a respeito do seu corpo e a necessidade de modificá-lo, somadas à exposição tão profunda de seus sentimentos nos diferentes momentos de sua vida (como o sentimento de frustração, ódio, alegria, medo, solidão etc), as narrativas de Nery (2011, 2019) alinham-se à preocupação das epistemologias do Sul quanto à materialidade do corpo e à importância – mais uma vez aqui enfatizada – dos sentimentos nos processos de luta e resistência.

As epistemologias do Sul não aceitam o esquecer do corpo porque as lutas sociais não são processos que se desenrolam a partir da *kits* racionais. São produtos de bricolagens complexas nas quais o raciocínio e os argumentos se misturam com emoções, desgostos e alegrias, amores e ódios, festa e luto. As emoções são a porta que dá para o caminho da vida e são esse mesmo caminho na luta. E os corpos estão tanto no centro das lutas como as lutas estão no centro dos corpos. Os corpos são corpos performativos e assim, através do que fazem, renegociam e ampliam ou subvertem a realidade existente. Ao agirem, agem sobre si mesmos; ao dizerem, dizem de si mesmos e para si mesmos. (SANTOS, 2019, p. 138).

A clandestinidade na vida de Nery deu-se também no momento da realização das cirurgias. Seria a única via possível e disponível para ele à época. O local em que seriam feitas as cirurgias de retirada dos seios e a feitura de um canal para uretra foi em uma clínica particular, cujas informações do paciente e médicas eram mantidas em sigilo. Nery (2011) cita o diálogo com o cirurgião que demonstra a necessidade do sigilo para realização das cirurgias.

- E onde vai me operar?
- Isso é outra coisa que é preciso esclarecer. O lugar que consegui é uma clínica particular, cujos donos são colegas meus. Evidentemente, estão a par de tudo, mas, para não comprometê-los, você não fará ficha e só permanecerá um dia hospitalizado. Não receberá visitas nem deverá dar o endereço para ninguém. (NERY, 2011, p. 185).

Somado ao contexto de maior opressão contra as pessoas consideradas dissidentes sexuais no período militar no Brasil, Nery (2011) aborda sua percepção quanto à invisibilidade

das pessoas trans e, de fato, havia e há uma gestão do CISTema de modo a empurrar para o lado oculto, invisibilizando as pessoas transexuais. Nesse ponto, ele narra a falta de representatividade de pessoas trans na sociedade, o que dificultava ainda mais a sua aceitação nos espaços familiares, sociais e econômicos. Por outro lado, narra um momento jubiloso, em que celebra as modificações no corpo.

Eu não conhecia ninguém igual a mim. Não era hetero, não era homo, era trans. Mas o que é ser trans? Eu não sabia. Eu só era diferente. Precisava me reinventar.

Dois meses tinham se passado desde o rompimento do primeiro elo. Estava totalmente recuperado da cirurgia. Começava a engatinhar tanto nas delícias como nas agruras desta nova vida. A luta era árdua, mas folego não me faltava. (NERY, 2011, p. 204).

Uma questão que Nery traz à baila em seus relatos é a dificuldade, maldosa ou não, de as pessoas tratarem as pessoas trans como estas se identificam. Há, aí, obviamente uma marca da sociedade preconceituosa e hostil em reconhecer a diversidade de gênero e sexo. Nery (2011) relata essa experiência de como as pessoas o tratavam como um sinal de que a luta não começa, nem termina, com as mudanças estéticas.

A família, diante do consumado, não teve outra saída senão admitir minha nova imagem. Mamãe continuava me escrevendo, preocupada com o que aconteceria daqui para a frente, e torcia para eu ser feliz. Nas cartas que lhe mandava, passei a me tratar no masculino e a assinar “João”. Com esforço, fazia o mesmo, embora vez por outra aparecesse um “minha filha”.

(...)

As novas pessoas que ia conhecendo, dava meu novo nome. Não havia justificativas nem erros da parte delas.

A operação e o hormônio ainda não tinham provocado transformações tão significativas a ponto de me tornar fisicamente outra pessoa. No entanto, foi a chave para que eu tivesse agora condições de exigir que me vissem e me tratassem como sempre me senti. Antes, ninguém aceitaria. Quando era pequeno e ouvia todos se referindo a mim como “ela”, consertava mentalmente para “ele”. Não havia possibilidade de manifestar a minha reprovação. Caso a fizesse, iriam me achar louco.

(...)

Não perdoava quando parecia haver no outro a necessidade de negar a minha mudança, tratando-me no feminino, como se quisesse manter viva a antiga imagem de mulher. Consertava o gênero quantas vezes aparecesse no diálogo. Parecia ser um grande desaforo o fato de agora se verem obrigados a aceitar a minha nova figura. (NERY, 2011, p. 204-205).

Em outro momento, o ativista relata mais uma fase em que “Voltou a sensação de abandono” (NERY, 2011, p. 206). Foi o período posterior às primeiras cirurgias, quando buscava realizar a etapa seguinte, consistente na retirada total dos órgãos genitais internos.

Nesse intervalo, viu-se só, porque os médicos que lhe acompanharam na primeira fase não se habilitaram às novas cirurgias, nem tinham profissionais a indicar. Essas narrativas só confirmam sua luta em prosseguir esperançoso no que denomina de seu “renascer”.

Voltou a sensação de abandono. E dessa vez a batalha exigia armas que eu não possuía. Onde iria conseguir um médico que me fizesse a cirurgia também considerada ilegal, considerando que extraía órgãos sadios e que não representavam ameaça à minha saúde física? (NERY, 2011, p. 206).

Eis, então, que surge a solidariedade. Mais uma vez, a solidariedade fala mais alto nessa fase de transição. Sem perspectiva de um profissional capaz de fazer a sua segunda etapa de cirurgias, ele narra como atos solidários vindos de amigos, de um médico, o “santo médico” (Dr. Gabriel) e de sua irmã mais velha foram determinantes para o avanço e consecução deste procedimento médico necessário, classificado por Nery não como uma questão de vaidade, mas de sobrevivência. Outra vez, sua cirurgia foi realizada informalmente, sem registros necessários na clínica médica, sendo os procedimentos prévios realizados à base de um bilhete subscrito por um médico à recepcionista.

Embora o título de um de seus livros seja *Viagem solitária*, é possível notar, a partir de seus relatos, que essa aventura, desde as primeiras idealizações até a sua fase transidosa, contou com o apoio de inúmeras pessoas, seja por parte de alguns familiares, amigos, companheiras, profissionais de saúde e, até mesmo, de desconhecidos, que se solidarizavam em razão do sentimento de copresença com as pessoas LGBTQIA+.

Os desafios perpassados por Nery (2011) vão além das suas palavras, embora, como se pode perceber, o narrador seja hábil em carregá-las de sentimentos. De fato, os sentimentos expressos pelo escritor em suas narrativas são comuns aos que sentem mais de perto o peso das forças de dominação que dão existência ao CISTema de opressão. Esses sentimentos, como defende Santos (2019), fazem parte do processo de luta e resistência dos grupos oprimidos.

Nas lutas sociais, a alegria e a revolta andam muitas vezes de mãos dadas: os momentos de alegria são os que melhor expressam o valor da solidariedade e sublinham a esperança de vencer. Parafraseando Spinoza, eu diria que a alegria é a emoção que faz crescer o desejo de persistir, tanto individual como coletivamente. (SANTOS, 2019, p. 148).

Na segunda virada, assim definida por Nery (2011), suas narrativas continuam marcadas por turbilhões de sentimentos, clandestinidade, solidariedade, preconceitos e desafios. “A luta era árdua, mas folego não me faltava.” (NERY, 2011, p. 204). Ele classifica de segunda grande virada a fase pós-cirurgias, quando afirma que se viu obrigado a obter documentação masculina

para trabalhar. Sua narrativa de vida, nesse ponto, vem acompanhada do contexto histórico de ditadura militar:

Porém não foi por meio de processo judicial porque, naquela época ditatorial, nenhum juiz daria uma sentença favorável. Fui a um cartório com um casal amigo como testemunhas, alegando ter dezoito anos (quando estava com 27), para servir nas Forças Armadas. Como consequência, perdi meu diploma de psicólogo e professor, me tornando um analfabeto. Na certidão só constou o nome de minha mãe, pois o papai não havia me registrado, como seria obrigatório. Como na certidão eu fiquei com dezoito anos, ela aceitou me emancipar, o que me possibilitou tirar o restante da documentação. (NERY, 2019, p. 45).

Nery (2019) afirma que permaneceu durante 30 anos na situação de trabalhador informal, prestador de serviços, inclusive, muitas vezes, contratado pela sua mãe. Com a superação dos temores e o alívio de não ser responsabilizado mais criminalmente, o escritor viu-se habilitado para o exercício da cidadania e, mais, um militante dos direitos humanos.

Permaneci por trinta anos nessa situação, fazendo bicos para sobreviver. A mudança se deu em 2011, aos 61 anos, quando após um infarto e meus crimes prescritos, publiquei *Viagem solitária: Memórias de um transexual trinta anos depois*. Só então pude sair do armário e me tornar um ativista dos direitos humanos. Mamãe chegou a ler meu livro e comentou, emocionada, os múltiplos detalhes que desconhecia. Papai apenas bateu os olhos em alguns capítulos. (NERY, 2019, p. 45).

Após diversas etapas, transpostas algumas barreiras, Nery (2019) compartilha a insistente presença da angústia de viver a transgeneridade:

Atualmente ainda em eterna prontidão, com excessivo alerta e controle. Comecei com a ameaça dos meus próprios documentos legais, que não condiziam com a minha imagem – como provar que eram meus? Não podia sofrer acidentes, por que em qual enfermaria me botariam? Nem me meter em brigas ou confusões, mesmo que tivesse razão, porque poderia parar numa delegacia e não existia a de mulheres, nem a Lei Maria da Penha. E se fosse preso nas passeatas durante a ditadura militar? Iria ser enviado para um presídio feminino, que continuam até hoje sem ala para a população LGBT. Com a nova documentação masculina, que fui obrigado a tirar ilegalmente para poder trabalhar, a confusão continuou em outro nível. (NERY, 2019, p. 59).

O autor cita um caso concreto que experimentou na condição de homem trans, relativamente ao total despreparo das instituições públicas em acolher pessoas trans. Ele denuncia o despreparo do sistema de saúde e o quanto é vexatório, constrangedor e humilhante para o paciente ter de lidar com essa situação: “Quando tive que me internar no hospital fui para a ala masculina, enfrentando o total desconhecimento dos profissionais de saúde como tratar meu corpo.” (NERY, 2019, p. 60).

Após diagnóstico com o câncer terminal e acometido por doenças cardíacas, sua cabeça era tomada pela preocupação com a militância. Ele afirma: “Não sei o que vai ser daqui pra frente com a minha militância.” (NERY, 2019, p. 67). O escritor resume esse momento da sua vida:

Comecei a usar fralda geriátrica. Ainda não era tão velho pra merecê-la, mas perdera o controle do esfíncter ao espirrar ou tossir. Quarenta anos antes haviam me feito uma neouretra, para poder urinar em pé. Com o tempo abriram cinco fístulas, que retêm um pouco de urina na bexiga, o que agora me dificulta o controle. Lembrei-me logo do meu pai. Sentia minha dignidade cada vez mais abalada. Recordei de uma resposta de Sartre ao lhe perguntarem como se sentia, apesar de ser o maior filósofo do século XX, pelo fato de estar agora urinando nas calças, sem poder sair de casa: “É preciso ser modesto quando se é velho”. (NERY, 2019, p. 70-71).

Na primeira parte do livro *Velhice transviada*, dedicada ao narrar-se, Nery (2019) aborda seus desafios com os tratamentos médicos decorrentes do câncer e das complicações cardíacas. São relatos comoventes e de coragem. Após ser informado que teria mais alguns meses de vida, a depender se com ou sem tratamento oncológico, o escritor, nos dois últimos parágrafos, demonstra seu frágil estado de saúde, mas a sua força interior para as causas em prol das pessoas trans:

Uma certeza eu tinha, não iria me sepultar vivo entre quatro paredes, nem no hospital, nem na minha casa. Precisava apressar-me para viver o melhor possível e pensar que cada dia é, por si só, uma vida. Mas o tempo não espera um canceroso. Sabia que continuava sendo comido ou multiplicado pelo desarranjo celular. Eu tinha que dar continuidade aos depoimentos, ecoar a voz das pessoas amordaçadas por essa sociedade hipócrita, que só ouve o discurso estereotipado que lhe é conveniente. (NERY, 2019, p. 80-81).

Com essas palavras, Nery demonstra seu compromisso com outras pessoas trans que estão na fase idosa, que ele denomina de *transidosos/transidasas*. Suas lutas e movimentos de resistências vão além de suas narrativas de si; ele dedica a segunda parte do seu livro *Velhice Transviada* para escutar e escrever sobre experiências de vida de outres transidosos³⁷. Veremos alguns trechos de narrativas de vida dessas pessoas no próximo subitem.

³⁷ Utilizo esses termos como forma de visibilizar outros modos de existir e se identificar para além do binário do gênero homem/mulher.

7.2.1 NARRATIVAS DE VIDA DE TRANSIDOSOS A PARTIR DE CONVERSAS COM NERY

Com as palavras de força acima transcritas, inobstante seu precário estado de saúde, Nery (2019) abre a segunda parte do seu livro, dedicando-se a resgatar, através de entrevistas, experiências de luta de pessoas “transidosas”, denominação utilizada por ele.

Como afirmam Pedro Augusto Gravatá Nicoli e Gabriel Radamesis Gomes Nascimento, em trabalho intitulado *Direito ao Envelhecimento LGBTQ+*, no Dicionário Jurídico do Gênero e da Sexualidade:

E aqui se pode pensar nos atravessamentos específicos. Pessoas idosas LGBTQ+ vão experimentar em suas vidas a privação de direitos por essa dupla condição, que se desdobra ao mesmo tempo e de modo absolutamente conectado. Nessa condição co-constituída, estão particularmente sujeitas à estigmatização e à invisibilização. Sofrem preconceito por serem idosas, mesmo entre as pessoas LGBTQ+. E por serem LGBTQ+ diante de pessoas que não são, além das estruturas e instituições. Por isso, acabam particularmente sujeitas ao isolamento social, ao sofrimento físico e mental que decorre do fato de serem quem são, com idade que têm. (NICOLE; NASCIMENTO, 2022, p. 362).

Ainda que se considere um idoso trans, um militante das causas LGBTQIA+, o escritor ressalta como fora difícil se reunir com pessoas dispostas a trocar experiências e vivências na fase transidosa; alega que muitos amigos e conhecidos não gostariam de falar da velhice, pois estavam vivendo a melhor fase da vida. Embora também tenha sido difícil realizar trocas com mulheres transidosas, Nery (2019) revela que as travestis militantes foram as que mais se prontificaram a conversarem sobre o tema.

Como já explicado, na segunda parte do livro *Velhice Transviada*, o autor faz legítimo trabalho de resgate das práticas de luta e de fortalecimento da resistência em reconhecimento às pessoas transidosas. São, portanto, narrativas extraídas de diálogos que concretizam verdadeiramente as ideias da sociologia das ausências e da sociologia das emergências.

Ao espriar vozes silenciadas em corpos transidosos – corpos literalmente marcados pela luta e fortes o suficiente para mantê-los resistentes em um sistema de opressões – Nery (2019) nos faz compreender a potência que as narrativas de vida têm no desafio de vencer a linha abissal. Na segunda parte do trabalho, as narrativas de vida revelam a falta de reconhecimento dos sujeitos transidosos e a invisibilização de suas práticas e saberes nascidos

das lutas, contrapondo-se, assim, às epistemologias que resultam das monoculturas do conhecimento válido e da classificação social³⁸. Como indaga o referido escritor

Quem sobrevive a esse extermínio sistemático geralmente apresenta histórico de traumas por abusos sexuais, incluindo estupro corretivo (aquele que é praticado contra lésbicas e transmasculinos para “ensinar” a ser mulher), síndrome do pânico, depressão crônica, automutilação ou tentativas de suicídio (NERY, 2019, p. 19).

Os trechos extraídos de relatos de vida a partir de vozes de pessoas transidosas são importantes para este estudo porque ajudam a construir argumentos que contrapõe à ideia do universalismo, “do transidoso universal” ou “transvelho padrão”.

Diante dessa preocupação, nada tão eficiente quanto os escritos por Nery (2019) ao trazer diferentes vozes, a partir de narrativas próprias, que consubstanciam a pluralidade de significados que marcam a experiência de ser idoso e transexual ao mesmo tempo.

Embora sejam relatos escritos por João Nery, vale ressaltar que são trechos extraídos de conversas realizadas por ele com pessoas transidosas. Pela própria história de vida do autor e de seu engajamento nos temas LGBTQIA+, inegável a existência de um lastro de confiança entre os interlocutores das referidas conversas. Os trechos selecionados enquadram-se perfeitamente no conceito de “narrativas de vida”, na linha do que fora desenvolvido no capítulo anterior. Eles materializam o ato de “narrar-se”, “contar-se”, dentro de contextos de luta e resistência.

A velhice, só por si, já é um fator de preconceito, que se acentua em termos de restrições às liberdades, como, por exemplo, no auge da pandemia da COVID-19. Da mesma forma, acentuam-se as práticas ofensivas contra as pessoas LGBTQIA+. Por mais que seja sentida por todes, já que estamos dentro do mesmo CISTema, inegavelmente alguns/algumas sentem de forma mais violenta, desumana, cruel o peso das forças opressoras. Lembremos do que estão, por critério pseudo-ontológico, na zona abissal, na zona colonial. Veementes são as palavras de Nery (2019, p. 3):

Mas nós, os transgêneros, que não temos nosso gênero assinalado no nascimento, vivemos cada vez menos. São muito poucos os que conseguem chegar à senescência, ou seja, que têm o direito de se tornar senis na idade avançada. Estima-se que a média de vida de uma travesti seja de 35 anos. No Brasil, não há estatísticas oficiais para determinar quantos somos, tantos vivos quanto mortos. Como as nossas vidas são marginais, sofrendo humilhações e violências simbólicas e físicas, considero que quem sobrevive acima dos cinquenta anos já pode ser considerado uma pessoa transvelha.

³⁸ Essas monoculturas foram abordadas no capítulo das epistemologias do Sul.

Em um contexto de não pandemia do coronavírus, o referido escritor partilha, através de sua escrita, diálogos sobre o envelhecimento com pessoas transidosas. De início, convida o leitor a conhecer as realidades social e política dessas pessoas, revelando a dimensão do “não existir” nesta sociedade preconceituosa e transfóbica.

Morremos também socialmente – sem educação acolhedora, sem assistência à saúde especializada, sem chance de moradia, sem abrigos apropriados, sem prisões com alas especiais, sem acesso ao trabalho formal. Na maioria, as escolas são LGBT-fóbicas, da diretora aos funcionários, apoiados por famílias que não querem seus filhos convivendo com “veadinhos” ou “sapatões”, com medo de se “contaminarem”, como se a sexualidade fosse uma doença contagiosa. Pela discriminação sofrida, acabamos não aguentando e sendo indiretamente expulsos, sem conseguir estudar. Ainda somos “culpados” por ser quem somos – de vítimas, passamos a réus. A maioria das famílias também expulsa seus filhos de casa. E a nós, os transvelhos, quem ajuda? Qual o preço da nossa velhice? (NERY, 2019, p. 19).

Na linha da sociologia das ausências, o autor engrandece sua obra ao trazer, em forma de narrativas de vida, a coragem, resistência e força das pessoas trans. Não se restringe a chamar nossa atenção para sofrimentos, perseguições, derrotas, vulnerabilidades passadas historicamente por elas. Convida-nos, inteligentemente, a conhecer a capacidade de superação das pessoas transexuais, mediante táticas individuais ou coletivas, como: “As travestis que conheci em Aracaju sempre vão em grupo ao médico. A estratégia é: se chamarem alguma delas pelo nome masculino, todas se levantam e, naquela confusão, dissolve-se a humilhação.” (NERY, 2009, p. 96).

Será que esses comportamentos, que consistem na arte de viver desenvolvida na luta e resistência diária, no (trans)cender que são, normalmente, ridicularizados, silencializados e invisibilizados não devem ser potencializados em aprendizados, saberes válidos? À luz das epistemologias do Sul, obviamente que sim, inclusive, são objetivos das sociologias das ausências e emergências, como visto anteriormente.

São práticas de resistência que tentam modificar relações de poder que não dão espaço para o exercício de direitos pelas vulnerabilizadas pessoas LGBTQIA+. Nery (2019), neste ponto, nos abre os olhos para o valor das/os transidosas(os): “Graças às que botaram a cara no sol e se rebelaram contra toda a opressão ao longo das últimas décadas é que hoje avançamos na conquista de alguns direitos.” (NERY, 2019, p. 16). Um exemplo prático de luta foi a reivindicação do movimento trans para retirada da transexualidade do capítulo inerente às

doenças mentais na CID 11³⁹. Nesse contexto de luta e resistência, vale transcrever trecho do diálogo do escritor com a travesti Valquíria, nascida em 24 de janeiro de 1962, que traz um pouco de seu relato de vida em um cenário de luta e resistência:

- Essa notícia é ótima!. Mostra que continuamos avançando na psicologia, na educação, nas ciências sociais, na medicina. É a força da militância e o poder da visibilidade. As famílias também precisam ser ajudadas, esclarecidas, para que nenhuma criança, nenhum pai fique desamparado como ficamos na década de 1960. Eu testemunho essa evolução e isso corrobora a minha terceira idade. Não me sinto desprezada. Meu “mercado de relacionamento” é praticamente nulo. Se não estivesse numa relação afetiva significativa com a Sílvia, estaria só. (NERY, 2019, p. 124).

A palavra *resistência* é sempre mencionada entre as pessoas transidasas que se dispuseram a contar-se através das conversas consentidas com Nery. Elas lembram a importância dessa resistência para as gerações presentes e futuras, como afirmou Sissy:

- (...) Apesar de ter vivido à margem da sociedade, ter sido usuária de álcool e outras drogas, e profissional do sexo, sempre procurei trazer à tona para a população trans o valor e a alegria da vida. Sinto orgulho de não ter desconstruído em nenhum momento a minha identidade de gênero e a minha sexualidade. Apesar de todos os meus erros, minha resistência se tornou referência para o mundo trans. Sou um produto que deu certo, um espírito que veio aqui para cumprir uma missão. Nós, transidasas, somos as desbravadoras, para que agora a juventude possa aparecer e militar por seus direitos. (NERY, 2019, p. 142-143).

Há, outrossim, narrativas que abordam a importância do processo de aceitação e visibilidade: “Enfim, entendi o valor da visibilidade: a gente escondida não muda nem transforma nada, não abre caminho para ninguém”, como foi dito por Valquíria (NERY, 2019, p. 120). Assim, Nery (2019) reforça a necessidade da luta pelo reconhecimento por parte do Estado e da sociedade. Suas obras resultam dessa militância, daí a essencialidade desses textos para expansão dos saberes construídos a partir de experiências de vida desse grupo vulnerabilizado.

O livro aborda também o Direito como alternativa nesta luta – paralelamente a outras, por vezes mais presentes e acessíveis, como ONGs, casas de acolhimento e a própria solidariedade entre as pessoas trans –. Assim, a via judicial para essa parcela historicamente mais vulnerabilizada, ainda que não deva ser vista como única gramática ou a mais efetiva opção, apresenta-se como forte aliada na busca pelo reconhecimento dos direitos e garantia da

³⁹ Sigla referente a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.

dignidade humana. Dentre as histórias de vida trazidas no livro, esse ponto veio à baila na conversa com Anyky⁴⁰, travesti muito conhecida em Belo Horizonte:

- Deveria ser uma obrigação, as pessoas respeitarem a identidade umas das outras, independentemente do sexo biológico. Todo dia uma aparece apedrejada, machucada. Até minha casa já apedrejaram. A militância é um trabalho de formiguinha, que vai conseguindo vitórias aos poucos, como o casamento igualitário, embora não sirva para a maioria da população trans. E agora tem a decisão do STF que, esta sim, nos dá uma cidadania, uma dignidade e a possibilidade de mudar o nome e o gênero com que a gente se identifica. E em cartório, sem burocracia. (NERY, 2019, p. 93).

Anyky, no diálogo com Nery (2019, p. 95), afirma “O preço é muito alto para quem deseja ter um corpo coerente com o seu gênero, sem ter atendimento médico especializado nem dinheiro”. Quando perguntada acerca do que pensa quando estiver mais velha, Anyky dá sua visão do futuro a partir de experiência pessoal:

- Acho que só tende a piorar, como é para todo mundo. Sobretudo para quem é visto como marginal, que não tem dinheiro nem atendimento médico apropriado. O silicone industrial dá muitos problemas, desce para os pés, provoca muitas dores, incha. (NERY, 2019, p. 94).

Inegavelmente, João W. Nery amplia nossos horizontes com revelações, extraídas de relatos de vida, de práticas intoleráveis – seja do próprio Estado, seja da sociedade – contra essas pessoas, que são cotidianamente privadas do direito à moradia, à segurança, à saúde e à educação, como é o caso do acesso aos serviços de saúde, denunciado por Sette (à época, com 61 anos), homem trans, que também conversou com Nery: “Aos 61 anos não gostaria de correr mais riscos de complicações com a saúde, para provar que sou um trans-homem e sofrer preconceitos, inclusive dos profissionais de saúde.” (NERY, 2019, p. 151). Sette, no encontro com o escritor, disse-lhe, confirmando a importância da luta e resistência de Nery (2019): “- Tu salvaste a minha vida, me fizeste descobrir quem eu era. Hoje realizei um dos meus sonhos, que era te conhecer.” (NERY, 2019, p. 144).

Não há como negar que as violações à dignidade dessas pessoas estão sempre presentes no dia-a-dia. Vejamos a seguir trechos de denúncias de violência e descasos experimentados pelas/os transidosas/os:

Anyky, travesti, de Belo Horizonte:

Também lutamos pelo direito à escola, já que poucas pessoas trans conseguem estudar. Enfrentamos tantos xingamentos e porradas que acabamos largando

⁴⁰ A militante Anyky faleceu em 14 de abril de 2021. Anyky costumava narrar que fora expulsa de casa aos 12 anos, encarou a prostituição até os 50 e enfrentou a violência da ditadura. Sua trajetória foi contada na websérie do #Colabora 'LGBT+60: Corpos que Resistem', disponível em <https://projetcollabora.com.br/especial/lgbt60-corpos-que-resistem/>. Acesso em 25 jan. 2023.

os estudos. Para se arranjar emprego, precisa ser branca, bonitinha e de olhos verdes. Temos que nos comportar com muita discrição, ser mais “normal” que as “normais” ou cisgêneras. Agora imagina a travesti negra, ou que não é bonitinha, que não passa visualmente por uma mulher? (NERY, 2019, p. 92).
(...)

O temor à forma indevida e inapropriada de ser tratada acompanha-os a vida toda. Ela afirma: “Agora, já na velhice, precisei fazer uma cirurgia de catarata, e o meu maior medo era de não ser chamada pelo meu nome social. A sala do consultório foi enchendo de gente, e eu cada vez mais apavorada. Felizmente, a secretária chamou meu nome.” (NERY, 2019, p. 96).

Vanusa Morimoto, travesti idosa, atualmente “destransicionada”, em suas palavras.

A nossa relação com a polícia era de total submissão. Existiam policiais que faziam vista grossa nos pontos de prostituição, na rua, para cobrar propina das meninas. Quando uma delas se revoltava por qualquer abuso, delegacia nelas... - A polícia te obrigou a sair de alguma cidade? - De várias, quase todas. (NERY, 2019, p. 157).

Sissy, mulher trans, conhecida militante no Brasil

Não existe acolhimento para pessoas trans que envelhecem com doenças crônicas, em situação de rua, aqui em BH. Acredito que saúde e moradia são as pautas principais de luta para as pessoas como nós, sobretudo quando conseguem chegar na velhice. Estamos ainda muito longe de conseguir encontrar abrigo que realmente nos acolha.
(...)

Os enfermeiros também não estão preparados para lidar com o corpo das pessoas transidasas. Nós precisamos desconstruir esses protocolos, porque uma travesti não tem condições de ser internada, nem na ala feminina, nem na masculina. Tem que ter alas LGBT e promover a capacitação desses profissionais. (NERY, 2019, p.140- 141).

Os relatos acima nos revelam que parte das pessoas trans, quando mais velhas, admite a necessidade de destransicionar, se desmontar, submeterem-se à destransição, nas expressões constantes do livro. Nery (2019) apresenta seus argumentos para essas decisões pessoais na fase idosa, principalmente em razão dos preconceitos e discriminações no mercado de trabalho, ambiente familiar e atendimento à saúde (reflexos do CISTema de opressões).

As transfemininas passam a vida investindo no corpo, para torná-lo belo e sedutor, com hormônios, silicone, cirurgias plásticas. No entanto, quando mais velhas, algumas recorrem a procedimentos para destransicionarem, ou seja, retiram os silicões e passam a se vestir de forma masculina. Optam por esse caminho não porque deixaram de se reconhecer enquanto trans, mas para serem aceitas em outros postos de trabalho, atendimento de saúde ou para terem apoio de algum familiar. E a prostituição, como a idade mais avançada, não é mais uma fonte possível de renda. (NERY, 2019, p. 20).

Essa realidade nos faz compreender um dos desabafos constantes no livro, narrados por Anyky “– Tenho algumas amigas que tiveram que se desmontar quando estavam doentes ou

para serem aceitas de volta pela família.” (NERY, 2019, p. 95). João Nery traz também narrativas nesse sentido. Vejamos a narrativa da travesti Vanusa Morimoto sobre esse processo:

- (...) é a prova viva de uma realidade relativamente comum e pouco falada: a destransição – pelo menos física – na terceira idade. Isso significa retornar as características físicas do gênero atribuído no nascimento, depois de ter se assumido como trans durante anos e anos. Para sobreviver às dificuldades com a chegada da velhice transviada, Vanusa resolveu retirar a prótese de silicone dos seios, da face, cortar os cabelos e se vestir com roupas ditas masculinas. “Ficou mais fácil conseguir empregos informais e lidar com meus vizinhos, que são muito machões”, disse ela, que emendou em seguida: “Não importa a forma como me apresento fisicamente. Fui, sou e sempre serei travesti”. (NERY, 2019, p. 153).

João Nery, na conversa com Vanusa Morimoto, pergunta se a decisão de se desmontar tem relação com a dificuldade de se enquadrar no padrão do mercado de trabalho. Então, Vanusa Morimoto aponta uma série de discriminações, e que se desmontar é um imperativo diante dos valores socioeconômicos e culturais da sociedade atual.

- A decisão de se desmontar foi para conseguir trabalho?
- Pense comigo: veja nossa sociedade, os preconceitos, e imagine um corpo envelhecido de uma travesti, cheio de silicone caído, deformado, vendendo picolé na rua. Quem vai querer comprar picolé dela? Seria uma chacota, seria humilhada. Me desmontar foi uma forma de defesa, de me proteger. (NERY, 2019, p. 160-161).

A falta de reconhecimento é eloquente. Digna de registro, mais uma vez, a observação de Anyky, quando denuncia essa invisibilidade, ocultação sofrida por pessoas trans: “: - Curioso que, quando se trata de trans, a sociedade não fala em pedofilia, nem em abuso, nem em abandono de menores pelos próprios pais.” (NERY, 2019, p. 87).

Nesse contexto, preconiza Tzvetan Todorov (2014, p. 92): “Mas o que é ainda mais doloroso do que a solidão física, com a qual podemos lidar e para a qual podemos encontrar uma saída, é viver no meio dos outros sem destes obter nenhum reconhecimento.” Podemos lembrar ainda do filósofo alemão Axel Honneth, autor da renomada obra: *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, citado pelo constitucionalista brasileiro Daniel Sarmento (2016), em obra dedicada ao tema dignidade da pessoa humana:

A negação de reconhecimento equivale ao desrespeito. Trata-se de comportamento que não apenas insulta as pessoas ou lhes inflige dano, como também degrada a sua autoimagem. O autor desdobrou o reconhecimento em três esferas: amor, direito e solidariedade. E aludiu, por outro lado, a três formas básicas de violação ao reconhecimento, que correspondem,

respectivamente, a cada uma daquelas esferas: violação, privação de direitos e degradação. (SARMENTO, 2016, p. 248).

Em uma perspectiva jurídica, não há na Constituição Federal de 1988 previsão expressa do direito ao reconhecimento. Entretanto, como defende Sarmiento (2016), o princípio do reconhecimento decorre de outros princípios constitucionais, notadamente da dignidade da pessoa humana. Vale a pena citar a síntese feita pelo referido constitucionalista acerca de práticas que, na linha das abordadas em narrativas por Nery (2019), violam o reconhecimento como um dos fundamentos da dignidade da pessoa humana:

Em síntese, violam o reconhecimento as práticas estatais ou privadas, conscientes ou não, que desrespeitam a identidade das suas vítimas, impondo estigmas ou humilhações. É possível falar em um direito fundamental ao reconhecimento, que é um direito ao igual respeito da identidade pessoal. Trata-se de um direito que tem tanto uma faceta negativa como outra positiva. Em sua faceta negativa, ele veda as práticas que desrespeitam as pessoas em sua identidade, estigmatizando-as. Na dimensão positiva, ele impõe ao Estado a adoção de medidas voltadas ao combate dessas práticas e à superação dos estigmas existentes. (SARMENTO, 2016, p. 257).

Como se pode observar a partir das abordagens trazidas na obra de Nery (2019), a falta ou violação, em relação às pessoas transidosas, abrange, em sua maior parte, três esferas do reconhecimento.

De acordo com Honneth, os sentimentos negativos que o desrespeito - nas suas três vertentes de violação, privação de direitos e degradação - provoca nas pessoas são os principais combustíveis para as lutas por reconhecimento. Porém, a emergência dessas lutas depende também de fatores políticos e sociais, que nem sempre estão presentes (SARMENTO, 2016, p. 249).

Como demonstram os trechos acima, a falta de reconhecimento oprime, instaura hierarquias, frustra a autonomia e causa sofrimentos. Uma das ideias-chave das políticas do reconhecimento é buscar a construção de uma sociedade baseada não na igualdade pela assimilação dos que são tidos por minorias, mas sim construir uma sociedade que compreenda “um mundo sensível à diferença, em que a assimilação às normas culturais majoritárias ou dominantes não seja mais o preço para o igual respeito.” (SARMENTO, 2016, p. 243).

Outro tema que não passa despercebido nessa parte do referido livro é a tensão entre as diferentes esferas do conhecimento, cujo saber médico ainda é hegemônico. Como pensa Bento (2017, p. 108), “falar de transexualidade nos obriga a relacioná-la ao protagonismo que o saber médico assume na definição da verdade que se esconde nas ‘identidades transtornadas.’”. Ela nos lembra, ainda, que “a linguagem científica é uma das mais refinadas tecnologias de produção de corpos-sexuados, à medida que realiza o ato de nomear, de batizar, de dar vida,

como se estivesse realizando uma tarefa descritiva, neutra, naturalizando-se.” (BENTO, 2017, p. 113). Pela didática como são tratadas essas questões, é necessário transcrever mais um ensinamento da referida professora e cientista social:

As tesouras simbólicas do poder médico continuam sua operação para a produção de corpos dimórficos, sem ambiguidades. É o trabalho de assepsia dos gêneros realizado no espaço legitimado pela modernidade, o espaço hospitalar, e que se intensificará no século XX, principalmente no que se refere aos hermafrotidas e às/aos transexuais. (BENTO, 2017, p. 127).

Nesse contexto, Nery (2019) nos lembra que a sexualidade, embora representada predominantemente como uma força natural (órgãos sexuais), trata-se de dispositivo sob constantes influências das normas e valores morais.

A “ameaça” que representamos para a sociedade é pelo fato de nos identificarmos com um gênero que desafia os ditames naturalizantes das ciências biológicas. Não escolhemos ao nascer nossa genitália, nem nos limitamos a ela, seja de macho, fêmea ou intersexual. Mas podemos nos tornar pessoas de vários gêneros diferentes, independentemente do que temos entre as pernas ou na nossa genitália. (NERY, 2019, p. 18).

Por isso, esse saber-poder – e nenhum outro – não deve ser hegemônico. Para tanto, devemos lembrar dos ensinamentos do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, em relação às epistemologias do Sul, quando nos alerta: “Por essa razão falo de conhecimento nascidos ou aprendidos nas lutas, e de ecologia dos saberes.” (SANTOS, 2019, p. 21).

Devemos lembrar, ainda, o que já fora mencionado anteriormente. As vítimas, em muitas situações, sequer as compartilham com um amigo ou familiar, mas podem encontrar, na literatura, espaço para tanto. Por certo, as verdades desagradáveis – para o gênero humano ao qual pertencemos, ou para nós mesmos – têm maiores possibilidades de conseguir exprimir-se em uma obra literária do que em uma filosófica ou científica. (TODOROV, 2014). No campo jurídico, quando da análise dessas temáticas, é preciso lançar mão de uma leitura crítica acerca da verdade construída formalmente nos autos do processo, denominada pela ciência jurídica como *verdade processual*.

Nessa esteira, a pluralidade, diversidade e saberes trazidos a partir de um olhar *queer* nos ajudam a romper a perspectiva menos afeita ao poder, ao dominante, ao hegemônico, e mais comprometida com os sem poder, dominados, ou melhor, subalternizados. (MISKOLCI, 2020). O referido sociólogo nos explica melhor o olhar *queer* e seu efeito prático.

De certa maneira, um olhar queer é um olhar insubordinado. É uma perspectiva menos afeita ao poder, ao dominante, ao hegemônico, e mais comprometida com os sem poder, dominados, ou melhor, subalternizados. Na esfera a sexualidade e do desejo, a maior parte do que é reconhecido

socialmente como discurso autorizado a falar é produzido dentro de uma epistemologia dominante, criada sob essa suposta “cientificidade”, que pouco difere de um compromisso com a ordem e o poder. (MISKOLCI, 2020, p. 48).

Para Trindade (2008), a literatura, ao abrir as cortinas para as multidões *queer*, torna-se forte aliada à visibilização das demandas LGBTQIA+ nos mais diversos campos do saber, notadamente quando relacionada às pautas de grupos que são historicamente marginalizados.

O jurista afirma:

Quando se considera o caráter disruptor e crítico da obra literária, há de se levar em conta que ela – ao contrário da obra jurídica – é uma obra de arte, na medida em que se caracteriza pela maravilha do enigma e por sua inquietante estranheza, que são capazes de suspender as evidências, afastar aquilo que é dado, dissolver as certezas e romper com as convenções. (TRINDADE, 2008, p. 13).

A vivência de transmasculinidades de João W. Nery contribui para que todas as pessoas, trans ou cisgêneras, possam compreender que não existe uma fórmula ou uma única maneira de se vivenciar a transmasculinidade, mas infinitas. Essas experiências de luta, resistência, superação e aprendizados trazidas pelas narrativas de vida das/pelas multidões *queer* podem, na linha do afirmado acima, ocupar diferentes espaços do saber e poder, a partir da copresença e do exercício da alteridade entre todos nós cidadãos, principalmente no âmbito da luta por direitos que garantam a dignidade de qualquer ser humano.

[...] notadamente se se pretende trazer uma perspectiva interpretativa *queer* no campo das reivindicações da minoria LGBTQIA+ em demandas de reconhecimento, desenvolvendo o “conhecimento empático do outro”, a partir do fomento dessa identificação emocional com (a situação d) o outro (TRINDADE, 2008, p. 19).

Inegável, por tudo isso, que, na obra *Velhice Transviada*, João W. Nery, ciente dos efeitos que pode provocar nos leitores, compartilha, por meio de narrativas de vida, saberes e experiências dessa parcela minoritária – mas não resignada! – que muito tem a contribuir para construção do olhar *queer*, especialmente, em demandas envolvendo o direito ao reconhecimento. Para as multidões *queer*, trata-se de direito fundamental, premente de aplicação, em que todos os poderes constituídos do Estado já estão em mora, cuja efetividade não deve ser satisfeita com pequenas migalhas

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÃO TEM REFRÃO...

...Mas a verdade é que as pessoas sabem todas muito mais do que julgamos, a maior parte delas nem sonha a ciência que tem, o mal está em quererem passar por aquilo que não são, perdem o saber e a graça... (SARAMAGO, 1988, p. 191).

Nós nos definimos a partir de momentos, passados, futuros e, talvez, presente. Por que talvez o presente? Porque o presente, muitas vezes, nos é retirado sem que percebamos. Este estudo, ao abordar narrativas de vida, tem a ver com o tempo, com histórias vividas e corajosamente expostas, de um passado de experiências de lutas e resistências que devem nos unir na construção de um novo modelo civilizacional ainda hoje. As epistemologias do Sul criticam a visão linear do tempo, defendem que o nosso tempo pode estar em formato de espiral. Portanto, subimos, descemos, vamos de um lado para o outro, somos projetados por uma velocidade atômica para não sentirmos o presente.

Se são necessárias, pela liturgia acadêmica, considerações finais, entendo que as questões e controvérsias que aqui possam surgir não necessariamente implicam respostas objetivas, unilaterais. As narrativas de vida, especialmente quando trazem saberes nascidos de luta e resistência, ajudam-nos a preencher os espaços vazios ou insuficientemente preenchidos por outros saberes, como o científico, religioso e filosófico⁴¹ e também são mecanismos contra o epistemicídio⁴², provocado, por vezes, pelo conhecimento científico. As narrativas de vida são propostas dentro da luta contra o desperdício da experiência gestada na luta e resistência contra o CISTema “porque, efetivamente, há muitas outras experiências riquíssimas que ficaram de fora precisamente porque não se adequavam aos objetivos do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado” (SANTOS, 2018, p. 82).

Entendo que as narrativas de vida aqui compartilhadas falam por si, sintetizam múltiplas vozes, daqueles que resistem diariamente as diferentes formas de opressão do CISTema. Tódes nós precisamos escutá-los, e com profundidade. Muitas reflexões, questões, pontos controvertidos que surgirão da leitura deste trabalho são, só por si, muito importantes. As respostas – e, preferencialmente, dotadas de verdades – podem vir com o tempo. Como registra Paulo Freire,

⁴¹ Santos (2018) defende essa relação entre ciências e outros saberes, ele afirma “A preocupação com a dimensão ética e artística da transformação social pode incluir todos estes saberes e ainda as humanidades, no seu conjunto, a literatura e as artes, etc” (SANTOS, 2018, p. 69)

⁴² “Destruição de outros conhecimentos que existiam nas colônias.” (SANTOS, 2018, p. 36).

Um testemunho que, em certo momento e em certas condições, não frutificou, não está impossibilitado de, amanhã, vir a frutificar. É que, na medida em que o testemunho não é um gesto no ar, mas um ação, um enfrentamento, com o mundo e com os homens, não é estático. É algo dinâmico, que passa a fazer parte da totalidade do contexto da sociedade em que se deu. E, daí em diante, já não para. (FREIRE, 2019, p. 242).

Logo, perguntas aqui não respondidas e pretensões eventualmente frustradas fazem parte deste trabalho, têm muito valor para criar um ambiente de alternativas para um novo modelo civilizacional. Por isso, deixo o registro que a conclusão pode não ser tão resolutiva como desejada, mas que o caminho fique ao menos em aberto. Se fizermos, com este estudo, uma analogia à música, é possível que sua letra não tenha refrão, mas não perderá sua essência, e que atentemos para sua musicalidade.

Este trabalho atingirá o objetivo se contribuir para reflexões dos temas aqui abraçados, ampliando, a partir de narrativas de vida, nossa visão para a diversidade e o valor digno que cada ser humano (ou melhor, cada ser vivo) merece. Espera-se contribuir para construção de um caminho – ainda que no atual contexto histórico possa soar utópico – no qual não basta a igualdade, é preciso também reconhecer e respeitar as diferenças, em que esteja presente a máxima: “Temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza.” (SANTOS, 2018, p. 116).

Abordar temas tão desafiadores e atuais que demandam verdadeiramente análises muito mais profundas foi um ato de coragem, motivado pelas leituras feitas neste período pandêmico, especialmente, àquelas que traziam narrativas de si produzidas por pessoas LGBTQIA+. Foram leituras que aqueceram minhas razões. Como dito, serviram para corazonar-me. Esses sentimentos, que reforçam nossa percepção de humanos que todes somos e fazem-nos crer na possibilidade de construção de novos modelos de civilização, estão presentes no interior de cada palavra escrita por mim neste trabalho, pois “para o leitor alheio a esse universo, tal sensibilização pode conduzir a uma atitude de tolerância com aquele que manifesta uma identidade de gênero diferente da sua.” (NEVES, 2017, p. 69).

Espero que este trabalho tenha o poder de um franco-atirador para atingir, se possível, o maior número de leitores, transmitindo-lhes sentimentos nascidos de lutas e resistências que demonstram a necessidade de mudança deste modelo de sociedade. Que as narrativas de vida LGBTQIA+ unam todes neste processo de mudança civilizacional, que também está sujeito a altos e baixos. As narrativas de vida LGTQIA+ nos fazem exercitar a importância da escuta profunda, “escutar a partir das suas percepções, e não unicamente das nossas” (SANTOS, 2018,

p. 87). Levam-nos a compreender a incompletude no nosso conhecimento. Vale lembrar, nesse ponto, o ensinamento de Paulo Freire:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2019, p. 42-43).

Pensando no poder das palavras, recordo-me de trecho da obra *Contra mim* do escritor português Valter Hugo Mãe. Nesse livro, ele lança um resgate de sua própria gênese. Ali, o autor relembra, desde sua infância, a fixação pelas palavras, a ponto de tê-las em coleção. Por essa razão, pessoas próximas a ele lançavam previsão de seu futuro profissional, mas Mãe (2020) satisfazia-se com o poder das palavras.

As pouquíssimas pessoas que notaram meus versos diziam que eu ia crescer para ser escritor, como disseram que seria artista plástico quando me viam desenhando tarde inteiras, mas eu não achava que escritor seria importante nem os artistas valiam o suficiente. O importante era a expectativa de as palavras fazerem um milagre. **Para mim, as palavras prometiam milagres, nunca pertenciam ao normal. Eram instrumentos de partida. Iniciavam deslocções e mudanças profundas. Talvez até nos impedissem o regresso, por mais esforço ou inteligência.** (MÃE, 2020, p. 91-92, grifo nosso).

Este trabalho busca demonstrar que as narrativas de vida não refletem somente o desejo do indivíduo de contar sua própria experiência de vida, mas serve como instrumento para compartilhar, no seio de uma sociedade LGBTQIA+fóbica, experiências diárias de discriminação, ridicularização e dor; é também mecanismo de resgate de saberes nascidos das lutas, resistências e de emoções dos que as experienciam.

Diferentemente das representações jocosas e piadísticas, as narrativas de vida permitem ao leitor conhecer experiências de pessoas LGBTQIA+ que, mesmo sob os efeitos de um CISTema de opressões, resistem, lutam e produzem muitos conhecimentos que devem ser reconhecidos em um processo de construção de um novo modelo de sociedade, porque são conhecimentos legítimos e válidos, nascidos de lutas, que emergem de espaços polifônicos.

Quanto mais lemos, ouvimos e compartilhamos nossas histórias, mais proporcionamos um cruzamento potente de vozes, que nos permite uma autoidentificação potente e rompe com o nosso silenciamento, perpassando por um reconhecimento coletivo de nossas experiências. (NASCIMENTO, 2021, p. 78-79).

Nossa cidadania – ênfase, a de todes nós – somente será integral na medida que ampliarmos sujeitos de direitos nessa sociedade. Nesse processo de ampliação das sujeitas, de validação de seus conhecimentos, não se deve confiar em uma só via. Temos de lançar mão de todas as potencialidades imagináveis. Uma delas, narrativas de luta e resistências experienciadas por pessoas LGBTQIA+ neste CISTema de dominação. Esse mecanismo de enfrentamento ao CISTema é válido e eficaz:

A linguagem privilegiada das permutas interculturais é a narrativa. Contar histórias gera um imediato e concreto sentido de copresença por meio do qual as experiências sociais que ocorrem em diferentes tempos, espaços e culturas se tornam mais facilmente acessíveis e inteligíveis, um tido de copresença que não é possível atingir por meio da linguagem conceitual (seja ela técnica, filosófica ou científica). A narrativa, mesmo quando se trata de uma narrativa histórica, trabalha contra o tempo ao produzir um efeito de sincronismo e contemporaneidade que ajuda a converter o estranho em familiar e o remoto em coevo. (SANTOS, 2014, p. 133).

Nessa perspectiva, o lema é a ampliação de novos horizontes. Ainda que saibamos da necessidade de uma mudança global, não devemos, por sabedoria, descartar qualquer que seja o caminho que mostre viável. Neste momento, temos de ser movimento, fluido, pois, senão tudo – talvez quase tudo – é rio, para lembrarmos do livro de Carla Madeira *Tudo é rio*. Como postula Boaventura de Sousa Santos:

Hoje penso que não podemos optar entre as grandes lutas e as pequenas lutas. Cada um tem que travar as lutas para as quais ela ou ele sente que está mais vocacionado, porque nestas conseguem juntar as razões e as emoções. É essa a luta a que se devem dedicar. É muito difícil numa certa conjuntura dizer, por exemplo, que a luta feminista é menos importante que a luta de trabalhadores, ou que a luta de trabalhadores é menos importante que a luta descolonial. Todas as lutas, em meu entender, são importantes. (SANTOS, 2018, p. 90-91).

Que as vozes polifônicas materializadas em narrativas de vida aqui analisadas sejam inspiração para que todes nós, vítimas ou não de exclusões abissais, engajemos na busca para construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Ao final deste estudo, os leitores, inclusive o autor deste trabalho, despertarão para a importância de construirmos espaços de poder legítimos a partir de vozes polifônicas, que reflitam a nossa diversidade humana, e que um desses caminhos é construído a partir da coragem de contar-se, especialmente as pessoas que lutam contra a discriminação e preconceito decorrentes da LGBTQIA+fobia, entendendo que a missão aqui proposta fora satisfatoriamente atingida.

Nesse ponto, gostaria de finalizar com a estratégia lançada pelo Santos (2019), cujos ensinamentos contribuíram incomensuravelmente para e com este trabalho. Ele nos adverte, a partir da premissa da existência da linha abissal na nossa sociedade pseudomoderna, que a libertação demanda alianças entre grupos abissalmente excluídos e grupos não-abissalmente excluídos:

Sem essa articulação, as exclusões não-abissais, quando olhadas a partir do outro lado da linha abissal (do lado colonial), tomam a aparência crível de formas privilegiadas de inclusão social. Do mesmo modo, as exclusões abissais, quando olhadas a partir deste lado da linha abissal (do lado metropolitano), são consideradas como sendo uma fatalidade, ou um mal autoinfligido, ou a ordem natural das coisas (SANTOS, 2019, p. 48).

Atingidos ou não pela bala, infectados ou não pelo vírus, não percamos o desejo e a coragem de construir um modo de civilização em que todes possam encarar esse mundo como seu.

Depois de finalizada essa expedição, que não em mares de rosas (não esqueçamos da rosa de Hiroshima), e por acreditar fortemente nas ideias aqui construídas, espero que muitos leitores possam também acreditar na potencialidade das narrativas de vida de pessoas LGBTQIA+ como uma alternativa que pode e deve somar-se a tantos outros mecanismos para superação deste CISTema de opressões ou, até mesmo, desestabilizá-lo para que a zona abissal entre em um processo de diminuição e possibilite a humanização de todes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, Luciano. **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, 2022.

BENTO, Berenice. **Reinvenção do Corpo – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. 3. ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

BENTO, Berenice. O avesso da tristeza: luta e resistência em João Nery. In: JESUS, Dánie Marcelo de; DIVANICE, Carbonier; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva (org.). **Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação. – Homenagem a João W. Nery**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CICCONE, Landa. Os sujeitos da população LGBTQI+ sobre o Brasil. In: IGNÁCIO, Taynah (org.). **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk, p. 151-158. 2020.

KERR, Cris. Vieses Inconscientes. In: AMATO, Luciano. **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, p. 71-78, 2022.

KUGA, Joseph. Sexualidade Humana e a Comunidade LGBTQIAP+. In: AMATO, Luciano. **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, p. 203-207, 2022.

LIMA, Helcira. Patemização: emoções e linguagem. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (org.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 140-149, 2007.

MACHADO, Ida Lucia; REIS, Alcione Roque. Os possíveis sentidos entrevistados no preâmbulo de um livro de memórias. In: DIAS, Márcio Roberto Soares (org.). **Revista Fólio – Vertentes e Interfaces**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 7, p. 201-214, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/2991/2491>. Acesso em 05 mar. 2022.

MACHADO, Ida Lucia. Percursos de vida que entremeiam a percursos teóricos. In: SANTOS, Simone de Paula dos; MENEZES, William Augusto (org.). **Discurso, Identidade, Memória**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015, p. 83-96.

MACHADO, Ida Lucia. Narrativa de vida: um espaço de liberação para vozes femininas? In: MACHADO, Ida Lucia; SANTOS, João Bôscio Cabral dos; JESUS, Sérgio Nunes de (org.). **Análise do discurso: Afinidades epistêmicas franco-brasileiras**. Curitiba: Editora CRV, p. 2016, p. 29-54.

MACHADO, Ida Lucia. **Reflexões sobre uma corrente de análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Coimbra: Grácio, 2016.

- MACHADO, Ida Lucia. **Narrativas de Vida**: saga familiar e sujeitos transclasses. Coimbra: Grácio Editor, 2020.
- MADEIRA, Carla. **Tudo é rio**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- MÃE, Valter Hugo. **Contra mim**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2020.
- MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça**: contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora – UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- NAVARRO, Pablo Pérez. **Margens da pandemia**. Queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas. In: NAVARRO, Pablo Pérez (org.). Salvador: Editora Devires, 2021.
- NEVES, Benjamim Braga de Almeida. A importância das obras de Anderson Bigode Herzer e João W. Nery para a visibilidade das transmasculinidades no Brasil. In: JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIER, Divanice; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva (org.). **Estudos sobre gênero**: identidades, discurso e educação. – Homenagem a João W. Nery. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Lyra, 2011.
- NERY, João W. **Velhice transviada**: Memórias e reflexões. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; NASCIMENTO, Gabriel Radamesis Gomes. Direito ao envelhecimento LGBT+. In: RAMOS, Marcelo Maciel; VALENTIN, Márcia Ribeiro da C.; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá (org.). **Dicionário Jurídico de Gênero e da Sexualidade**. Salvador, BA: Devires, p. 357-366, 2022.
- OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de Oliveira; MOTT, Luiz (org.). Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021. **Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em 06 mar. 2022.
- PEREIRA, Bárbara Alves. **Velhice e a literatura como potência de vida**. Salvador, BA: Devires, 2021.
- PRECIADO, Paul B. Multidos queer: notas para uma política dos “anormais”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: Crônicas de travessia. [S. I]: Zahar, 2020.

QUINALHA, Renan. Repressão a pessoas LGBTQ+. In: RAMOS, Marcelo Maciel; VALENTIN, Márcia Ribeiro de C.; NICOLI, Pedro Augusto Gravata (org.). **Dicionário Jurídico de Gênero e da Sexualidade**. Salvador, BA: Devires, p. 611-616, 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Se deus fosse um ativista dos Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SARAMAGO, José. **A jangada de pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

TODOROV, Tzevetan. **A vida em comum: ensaio de antropologia geral**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

TRINDADE, André Karan; GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Copetti Neto (org.). **Direito e literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.